

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
PROGRAMA DE MESTRADO EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

Luciano Souza

GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO E GESTÃO PÚBLICA:
um estudo interdisciplinar do Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da
Diversidade Cultural – Cultura Viva

Governador Valadares

2014

LUCIANO SOUZA

GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO E GESTÃO PÚBLICA:
um estudo interdisciplinar do Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da
Diversidade Cultural – Cultura Viva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão Integrada do Território.

Orientadora: Professora Dra. Maria Gabriela Parenti Bicalho.

Governador Valadares

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

Souza, Luciano
S725g Gestão integrada do território e gestão pública: um estudo
interdisciplinar do Programa Nacional de Promoção da
Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva / Luciano
Souza. 2014.
129f.: il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Vale do Rio Doce.
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada
do Território, Governador Valadares, MG, 2005.
Orientador: Maria Gabriela Parenti Bicalho

1. Gestão integrada do território. 2. Gestão Pública. 3. Programa
Cultura Viva. 4. Política cultural. 5. Interdisciplinaridade. I. Bicalho,
Maria Gabriela Parenti. II. Universidade Vale do Rio Doce.
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do
Território. III. Título.

CDD 306.0981

LUCIANO SOUZA

GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO E GESTÃO PÚBLICA:
um estudo interdisciplinar do Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da
Diversidade Cultural – Cultura Viva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão Integrada do Território.

Governador Valadares, ____ de _____ de _____.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria Gabriela Parenti Bicalho - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Jaime Antônio Sardi
Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. Haruf Salmen Espindola
Universidade Vale do Rio Doce

Dedico este trabalho à minha mãe, que tinha o desejo de estudar, não concluiu o ensino primário, mas cultivou em mim a paixão pelos estudos. À minha esposa e filha, que sempre me inspiram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Maria Gabriela Parenti Bicalho, pela sua generosidade, respeito e sabedoria. Em todos os momentos das suas orientações, pude comprovar a coerência de suas práticas educativas, que me levaram a compreender melhor a minha formação e a proposta interdisciplinar desta pesquisa. Obrigado pelo seu estímulo, Gabriela! Espero ter-me apropriado desses saberes para a melhoria das minhas práticas acadêmico-científicas!

Ao Coordenador do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território do Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, Haruf Salmen Espindola, pela qualidade das disciplinas e das atividades complementares desenvolvidas durante o curso (seminários, aulas de campo, exibição de filmes e documentários, palestras, encontros no Núcleo de Pesquisa em Educação, e outros), que enriqueceram as análises deste estudo. Estendo o meu agradecimento aos professores, trabalhadores e pesquisadores do Programa.

Quando iniciei o curso de mestrado, estudava e trabalhava no Polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em Governador Valadares, no CEAD - Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal de Ouro Preto. Nessa unidade acadêmica, desenvolvi atividades educacionais que me proporcionaram reflexões muito ricas durante o meu processo de pesquisa. Assim, agradeço a todos os meus colegas de trabalho, professores e alunos, em especial, à professora Tânia Rossi Garbin, por apresentar-me ao Colegiado do Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território, e ao professor Jaime Antônio Sardi, por compor a minha banca de qualificação.

Agradeço ao amigo Elizeu Gabriel, Gerente de Programas e Projetos, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude de Governador Valadares, e à Assessora de Programas e Projetos do Ministério da Cultura - Representação Regional de Minas Gerais, Cláudia Houara de Castro, pela disponibilidade, pelos esclarecimentos e pelos materiais fornecidos sobre o Programa Cultura Viva. À Maria da Glória F. Nascimento, do Ponto de Cultura Artesanato e Cultura da União Operária de Governador Valadares, e à Ângela Alves,

da direção da ONG – Núcleo Cidade Futuro, meu obrigado pelo diálogo aberto sobre o funcionamento e a organização do Programa.

Às amigas Sandra Athayde e Eliene Nery, pelos exemplos de amor ao saber, pela bondade e apoio, obrigado!

À minha esposa, Alessandra O. Souza, e à minha filha, Letícia O. Souza, pelo apoio constante, carinho, amor e compreensão, muito obrigado!

“No âmbito da interdisciplinaridade apresentam-se grandes embates epistemológicos, teóricos e metodológicos. Daí o seu papel estratégico no sentido de estabelecer a relação entre saberes, propor o encontro entre o teórico e o prático, entre o filosófico e o científico, entre ciência e tecnologia, entre ciência e arte, apresentando-se, assim, como um conhecimento que responde aos desafios do saber complexo.”

RESUMO

Esta dissertação analisa o Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva a partir da teoria da Gestão Integrada do Território. Foi elaborada no contexto do Mestrado Interdisciplinar em Gestão Integrada do Território. Representa, assim, uma expectativa de diálogo entre os campos teóricos dos estudos territoriais e da gestão pública. Inicialmente, apresenta os elementos da teoria da Gestão Integrada do Território, salientando a importância das questões de identidade e cultura, como também as perspectivas dessa teoria para as políticas públicas. Depois, por meio de uma pesquisa documental, na qual foram priorizadas as vozes dos principais gestores e dos documentos oficiais do Programa, busca compreender os conceitos de cultura e gestão pública na área da cultura que fundamentam o Programa Cultura Viva. Finalmente, analisa as principais dificuldades relacionadas à gestão pública de cultura. Ao término deste estudo, observou-se que o Programa Cultura Viva demonstra ser eficiente na organização de diferentes grupos sociais, mas seus processos geralmente são incompatíveis com as dinâmicas dos Pontos de Cultura. Isso sugere uma gestão integrada desse Programa a partir de cada território, com a adequação dos seus instrumentos de convênios e redes e a aproximação dos produtores culturais. Como pontos importantes para outras pesquisas, esta dissertação indica as questões relativas à formação e fomento na área da cultura e seus territórios.

Palavras-chave: Gestão Integrada do Território. Gestão Pública. Programa Cultura Viva. Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

This dissertation analyses the National Program for fostering of Cultural Diversity and Citizenship - *Cultura Viva* (“Living Culture”) in accordance to the views on the theory of Integrated Territorial Management. It was based on the context of the Interdisciplinary Master Course on Integrated Territorial Management. It is an effort to provide a dialogical approach between the theoretical field of territorial and public administration studies. Firstly, it presents the concepts of the theory of Integrated Territorial Management by showing the relevance of identity and culture issues as well as the perspectives for the theory regarding public policies. Furthermore, a research was carried on with its focus on the voices of the most important managers and its official program documents, seeking to understand the concepts of culture and public administration in the field of culture that provide foundation to the ‘*Cultura Viva*’ Program. Finally, it analyses the main difficulties related to the public administration of culture. In the end, it was noticed that the ‘*Cultura Viva*’ Program demonstrates to be efficient on organizing different social groups, even though the way it functions is not compatible with that of ‘*Pontos de Cultura*’. Thus, it suggests an integrated management based on each territory, including the adjustment of agreements and partnership instruments, and the relationship of cultural producers as well. In order to provide relevant topics to other researches, this dissertation indicates issues related to the formation process and fostering in the field of culture and its territories.

Keywords: Integrated Territorial Management. Public Administration. “*Cultura Viva*” Program (Living Culture Program). Interdisciplinarity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Documentos do Programa Cultura Viva analisados.....	14
Quadro 2 – Programa Cultura Viva e seus problemas.....	101
Quadro 3 – Conceitos estabilizados durante o redesenho.....	103

LISTA DE SIGLAS

BACs – Bases de Apoio à Cultura

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CGU – Controladoria-Geral da União

CNC – Conferência Nacional de Cultura

CTMA – Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação

GIT – Gestão Integrada do Território

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPF – Instituto Paulo Freire

LPP-UERJ – Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

MinC – Ministério da Cultura

ML – Modelo Lógico

ONGs – Organizações não Governamentais

PIB – Produto Interno Bruto

PNC – Plano Nacional de Cultura

PPA – Plano Plurianual

SALICWEB – Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura – Propostas e Acompanhamento de Projetos Via Web

SCDC – Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses do Governo Federal

SNC – Sistema Nacional de Cultura

SOF – Secretaria de Orçamento Federal

SPI – Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	
GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO	17
1.1 GESTÃO E TERRITÓRIO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.....	17
1.2 IDENTIDADES E CULTURA: QUESTÕES PARA A GESTÃO DO TERRITÓRIO.....	29
1.3 A GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO COMO PERSPECTIVA PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	40
CAPÍTULO 2	
PROGRAMA CULTURA VIVA	49
2.1 FUNDAMENTOS E CONCEPÇÕES.....	50
2.1.1 Cultura.....	50
2.1.2 Gestão pública de cultura.....	57
2.1.3 Gestão cultural compartilhada.....	64
2.2 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO.....	70
2.2.1 Ponto de Cultura, Pontão e Rede.....	75
2.2.2 Agente Cultura Viva.....	78
2.2.3 Cultura Digital.....	78
2.2.4 Escola Viva.....	79
2.2.5 Griôs — Mestres dos Saberes.....	80
2.2.6 Cultura e Saúde.....	81
2.2.7 Prêmios e outras ações do Programa.....	81
CAPÍTULO 3	
AVALIAÇÕES DO PROGRAMA CULTURA VIVA E DESAFIOS PARA A GESTÃO PÚBLICA CULTURAL	83
3.1 GESTÃO COMPARTILHADA DO PROGRAMA CULTURA VIVA – INSTITUTO PAULO FREIRE.....	83
3.2 AVALIAÇÃO DO LPP-UERJ.....	85
3.3 AVALIAÇÕES DO IPEA (2007/2008; 2010/2011).....	89
3.4 PROPOSTA DE REDESENHO.....	99
3.5 DESAFIOS DO PROGRAMA CULTURA VIVA.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	121
ANEXO A – Prêmios do Programa	126

INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta uma análise do Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva a partir da teoria da Gestão Integrada do Território. Foi elaborada no contexto do Mestrado Interdisciplinar em Gestão Integrada do Território. Reflete, portanto, um esforço de diálogo entre dois campos teóricos: o dos estudos territoriais e o da gestão pública.

A elaboração desta pesquisa é o resultado de um processo profissional e acadêmico, que me levou à escolha do Programa Cultura Viva como objeto de estudo. Um dos elementos desse processo é minha experiência como sindicalista. Funcionário da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, durante vários anos, militei e exerci mandato de dirigente sindical. Nesse período, tive a oportunidade de representar minha categoria em congressos, conferências e encontros, nos quais pude debater e opinar sobre assuntos relativos às demandas dos trabalhadores e aos problemas sociais brasileiros. Muitos desses temas referiam-se a melhores condições de vida e trabalho, à geração de emprego e renda, à formação e cultura, à democratização do Estado. Como também à solidariedade, à integração social e à igualdade de direitos. Esses saberes me levaram a apoiar outros movimentos sociais, urbanos e rurais; a participar, como Coordenador de Cultura e Recreação, da direção da União Operária de Governador Valadares, entidade que tem uma história de lutas pelo fortalecimento da classe trabalhadora; e a exercer mandatos de Conselheiro Municipal do Trabalho, Emprego e Geração de Renda para a elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local.

Uma segunda razão que me despertou a atenção pelo Programa Cultura Viva foi a minha participação na vida política do município. Através do “Núcleo do Partido dos Trabalhadores do Bairro Morada do Vale”, em Governador Valadares, tornei-me simpatizante do partido. Esse núcleo visava à formação política, à organização e mobilização dos trabalhadores para atuarem nos problemas do bairro, na associação de moradores, contribuir com a conscientização política e social da comunidade e participarem das campanhas eleitorais. Nesse contexto, filiei-me ao Partido dos Trabalhadores, sempre me posicionando pela defesa do trabalho, da educação, da cultura e por serviços públicos de qualidade como direitos de todos os

cidadãos. Por duas vezes, participei do processo eleitoral municipal, sendo candidato a vereador, tendo como prioridades a conquista desses direitos.

Outro motivo que me aproximou do Programa Cultura Viva foi a minha inserção no campo da gestão pública. Graduado em Administração de Empresas, especializei-me pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) em Gestão Pública, curso que tinha por objetivo contribuir com a organização racional dos órgãos de gestão pública brasileira e com as organizações que com eles se relacionam. Nesse estudo, pude concluir que, para uma gestão pública mais eficiente, é indispensável a motivação das equipes de trabalho, especialmente, das que são formadas por funcionários que atuam mais próximos dos cidadãos, visando a uma contextualização dos dilemas a serem superados por essas equipes e seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, as habilidades e os conhecimentos do gestor público para lidar com pessoas apresentaram-se como elementos facilitadores para a motivação, o desenvolvimento de grupos e equipes de trabalho, e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Atuei como Tutor Presencial no curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), na modalidade a distância. Esse curso tinha como objetivo geral preparar profissionais com habilidades e competências para atuarem na gestão de organizações, principalmente públicas, de modo empreendedor, democrático, ético, e com instrumentos modernos de gestão, visando ao desenvolvimento social e econômico do Brasil. Através das atividades educativas que desenvolvia com os alunos, pude compreender o quanto a gestão pública é um campo de práticas e estudos complexos relacionados ao conceito de Estado; às perspectivas da ciência administrativa; às agências reguladoras e aos servidores; ao bem-estar social; aos serviços públicos; ao Governo e suas políticas; à governabilidade e à governança; às reformas e outros. Uma experiência de trabalho em que pude ampliar e aprender mais sobre os conhecimentos da gestão pública.

A teoria da Gestão Integrada do Território foi escolhida, no contexto dos estudos territoriais, como uma possibilidade de diálogo entre os dois campos, por parecer fecunda para a compreensão da gestão pública, especialmente, de uma política pública na área da cultura, como o Programa Cultura Viva, voltado à promoção da cidadania e da diversidade cultural.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar o Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva, a partir dos elementos de Gestão Integrada do Território que possibilitam discutir a gestão pública na área da cultura. Os objetivos específicos foram: identificar, na teoria da Gestão Integrada do Território, elementos para a discussão da gestão pública; analisar as concepções de cultura e de gestão pública na área da cultura que fundamentam a proposta do Programa Cultura Viva e suas relações com a organização e o funcionamento do Programa; analisar os desafios enfrentados pelo Programa Cultura Viva no que se refere à gestão pública na área da cultura.

A metodologia empregada para a efetivação desses objetivos foi a pesquisa documental, por meio da qual buscamos priorizar as vozes dos principais gestores e os documentos oficiais do Programa. A maior parte dos documentos analisados foi encontrada na Secretaria Municipal de Cultura do município, na Representação Regional do Ministério da Cultura em Minas Gerais e no *site* do Ministério da Cultura (MinC). Durante o processo de realização da pesquisa, pude dialogar ainda com gestores públicos e representantes de Pontos de Cultura, além de participar, como representante da sociedade civil, da III Conferência Municipal de Cultura de Governador Valadares, que discutiu a política de Estado para a cultura e os desafios do Sistema Nacional de Cultura, no qual o Programa Cultura Viva está inserido. A partir desse levantamento dos documentos, foram selecionados os seguintes:

DOCUMENTO	FONTE	DATA
Discurso do ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo	MinC	2003
Portaria nº 156, de 06 de julho de 2004, que constitui o Programa Cultura Viva	MinC	2004
Catálogo Cultura Viva: Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania	MinC	2004
Portaria nº 82, de 18 de maio de 2005, alteração da Portaria 156, de 06 de julho de 2004	MinC	2004
Programa Cultura Viva: dossiê de atividades (dezembro de 2005 a fevereiro de 2006)	IPF	2006
Programa cultural para o desenvolvimento do Brasil	MinC	2006
Programa Cultura Viva: dossiê de atividades (novembro e dezembro de 2006)	IPF	2006
Programa Cultura Viva, Avaliação Piloto, Relatório Final	LPP-UERJ	2006
Gestão Cultural Compartilhada e Transformadora	Interjornal/ Interblogs	2006
TEIA: rede de cultura e cidadania	MinC	2007
Programa Cultura Viva: análises e observações	MinC	2009
Cultura Viva: avaliação do Programa Arte, Educação e Cidadania	IPEA	2010

Almanaque Cultura Viva	MinC	2010
Seminário Internacional do Programa Cultura Viva: Novos Mapas Conceituais	MinC	2010
Produção Cultural no Brasil	Azougue Editorial	2010
Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima	Editora Anita Garibaldi	2010
Cultura Viva: as práticas de Pontos e Pontões	IPEA	2011
Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva	IPEA	2011
Portaria nº 45, de 19 de abril de 2012, instituição do grupo de trabalho, GT Cultura Viva, para a elaboração da proposta de redesenho do Programa Cultura Viva	MinC	2012
Relatório Redesenho do Programa Cultura Viva – Grupo de Trabalho Cultura Viva	IPEA	2012
III Conferência Nacional de Cultura: uma política de Estado para a cultura – Desafios do Sistema Nacional de Cultura – Texto-base	MinC	2013
Portaria nº 118, de 30 de dezembro de 2013, que reformula o Programa Cultura Viva	MinC	2013
Programa Cultura Viva: orientações	SCDC	2013
Era uma vez o Programa Cultura Viva	Revista <i>Murro em Ponta de Faca</i>	2013

Quadro 1 - Documentos do Programa Cultura Viva analisados.

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Governador Valadares - MG, Representação Regional do Ministério da Cultura em Minas Gerais, *site* do MinC. (Elaborado pelo autor).

O primeiro capítulo desta dissertação busca esclarecer, inicialmente, os elementos que constituem a Gestão Integrada do Território. Em seguida, destaca as questões de identidade e cultura, bem como as perspectivas dessa teoria para as políticas públicas.

No segundo capítulo, são justificadas as proposições do Programa Cultura Viva, seus fundamentos e concepções de cultura e gestão pública, como também a organização de suas ações. Logo depois, é realizada a sua análise, a partir das perspectivas inovadoras da Gestão Integrada do Território para a gestão pública.

O terceiro capítulo analisa, a partir dos fundamentos teóricos da Gestão Integrada do Território e do Programa Cultura Viva, os documentos de avaliação desse Programa, seus principais avanços e desafios ao longo da sua existência.

Concluimos, ao término da pesquisa, que o Programa Cultura Viva se mostra eficiente na organização de diferentes grupos sociais. Porém, o seu funcionamento geralmente é incompatível com as possibilidades e as atividades dos Pontos de Cultura. O que coloca para a sua gestão a necessidade de adaptações às

demandas sociais em cada território, especialmente nos elementos de convênios e redes e de elaboração de estratégias de aproximação dos produtores culturais.

A partir desse entendimento, observamos como pontos importantes para outras pesquisas a formação e o fomento na área da cultura a partir dos territórios.

CAPÍTULO 1

GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

Neste capítulo, buscamos configurar um quadro teórico acerca da teoria da Gestão Integrada do Território, organizando elementos que possibilitem, posteriormente, a análise do Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural - Cultura Viva . Para isso, traçamos, inicialmente, um panorama geral — do ponto de vista de alguns autores — da teoria da Gestão Integrada do Território, para, depois, abordar, de maneira específica, as temáticas de identidades e cultura e gestão pública.

1.1 GESTÃO E TERRITÓRIO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

O movimento interdisciplinar aqui empreendido busca compreender as relações que se estabelecem entre estes diferentes campos de conhecimento: o da geografia e o da gestão pública. Para fundamentar a realização desse movimento, apresentamos a contribuição, inicialmente, de dois autores que buscam resgatar e ressignificar a discussão sobre o espaço e seu lugar na compreensão das práticas humanas: Edward Soja e Doreen Massey.

Soja (1993) propõe a “reafirmação de uma perspectiva espacial crítica na teoria e na análise sociais contemporâneas”, que poderia abrir espaço para uma “hermenêutica espacial”, assumindo o desafio de “[...] traduzir em palavras a espacialidade abrangente e politizada da vida social [...]” (SOJA, 1993, p. 7-9). O autor afirma que a espacialidade foi silenciada pelo historicismo, que passou a dominar as ciências sociais a partir das últimas décadas do século XIX, na medida em que o caráter histórico da vida social foi apontado como fundamental para a transformação e a emancipação. Indica a necessidade de uma reforma geográfica com o intuito de perceber o espaço como categoria importante para o desenvolvimento das ciências sociais críticas — revelador de “um mundo tático e teórico” (SOJA, 1993, p. 7):

Devemos estar insistentemente cientes de como é possível fazer com que o espaço esconda de nós as consequências, de como as relações de poder e disciplina se inscrevem na espacialidade aparentemente inocente da vida social, e de como as geografias humanas tornam-se repletas de política e ideologia (SOJA, 1993, p. 13).

Para o autor, as transformações sociais e econômicas levam as pessoas a repensar o modo como vivem, incluindo suas produções e relações. Dessa forma, elas reconstróem seus espaços por serem impelidas a adotar outras formas de viver e de sobreviver. Assim, o espaço é criativamente caracterizado pelas produções humanas capazes de construir e transformar as paisagens geográficas. Para mostrar que a análise dessa dinâmica foi parcialmente negligenciada pelo historicismo, impedindo o reconhecimento da importância do espaço, Soja (1993) vale-se das afirmações de Foucault: “O espaço foi tratado como o morto, o fixo, o não-dialético, o imóvel. O tempo ao contrário, foi a riqueza, a fecundidade, a vida e a dialética” (FOUCAULT, 1980, p. 17 *apud* SOJA, 1993, p. 17). Indicando a importância do espaço como referência do ser social, Soja (1993) convida-nos a reconhecê-lo como elemento essencial ao estabelecimento das relações na vida social.

Mais de uma década depois, Massey (2007) também argumenta a favor da consideração do espaço na análise social e apresenta novos significados para essa discussão. Para a autora,

[...] importa o modo como pensamos o espaço; o espaço é uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias estruturantes. Ele modula nossos entendimentos do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política. Afeta o modo como entendemos a globalização, como abordamos as cidades e desenvolvemos e praticamos um sentido de lugar. Se o tempo é a dimensão da mudança, então o espaço é a dimensão do social: da coexistência contemporânea de outros (MASSEY, 2007, p. 15).

A autora propõe uma abordagem alternativa do espaço, baseada em três proposições básicas. A primeira refere-se ao reconhecimento do espaço como “produto de inter-relações, constituído através de interações” (MASSEY, 2007, p. 29). Não existe, portanto, antes de “identidades/entidades” e suas relações. A autora propõe o argumento de que essas “identidades/entidades, as relações ‘entre’ elas e a espacialidade que delas faz parte são todas coconstitutivas” (MASSEY, 2007, p. 30). A segunda proposição da abordagem de Massey (2007) acerca do espaço está ligada à existência da multiplicidade, da “pluralidade contemporânea”, na qual

distintas trajetórias coexistem. O espaço deve ser pensado, portanto, como “[...] a esfera da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Multiplicidade e espaço são coconstitutivos” (MASSEY, 2007, p. 29). Como consequência dessa proposição, Massey considera que “qualquer reconhecimento sério da multiplicidade e heterogeneidade em si mesmas depende de um reconhecimento da espacialidade” (MASSEY, 2007, p. 31). A terceira proposição refere-se ao reconhecimento do caráter inacabado do espaço, ao fato de que “[...] ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca está fechado. Talvez pudéssemos imaginar o espaço como uma simultaneidade de estórias-até-agora” (MASSEY, 2007, p. 29). Isso implica a consideração do futuro como também sempre aberto.

A consideração do espaço como elemento constitutivo das práticas e da cultura humana está presente na obra de diferentes autores que utilizam a noção de território. Os primeiros usos do termo, restritos ainda à Geografia, são identificados por Haesbaert (2009) na origem latina do *territorium* como a denominação de terra. O termo *jus terrendi* definia um pedaço de terra apropriado nos limites da jurisdição político-administrativa. O autor expõe as definições de território no dicionário *Les mots de la Géographie*, de Brunet *et al.* (1993): “malha de gestão do espaço”; “espaço apropriado, com sentimento ou consciência de sua apropriação”; “junção jurídica, social e cultural e mesmo afetiva”; “um lugar qualquer” (HAESBAERT, 2009, p. 39).

Haesbaert (2009) propõe a compreensão do território a partir de três vertentes: *política, econômica e cultural ou simbólica*. A vertente política faz referência às relações gerais ou institucionalizadas de poder que são estabelecidas nos espaços, o território é visto como um local demarcado submetido a controle constante. A vertente econômica aponta o território como fonte de recursos, enfatizando as relações entre capital e trabalho; e a vertente cultural ou simbólica trata do território de forma subjetiva, tomando-o como produto determinado das relações estabelecidas a partir das vivências de grupos sociais.

Haesbaert (2009) defende que espaço e território são termos distintos, e a constituição do território se dá a partir das ações humanas no espaço. Este é apenas uma matéria-prima, um local que apenas irá se transformar quando ocorrerem ações intencionais sobre ele, portanto, o espaço precede o território. Para Raffestin (1993), essas ações transformam o espaço em território vivido ou “vivido

territorial”, constituído pela construção, articulação e organização do espaço. Denomina “territorialidade” a soma das relações mantidas entre sujeito e espaço. Esse termo é utilizado também por Saquet (2007), para quem o processo de produção do território é construído pelo movimento histórico no qual o mesmo é apropriado e erigido socialmente como resultado e condição do processo de territorialização. Essa produção é consequência do processo cotidiano de apropriação e domínio social e inscreve-se no estabelecimento das relações socioespaciais. “Os processos sociais e naturais, e mesmo nosso pensamento, efetivam-se na e com a territorialidade cotidiana. É aí, neste nível, que se dá o acontecer de nossa vida e é nesta que se concretiza a territorialidade” (SAQUET, 2007, p. 58). Para o autor, os territórios e as territorialidades:

[...] são vividos, percebidos e compreendidos de formas distintas; são substantivados por relações. Homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; por diversidade e unidade; (i) materialidade (SAQUET, 2010, p. 25).

As reflexões teóricas sobre espaço e território constituem, como vimos até agora, um vasto campo de ideias. Nele, identificamos possibilidades de construção de um diálogo com a gestão pública: elementos como heterogeneidade, multiplicidade e coetaneidade atribuídos ao território (e/ou ao espaço), o reconhecimento da dimensão espacial como constitutiva da vida humana, o movimento de territorialização como apropriação a partir de relações sociais. Entre os autores dos estudos territoriais, há um grupo que se volta prioritariamente para a discussão da gestão, através de conceitos como o da Gestão Integrada do Território (GIT). A seguir, apresentaremos as ideias desses autores, procurando construir a base teórica que nos permitirá analisar o Programa Cultura Viva. Todavia, as reflexões teóricas acerca do espaço/território, apresentadas até agora, também podem ser relacionadas, como veremos adiante, aos pressupostos do Programa.

Oosterbeek (2011) inicia sua proposta de apresentação da GIT com uma crítica da orientação mais frequentemente encontrada nas políticas públicas, voltada para as necessidades de crescimento econômico. O conceito de desenvolvimento sustentável engloba os princípios básicos de desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social, mas o primeiro tem sido privilegiado. Esse entendimento considera que, por atuarem essencialmente no espaço, o sucesso dos

grupos humanos pode ser medido essencialmente pelo crescimento econômico que propicie um acesso crescente a bens materiais de diversos tipos. Daí resulta o interesse em articular as perspectivas desses grupos na organização do espaço, harmonizando suas prioridades em torno de um futuro convergente e comum. Dessa forma, as dinâmicas econômicas são complementadas por dinâmicas sociais e condicionadas pelo ambiente. Segundo Oosterbeek (2011), a abordagem predominante é a não sistêmica do comportamento humano, que, ainda que considere os princípios do *desenvolvimento sustentável*, não os integra no seu todo.

Para o autor, o século XX apresentou contradições que mostram a necessidade da integração desses diferentes princípios: crescimento econômico sem precedentes, que aumentou o consumo energético, ameaçando o equilíbrio ambiental; crescimento demográfico extraordinário, com o aumento da expectativa de vida e a redução da mortalidade infantil; o fato de que milhões de seres humanos escaparam da pobreza, apesar do crescimento igualmente subjuguante de pobres.

Oosterbeek (2011) argumenta que, a partir da última década do século XX, foi-se generalizando a consciência de que os Estados-Nação, por si sós, não têm os meios para resolver nenhuma das grandes questões que afetam os seres humanos. Essa realidade levou ao surgimento, em diversos países, de uma dinâmica de participação individual. O espaço de intervenção de indivíduos isolados ou pequenos grupos, em uma escala sem precedentes, tem sido reforçado, no século XXI, por diferentes fenômenos, tais como: o desemprego estrutural; os desequilíbrios ambientais; o reforço da integração sistêmica das realidades regionais pelas novas tecnologias. Para Oosterbeek (2011), o que muda, na nossa sociedade, hoje, é que as estruturas tradicionais de socialização dos comportamentos (os Estados, igrejas, partidos políticos, sindicatos e as famílias ou as ONGs institucionalizadas) não enquadram mais o comportamento dos indivíduos. Abre-se, assim, espaço para a intervenção individual com potencial impacto global.

Oosterbeek (2011) identifica, no início do século XXI, uma situação inédita de centralidade do indivíduo na sociedade e o avanço da participação dos cidadãos na vida das suas comunidades. Tais fenômenos estão ligados, segundo o autor, a dois fatores: o crescimento econômico, que gerou uma classe média cada vez mais forte e que se mobilizou em torno de direitos, liberdades e garantias sociais; e a incapacidade crescente dos Estados de providenciarem a estabilidade e o crescimento esperados.

Tal contexto apresenta novas demandas para a gestão territorial. De acordo com Oosterbeek (2011), diante da crescente atomização dos comportamentos (divisão em agrupamentos humanos de diversos tipos sociais, nacionais, étnicos, econômicos, religiosos e outros), problemas de crescimento do sistema globalizado e aumento da entropia (desordem), ela precisa incorporar em sua matriz a atomização e o comportamento caótico, e não tratá-los como meros elementos perturbadores. A gestão territorial tem de ser mais gestão e menos ordenamento, mais prospectiva e menos planejamento.

Nessa discussão sobre a superação da visão de desenvolvimento centrada no crescimento econômico, Amartya Sen (2000), ao tratar da expansão das liberdades individuais, apresenta elementos que consideramos convergentes com as ideias de Oosterbeek (2011).

Segundo Sen (2000), existem dois posicionamentos gerais a respeito do processo de desenvolvimento que podem ser encontrados tanto em análises econômicas profissionais como em discussões públicas. Uma dessas visões considera o desenvolvimento um processo “violento”, no qual o Estado deve negar “tentações” como previdência social, serviços sociais, priorização do interesse público, direitos políticos e cívicos, a democracia enquanto valor. Benefícios concebíveis em um estágio superior do desenvolvimento, quando este houver produzido resultados positivos suficientes, mas que, antes, devem ser condicionados ao rigor e disciplina do Estado.

Outra corrente enxerga o desenvolvimento essencialmente como um processo “amigável”, com trocas mutuamente benéficas, por influência de redes de segurança social, de liberdades políticas ou de desenvolvimento social — ou por combinação dessas atividades protetoras. Para Sen (2000), em sintonia com a perspectiva amigável, o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam. O alargamento da liberdade é simultaneamente o fim e o meio principal do desenvolvimento, os quais podem ser chamados, respectivamente, o “papel constitutivo” e o “papel instrumental” da liberdade no desenvolvimento.

O papel constitutivo considera o valor da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. Fazem parte dessas liberdades substantivas as capacidades elementares, como ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades

relativas à alfabetização, à participação política, à liberdade de expressão, entre outras.

O papel instrumental da liberdade refere-se ao modo como os diferentes tipos de direitos, oportunidades e habilitações contribuem para a expansão da liberdade humana em geral, e para a promoção do desenvolvimento. Sen (2000) destaca as liberdades políticas, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora como cinco tipos distintos de liberdade relevantes nessa perspectiva instrumental. Essas liberdades tendem a contribuir para a capacidade geral das pessoas de viverem mais livremente, reforçam-se mutuamente e são coesas.

Desse modo, as liberdades políticas implicam a realização de eleições e mecanismos de controle e crítica às autoridades. As facilidades econômicas correspondem às oportunidades dos indivíduos de utilizarem os recursos econômicos para consumo, produção ou troca. As oportunidades sociais envolvem a organização dos serviços de educação e saúde. As garantias de transparência referem-se à abertura, combate à má gestão e à corrupção nas instituições. A segurança protetora está relacionada a uma rede de segurança social frente ao desemprego e às situações de subsistência.

Conforme Sen (2000), essas liberdades instrumentais aumentam diretamente as capacidades e as liberdades das pessoas, completam-se e reforçam-se mutuamente. O conhecimento dessas interligações contribui com as deliberações sobre políticas de desenvolvimento. Para além do aumento dos rendimentos privados, o crescimento econômico permite ao Estado o alargamento dos serviços sociais, do mesmo modo que a criação de oportunidades sociais, através de serviços como educação pública, serviços de saúde e desenvolvimento de uma imprensa livre e ativa, pode contribuir para o desenvolvimento econômico. Liberdades democráticas incentivam o combate à fome. A diminuição do custo de vida, o aumento da renda dos mais pobres, o aumento da renda *per capita* e a oferta de serviços sociais reduzem a mortalidade e elevam a qualidade de vida.

Conforme o autor, é grande a relevância da expansão da liberdade humana para o desenvolvimento. As capacidades individuais, por sua vez, dependem essencialmente de disposições econômicas, sociais e políticas. E os papéis instrumentais de diferentes tipos de liberdade e suas inter-relações não podem ser ignorados. Desse modo, essas inter-relações têm influenciado fortemente o

processo de desenvolvimento e aumentado, portanto, a necessidade de se desenvolver e sustentar uma série de instituições, como sistemas democráticos, mecanismos legais, estruturas de mercado, provisão de serviços de educação e saúde, facilidades para a mídia e outros tipos de comunicação. Tais instituições podem incorporar iniciativas privadas além de disposições públicas, bem como estruturas mais diversificadas, como ONGs e cooperativas.

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas — dada à oportunidade — na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. A perspectiva de que a liberdade é central em relação aos fins e aos meios do desenvolvimento merece toda a nossa atenção (SEN, 2000, p. 71).

Essa visão do desenvolvimento como liberdade defendida por Sen (2000) confirma a crítica de Oosterbeek (2011) a respeito da orientação das políticas públicas voltadas especialmente ao crescimento econômico, em detrimento de garantias sociais. Evidencia as contradições dessa priorização, frente à relevância da liberdade para a estabilidade e o desenvolvimento social e justifica o aumento da participação, com a centralidade dos indivíduos na busca de liberdades e direitos que atendam às suas necessidades.

A análise de Haesbaert (2006) vai ao encontro das discussões propostas por esses autores sobre a relevância da inclusão social com a expansão das liberdades democráticas para a superação dos dilemas atuais, agregando, a seguir, a importância da integração dessas ideias também na dimensão do espaço geográfico, da gestão territorial. Para o autor, os conceitos de ordem e território, importantes para a discussão do “ordenamento territorial”, têm sido questionados pelos discursos contemporâneos da imprevisibilidade e da desordem, da fluidez e da desterritorialização.

Diante da problemática da destruição da ordem, da perda de forças ou, no extremo, do desaparecimento dos territórios, Haesbaert (2006) parte de dois pressupostos. O primeiro é que a ordem vem acompanhada da desordem, a qual não deve, em um primeiro momento, ser combatida, uma vez que pode ser a manifestação de uma nova ordem, de um novo ordenamento. Tal momento pode ser

considerado uma crise, em que o velho está desaparecendo e o novo ainda não nasceu. O segundo pressuposto é que o território, enquanto relação de apropriação e/ou domínio da sociedade sobre o espaço, além de estar relacionado à fixidez e à estabilidade (como uma área bem delimitada), incorpora também o movimento, as diferentes formas de mobilidade, em uma condição de “território-zona”, mas também de “território-rede”.

Haesbaert (2006) aponta como processos estruturantes do espaço-tempo, nas últimas décadas, a flexibilização da economia; a hegemonia do capital financeiro; a crise do Estado do bem-estar social (dos projetos de planejamento regional-nacional integrado); a difusão das tecnologias da informação; e, do ponto de vista cultural, a propagação de várias culturas simultaneamente e/ou o hibridismo cultural, que contribui com a diminuição de identidades claramente definidas.

O autor chama a atenção para a importância da compreensão do que ocorreu com as concepções de espaço e suas relações com o território e ordem. Observa a instauração de uma nova experiência de espaço e de tempo, a partir de uma representação de um tempo-espaço que pode ser, ao mesmo tempo, global e local, mundial e regional, no qual as novas velocidades de transporte e comunicação permitiram a supressão ou pelo menos o enfraquecimento da distância física. Apesar das grandes desigualdades sociais no acesso a essas novas tecnologias, elas permitem o acesso instantâneo a outras partes do mundo; a mobilidade dos atores e também de setores da sociedade e da própria economia, fazendo com que o capital, mercadorias de consumo cotidiano, variados tipos de objetos e informações se movam em tempos diversificados, adquirindo valores diferenciados conforme essa “mobilidade” e relatividade de acesso.

A noção de espaço geográfico sofreu grandes mudanças, hoje, o distante pode também estar presente, o “aqui e agora” pode também ser o “lá e agora”, uma vez que se pode intervir sobre lugares distantes. Entretanto, outros aspectos envolvendo o espaço e o território, outras propriedades fundamentais do espaço geográfico, como aquelas ligadas à diferenciação ou contraste e à inclusão e exclusão, do que está dentro e do que está fora, ao invés de desaparecerem, serem alteradas ou consideravelmente enfraquecidas, foram intensificadas, com grande aumento das desigualdades e da segregação socioespacial.

A partir das considerações anteriores, Haesbaert (2006) conclui que “ordenar” o território ficou muito mais complexo. Considerando que se territorializar implica o

controle sobre o movimento de pessoas, objetos ou informações, através e pelo espaço e, a partir daí, o domínio e a apropriação desse espaço, pode-se dizer que formar territórios é, conseqüentemente, “ordená-los”. Assim como não há ordem sem desordem, ordenamento sem desordenamento, também não há territorialização sem desterritorialização, tornando-se preciso destruir ou deixar um território para a constituição ou ingresso em outro. De maneira clara, todas as ações sobre o território interferem, em maior ou menor grau, nos processos permanentes de desreterritorialização.

Pensar os processos de territorialização, ou seja, a formação de territórios, como um processo concomitantemente desreterritorializador e, portanto, desordenador, não é tarefa fácil. Implica, em primeiro lugar, substituir as leituras estanques, “euclidianas”, de território como uma área ou superfície relativamente homogênea e dotada de limites ou fronteiras claramente estabelecidas. Devemos partir da constatação de que o espaço geográfico é moldado ao mesmo tempo por forças econômicas, políticas, culturais ou simbólicas e “naturais” que se conjugam de formas profundamente diferenciadas em cada local (HAESBAERT, 2006, p. 120).

O autor afirma que, de modo simplificado, no contexto atual, a dinâmica econômica é moldada na forma de territórios-rede, privilegia pontos e linhas e não o “espaço de todos” no seu conjunto; a dinâmica política — ainda que exercida cada vez mais ao modo de redes políticas — privilegia a gestão em termos de territórios-zona, superfícies ou áreas com limites claramente estabelecidos, ainda que sem uma escala privilegiada, mas oriundos da imbricação de vários níveis inter-relacionados; a dinâmica “social” relega cada vez mais uma parcela crescente da população à condição de exclusão socioespacial ou inclusão precária; a dinâmica cultural foge cada vez mais da associação nítida entre um território e uma identidade específica para projetar-se igualmente na forma de identidades híbridas e de redes; a dinâmica “natural” é cada vez menos restrita ao espaço local e cada vez mais imersa na complexidade das relações sociais e ambientais de caráter global.

Para o autor, essa miscelânea de condições e as combinações complexas daí resultantes dificultam a construção de políticas de “ordenamento territorial” — que são, realmente, políticas de “desordenamento” territorial. “Administrar a desordem — e a exclusão ou precarização das condições socioespaciais da população que a constitui — passa a ser o grande dilema a ser enfrentado” (HAESBAERT, 2006, p. 121).

Vemos, portanto, que Oosterbeek (2011) e Haesbaert (2006) apresentam discussões convergentes no que se refere às condições e aos desafios contemporâneos da gestão territorial: capacidade de gerir a desordem e o movimento; caráter prospectivo; combate às desigualdades sociais. Com base nas ideias desses autores, podemos discutir os desafios contemporâneos da discussão de Gestão e Território e construir elementos para a análise de políticas públicas, objeto de estudo desta dissertação.

Segundo Haesbaert (2006), o ponto inicial para um reordenamento mais consistente e coerente com o contexto social deve ter como objetivos principais a diminuição das desigualdades socioespaciais e de exclusão socioeconômica da população, incluindo a melhoria das condições de acessibilidade às conexões que estimulam a formação de redes ou de articulações extralocais; o aumento do nível de democratização e representatividade dos espaços políticos, com efetiva participação da população como um todo, ou de grupos de especialistas locais; o fomento do comprometimento público com as iniciativas a serem executadas através do resgate e fortalecimento de identidades territoriais homogêneas, “tradicionais”, e também da união e combinação entre as diversas identidades culturais “locais”; o trabalho contínuo de desreordenamento que integre as diversas escalas (municipais, mesorregionais, estaduais e macrorregionais), evitando o localismo paroquialista ou o nacionalismo exacerbado.

Conforme o autor, nessas circunstâncias está presente a ideia de um espaço dinâmico, em rede, que jamais será simplesmente “reordenado”, uma vez que convive ao mesmo tempo com a “desordem”, que não deve ser considerada apenas como negativa. Assim, antes de pensar os limites do espaço em termos de homogeneidade, devem-se considerar os diversos fluxos e conexões que o perpassam e o transformam em um conjunto de redes que entrecruzam essas diversas propriedades.

Para Haesbaert (2006), como vimos anteriormente, o combate ao crescimento das desigualdades e da exclusão socioespacial deve ser considerado prioridade. Uma vez que essas desigualdades espaciais não podem ser combatidas considerando-se apenas uma escala específica, como a escala “regional”, o autor afirma:

Atacar as desigualdades socioespaciais, por um novo ordenamento territorial, significa atacá-las em seus múltiplos níveis, a começar pelo intraurbano, especialmente no caso das grandes metrópoles nacionais, passando depois pelo mesorregional e chegando até o macrorregional, onde está incluída, de forma mais ou menos implícita, a própria relação nacional-global (HAESBAERT, 2006, p. 122).

Segundo o autor, é necessário considerar os diferentes tipos de problemas passíveis de se resolverem em termos de continuidade espacial e aqueles que somente podem ser resolvidos em termos de descontinuidade espacial ou de territórios-rede, em combinações com outras escalas, a exemplo das questões das desigualdades e da exclusão social.

Um “reordenamento territorial” integrado, hoje, é necessariamente multiescalar e multiterritorial, no sentido da combinação não simplesmente dos espaços político, econômico, cultural e “natural”, mas das múltiplas escalas e formas espaciais (incluindo os territórios-rede) em que eles se manifestam. Ignorar esta complexidade é retornar mais uma vez a políticas paliativas e setoriais de pensar a relação entre a sociedade e seu espaço (HAESBAERT, 2006, p. 123).

Nessa direção de enfrentamento das dificuldades apresentadas, segundo Oosterbeek (2011), é fundamental uma gestão integrada que estude os métodos e técnicas da interdependência entre as variáveis consideradas, construa, de forma prática, soluções flexíveis e transitórias e melhore, de forma sustentável, as dimensões econômica, social e ambiental das sociedades, conferindo espaço para sua reorganização identitária.

Conforme Oosterbeek (2011), embora não possua regras rígidas e se empregue de modo flexível, a Gestão Integrada do Território observa algumas orientações e reflexões relativas ao território. Tais elementos enfatizam sua natureza sistêmica, as perspectivas culturais, a agregação entre economia e cultura, a importância da sustentabilidade, que se podem resumir nos cinco princípios a seguir: 1) o território é mais do que um lugar de ação humana, envolve-a e não é completamente controlável; 2) os grupos humanos não agem diretamente em territórios, mas em paisagens, em percepções culturais desses territórios; 3) a economia são as relações dos seres humanos entre si, com o território e a paisagem, para o suprimento de suas necessidades, e a cultura, uma formação mediada das representações dessas relações; 4) o crescimento demográfico é condição de futuro para a humanidade; 5) sem crescimento econômico compatível com o equilíbrio ambiental e a equidade social, as rupturas são inevitáveis.

Na exposição desses princípios, identificamos algumas das ideias presentes nos estudos territoriais e, de maneira específica, nos estudos sobre a Gestão Integrada do Território, que constituem o referencial teórico a partir do qual pretendemos, nesta dissertação, analisar o programa Cultura Viva. Dos diferentes enfoques apresentados, destacamos as seguintes ideias:

- o espaço como um elemento importante para a análise da ação humana;
- a interdependência entre os aspectos econômicos e culturais;
- a consideração de aspectos da imprevisibilidade na gestão pública;
- a priorização na busca de consensos e visões de futuro compartilhadas no território;
- o combate à desigualdade e à exclusão socioespaciais;
- a expansão das liberdades reais dos indivíduos como propósito principal do desenvolvimento.

Neste item, com o intuito de chegar ao estabelecimento de relações interdisciplinares entre a Geografia e a Gestão Pública, buscamos, primeiramente, destacar a importância atual do espaço como categoria de análise social e, logo em seguida, refletimos sobre o território e sua gestão. No próximo item, trataremos dos elementos de identidades e cultura, destacados como aspectos importantes da Gestão Integrada do Território.

1.2 IDENTIDADES E CULTURA: QUESTÕES PARA A GESTÃO DO TERRITÓRIO

A partir dos elementos gerais da gestão territorial, cujos desafios analisamos no item anterior, chegamos à discussão das questões de cultura e identidade, centrais em nosso objeto de estudo. Neste item, apresentamos as contribuições de diferentes autores, que utilizam esses elementos em suas análises. Buscamos, assim, organizar referências para a análise do Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva.

Oosterbeek (2011), ao discutir a Gestão Integrada do Território, apresenta a preocupação com a compreensão do comportamento humano e das identidades. Segundo o autor, o território planetário é, hoje, mais que nunca, uma complexa rede de polos urbanos, sem uma direção estável. Para compreendê-lo, é preciso levar em

consideração os aspectos de imprevisibilidade e a variabilidade do comportamento humano, ao invés de buscar os elementos que possibilitariam a previsão e o controle. O autor aponta os conflitos violentos ligados a motivos religiosos ou raciais registrados pelas Nações Unidas, neste século, como elementos que mostram a relevância da cultura e das identidades como uma quarta dimensão do desenvolvimento sustentável, para além da economia, da sociedade e do ambiente. As questões das identidades, dos recursos hídricos, transportes, comunicação e inovações tecnológicas constituem os desafios colocados aos Estados-Nação, sem solução possível restrita à escala local ou regional.

Becker (1996) corrobora a visão de Oosterbeek (2011), ao conceituar desenvolvimento sustentável como desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social e destacar o papel dos valores sociais e culturais na valorização estratégica de cada território.

[...] a lógica civilizatória, aquela dos valores sociais e culturais, converge para a valorização estratégica dos territórios. Ela se expressa na demanda de autonomia e projetos alternativos oriundos da sociedade local, mas articulados em alianças globais através das redes transnacionais (BECKER, 1996, p. 2).

Becker (1996) converge também com a análise de Oosterbeek (2011) sobre os desafios colocados hoje aos Estados-Nação, destacando a relevância das informações flexíveis e desagregadas sobre os lugares; do conhecimento e dos meios de comunicação; e da revalorização da natureza como elementos estratégicos para o território.

Também em Flores (2006) encontramos a perspectiva da identidade cultural na discussão da Gestão do Território. Ao conceituar o desenvolvimento sustentável, o autor aborda estratégias de desenvolvimento que consolidam a coexistência de diferentes culturas, as quais se caracterizam a partir das diferenças socioambientais. Empreende uma análise que se aproxima, em alguns pontos, da gestão integrada do território proposta por Oosterbeek (2011), na medida em que, para o autor, “o ecodesenvolvimento incorpora plenamente a abordagem territorial do desenvolvimento, com sua caracterização a partir de uma identidade cultural” (FLORES, 2006, p. 12). Destaca como outro ponto importante a necessidade de ampla participação dos atores locais no planejamento e gestão do desenvolvimento do território, que exige descentralização política.

Neste enfoque de desenvolvimento, para se construir um processo de desenvolvimento territorial sustentável, é necessário o enfrentamento dos conflitos, nem sempre explícitos, entre os diferentes grupos de atores que são direta ou indiretamente afetados por ações locais. Para essa construção, o conflito e a negociação são partes importantes da formação da autonomia das sociedades, necessária para o estabelecimento de bases sustentáveis de desenvolvimento, produzindo-se um processo solidário e de cooperação coletiva. Por outro lado, nem sempre as negociações em torno dos conflitos visando estabelecer o conjunto institucional que regula as ações locais resultam em processos sustentáveis de desenvolvimento (FLORES, 2006, p. 12).

Para Flores (2006), quando ocorre a imposição de grupos nas negociações, criam-se limites que impedem a construção social sustentável do desenvolvimento, seja por exclusão social, apropriação de recursos naturais e da renda territorial por determinados grupos sociais, degradação de recursos naturais, dentre inúmeras outras possibilidades. Nesse sentido, o preparo de agentes no reconhecimento e compreensão desses conflitos, bem como a formatação de mecanismos institucionais que promovam a autonomia dos atores sociais locais seria o caminho para a construção de instituições e processos que estabeleçam estratégias sustentáveis de desenvolvimento.

A construção social e a definição da identidade cultural de um território constituem uma ação coletiva, determinada simultaneamente com um marco institucional que regula as atividades dos atores locais que participam de seu processo de construção. Assim, em uma abordagem ecodesenvolvimentista e do uso dos recursos comuns de uma localidade, a melhor gestão do território se dá por “uma relação que estabeleça vínculos entre a institucionalidade local com as externas à localidade (regional, nacional ou internacional), fortalecendo mecanismos de regulamentação flexíveis e ágeis” (FLORES, 2006, p. 15). Busca-se, assim, aproveitar as institucionalidades locais, em sintonia com a cultura local. A cogestão, entre atores locais e poder público, instrumentaliza e fortalece a participação social e a interação de diferentes institucionalidades.

A construção dessa institucionalidade local e seu relacionamento com institucionalidades externas se tornam, portanto, importantes para a construção do desenvolvimento sustentável de territórios com identidade cultural. Torna-se um elemento mais importante ainda quando caminha no sentido de fortalecimento da noção de autonomia das sociedades locais, conferindo-lhes maior capacidade de negociação intra e interterritórios. Elas podem representar o rompimento com as práticas tradicionais de políticas clientelistas e de domínio do poder por segmentos específicos, facilitando a

formação de novas iniciativas, reconstruindo as redes de poder local e permitindo a formação de novas estratégias de cooperação (FLORES, 2006, p. 15).

Entendemos ser possível relacionar essa ideia com a centralidade ocupada pelos atores individuais na condução das questões contemporâneas, apresentada por Oosterbeek (2011). Além disso, diversos elementos da teoria do desenvolvimento sustentável aproximam-se das discussões da GIT propostas por esse autor e também da discussão do ordenamento territorial proposta por Haesbaert (2006), tais como maior consciência ecológica; respeito e integração do homem à natureza; construção de acordos voltados ao bom uso do patrimônio sociocultural e natural em benefício das gerações futuras; compromissos de melhoria da qualidade de vida das populações; desenvolvimento da autonomia das sociedades (indivíduos e comunidades), com o aumento da autoconfiança no relacionamento com demais atores e segmentos sociais; uma práxis com ações direcionadas à integração socioambiental, equidade social e à preservação da natureza.

Para Oosterbeek (2011), o reconhecimento da diversidade cultural não aparece apenas como um direito, mas como uma força da nossa espécie que será essencial no futuro, o que nos leva à dimensão das identidades, que, atualmente, se fragmentam e se reorganizam. A reorganização das identidades territoriais, inclusive a partir de problemas nacionais mal resolvidos em todos os continentes, e os processos de reapropriação de territórios ou de repatriamento de bens são outros elementos geradores de crescentes conflitos de raiz identitária, que depois se plasam na disputa territorial.

Diante dos desafios contemporâneos para a Gestão Integrada do Território, Oosterbeek (2011) postula a necessidade de se elevar a consciência crítica dos indivíduos, reintegrar os conhecimentos que permitem dominar os conceitos de espaço (território), tempo (dinâmicas) e causalidade (cruzamento das dinâmicas no espaço). É urgente uma Gestão Integrada do Território que busque respostas que possibilitem a promoção de estratégias participadas convergentes, a partir da compreensão, valorização e desenvolvimento das dinâmicas culturais e identitárias. Para Oosterbeek (2011), a espécie humana, que se move de maneira bem-sucedida no planeta, apesar de suas fragilidades (com crescimento apreciável em todos os continentes e quase todos os ecossistemas), é uma espécie que obedece a dois

princípios vitais: o de assegurar sua reprodução e o de assegurar sua sobrevivência. Nem sempre esses “mandamentos” são seguidos, e, na sociedade atual, o segundo, a sobrevivência, se sobrepõe em várias culturas ao primeiro, a reprodução.

Sobre a estratégia de reprodução da espécie humana, o autor destaca o processo de aprendizagem. Ao “optar” por uma descendência pequena e uma vida longa, a espécie humana é caracterizada por um período de crescimento extrauterino longo e pela necessidade de aprendizagem de comportamentos não inatos. Assim, a aprendizagem é uma necessidade biologicamente programada, da qual depende a sobrevivência da espécie. Com a aprendizagem social, os indivíduos desenvolveram meios de cooperação, que garantiram a competitividade frente às outras espécies. Uma marca de inteligência que, segundo o autor, o homem está perdendo como espécie atualmente.

O sucesso do homem, que hoje se defronta com novos dilemas, decorreu sempre de estratégias de grupo baseadas em relações estabelecidas entre indivíduos e entre esses e os contextos ambientais, no quadro de paisagens ou percepções dos territórios. Nesses processos, os comportamentos gerados por necessidades primárias (econômicas) foram mediados por representações socioculturais e pontuados por marcadores patrimoniais (simultaneamente culturais e econômicos, inscritos no ambiente) que asseguravam o *continuum* da espécie por entre as suas transformações.

Como esse cenário é constituído por dilemas, mais do que por problemas, as estratégias a serem desenvolvidas devem partir de diagnósticos rigorosos e do reconhecimento da natureza dialética da realidade, buscando a convergência e a consensualização de interesses e perspectivas, através de programas integrados de ações. Essas estratégias devem fundamentar-se na consciência dos dilemas e na compreensão da obrigatoriedade de escolhas diante deles. Daí a necessidade de uma recuperação da competência crítica, racional, dos cidadãos, permitindo o entendimento do presente como um momento de um percurso.

Diante dessa realidade, o patrimônio cultural, além de uma base para a autoestima de coletivos humanos, é também um marcador territorial que destaca as dimensões de espaço (onde as pessoas transitam) e tempo (de onde e para onde), sendo assim, mais do que seu valor intermediário na esfera turística, um determinante de crescimento econômico e de equilíbrio ambiental.

Conforme Oosterbeek (2011), o território é uma realidade física, mas, para as pessoas, existe como uma “visão”, fruto de percepções. Assim, o território é um complexo de territórios, de percepções que podem ser chamadas de paisagens. As paisagens são definidas pelos olhares: enquanto o território é constituído pelos “recursos” (do ponto de vista humano), integrando todas as materialidades, reconhecidas ou não pelos grupos; as paisagens são perspectivas seletivas, condicionadas pela realidade cultural, tecnológica ou social dos observadores. Um mesmo território pode ser percebido de maneira diferente, não constituir a mesma paisagem, para pessoas diferentes. Cada um “enxergará” o que lhe for possibilitado pelas situações socioculturais e competências cognitivas de seu contexto. Em geral, as pessoas não incorporam às suas paisagens o que lhes é irrelevante. A variedade de paisagens impacta a gestão territorial, uma vez que a adoção de determinadas políticas, a exemplo das políticas públicas, decorre dos tipos de paisagens que se vislumbram. O patrimônio cultural ocupa lugar central nesse processo, pois é constituído por tudo aquilo de que uma sociedade, nos seus variados setores, se apropria, ou converte em simbolismos da existência, separando determinados grupos humanos, mas concentrando outros. A diversidade de paisagens, de olhares sobre a contemporaneidade, pode ser equilibrada por uma convergência de interesses no passado (através da valorização do patrimônio cultural, cuja diversidade permite múltiplas apropriações, dispersando os conflitos), consenso essencial para a mobilização coletiva em torno de objetivos comuns. A economia regula as relações entre indivíduos para a satisfação das suas necessidades, e a dinâmica social organiza esses mesmos indivíduos, mas é o patrimônio que pode ajudar na superação das fragmentações do presente, mobilizando interesses distintos, baseados em acordos na perspectiva de um futuro também comum.

Comparado com a memória humana, o patrimônio é um conjunto de informações que se reestruturam permanentemente, para construir identidades coletivas sempre em mutação. Por isso, para Oosterbeek (2011), o desenvolvimento sustentável e coerente é o resultado da articulação entre memória (patrimônio), presente (dinâmicas econômicas, sociais e ambientais) e futuro (prospectiva). Em uma lógica sistêmica, todos esses componentes são partes relevantes. A partir das dinâmicas do presente, pode-se construir o futuro, e, para mantê-las coesas e em equilíbrio, é crucial construir uma visão integradora que as inscreva em um fluxo

temporal que as compreenda a partir do seu passado (memória, patrimônio) e que suporte um modelo de gestão integrada (incluindo a sua governança).

Nesse ponto, o autor relaciona duas discussões que havia feito anteriormente: uma abordagem dinâmica do desenvolvimento e a centralidade do indivíduo na sociedade contemporânea. Afirma que o desenvolvimento sustentável precisa apoiar-se nos pilares da sustentabilidade (economia, sociedade e ambiente), com sua integração em um fluxo temporal de diversos atores conscientes. Para Oosterbeek (2011), a ausência de consciência, acompanhada da perda das noções de espaço, tempo e causalidade, provavelmente, é a principal causa das dificuldades atuais da humanidade.

Nesse sentido, Fernandes (2000) afirma que as sucessivas crises provocadas pelo crescimento urbano desordenado e o mau uso dos recursos naturais fizeram surgir, na década de 70, a consciência ambiental e, com ela, as preocupações relativas ao ordenamento do território e à cultura. À semelhança dos recursos naturais, os recursos culturais, com destaque do patrimônio, passam a ser vistos como recursos escassos não renováveis. Surgem os movimentos sociais de defesa do patrimônio e do ambiente. As concepções de desenvolvimento mais recentes passam a incluir as vertentes culturais e ambientais. O patrimônio valorizado de um território deixa de ser o simples monumento para incluir também as construções arqueológicas, a arquitetura urbana ou rural, a paisagem, a arte e as tradições populares, os equilíbrios ecológicos.

A autora, em concordância com Oosterbeek (2011), sobre a relevância do patrimônio cultural, observa a tendência das políticas culturais de conservação do patrimônio de tornarem-se também, em definitivo, políticas de desenvolvimento e ordenamento do território. Assim, como a cultura é compreendida como parte de um modelo de desenvolvimento territorializado, destaca a importância de se considerar a política cultural relativa ao patrimônio, a partir da gestão e planejamento desse território.

Fernandes (2000) destaca a importância da percepção e vivência do espaço local para um processo de desenvolvimento integrado. Para a autora, uma política eficaz de planejamento relativo ao ordenamento e à classificação dos solos, para além das características próprias do espaço físico, também diz respeito a um território com um percurso histórico e cultural, gerador de uma identidade específica e detentor de um patrimônio. Esse percurso, estabelecido em uma interação entre

espaço físico e populações, cria, nestas, um sentido de pertencimento, repleto de representações, aspirações e símbolos, que contribuem para seu estilo e qualidade de vida.

Segundo Fernandes (2000), cujas ideias opõem-se à visão funcionalista do desenvolvimento, uma perspectiva de desenvolvimento territorial entende o espaço local como espaço-território, espaço vivido, fundado em uma sociocultura específica e comum e que, além de constituir um suporte material e físico, composto por particularidades estruturais, é um espaço representado, dotado de características culturais afetivas e de simbologias próprias dos indivíduos e dos grupos sociais locais.

O modelo de desenvolvimento integrado é um processo político amplo que envolve diversos agentes e redes de poder, nos quais os territórios e os países são cada vez mais influenciados pelos contextos geopolíticos e econômicos, cujas orientações e decisões impactam o nível local. Embora esteja em curso uma tendência que procura relacionar o território e a cultura em uma perspectiva global, que abrange a competitividade entre as cidades, no sentido de atração de turistas e visitantes, em uma outra perspectiva, em nível local, tem-se destacado uma relação entre território e cultura, através de um conceito de integração social que considera essencial o conceito de identidade. Não por uma conotação conservadora, bairrista, mas pelas transformações que o território tem sofrido, em direção às exigências das sociedades contemporâneas de abertura e mudanças.

Conforme Fernandes (2000), essa identidade reúne, de um lado, elementos de ordem material que se relacionam com a própria localização, função produtiva, gestão urbanística, sítios e monumentos desse território. De outro lado, elementos de ordem imaterial relativa a símbolos e expressões culturais — tradições orais, saberes e saber-fazer, línguas e dialetos — que formam memórias dos que com eles se relacionam. Dentro de uma nova visão de cidade, para além da materialidade, da sua base econômica e da sua circunscrição geográfica, a cultura também compõe as políticas e os projetos urbanos. Provoca a articulação de ações culturais com intervenções de revitalização e reabilitação dos espaços urbanos. Corrobora, desse modo, a valorização urbana e o reforço da dimensão identitária dos espaços. Nesse sentido, e na busca reflexiva de compreensão dos valores, das dinâmicas culturais e identitárias nas políticas de desenvolvimento integrado do território, Fernandes

(2000) coloca o desafio sistemático e persistente de se definir e entender os conceitos de cultura e suas perspectivas.

Babo (2010) é outra autora que observa a participação da cultura, na atualidade, em relação aos processos de desenvolvimento socioeconômico. Afirma que a aposta política e estratégica na cultura tem impactado de maneira positiva e estruturante o desenvolvimento econômico e social, por meio da crescente qualificação das pessoas, do aumento da capacidade de inovação, do auxílio da competitividade das economias e dos territórios, da coesão social e territorial.

A cultura ganhou autonomia recente em diversos campos disciplinares, na economia, na geografia e na sociologia. A cultura entrou definitivamente e com representatividade nas agendas políticas e nas práticas de governação. A cultura constitui, cada vez mais, um “espaço” de encontro e reencontro das pessoas, das organizações e dos territórios. A cultura aparece hoje, frequentemente, como desafio e como “esperança” numa sociedade mais equilibrada, mais sustentável, mais coesa e mais adaptada aos novos paradigmas tecnológicos, organizacionais e ambientais (BABO, 2010, p. 18).

Conforme Babo (2010), a cultura, como conjunto de tradições e valores, de modos de estar e de vivências, de formas de relacionamento e de organização, no interior da comunidade e desta com outras comunidades, continua vinculada a um determinado território, que origina essa comunidade. A cultura forma a identidade desse território, determinando-lhe valores, singularidade e especificidade. É fator de diferenciação do território e, articulada com os fatores naturais, econômicos e humanos, contribui com o aumento de suas vantagens competitivas.

As diversas componentes do sistema cultural de uma cidade ou de um território, incluindo o seu patrimônio cultural (tangível e intangível), as competências humanas e organizativas, as dinâmicas de criação artística e de expressão e manifestação culturais, os equipamentos e infraestruturas culturais, adquirem, no quadro destas abordagens, um novo significado como instrumento de valorização econômica e social, de competitividade e de sustentabilidade (BABO, 2010, p.32).

Essa perspectiva considera a natureza peculiar dos recursos e produtos culturais de cada território, observando o ambiente e os contextos da produção. Babo (2010) aborda, nessa perspectiva, a questão das políticas públicas, afirmando que a partir da organização espacial das atividades culturais e artísticas, e suas interdependências, originaram-se novas políticas públicas com vista ao desenvolvimento local e regional.

Nesse panorama, conforme Babo (2010), são inúmeras as abordagens da cultura e da criatividade, no quadro da economia, da ciência regional e do desenvolvimento regional, que destacam a importância da dimensão territorial. Nessas análises e interpretações, os ambientes criativos estão relacionados aos espaços que aglutinam características e dinâmicas favoráveis à criatividade e inovação; que fomentam a economia e atraem talentos; que não ignoram as dimensões de tempo e espaço; que combinam a criatividade cultural, educação superior, instituições e empresas à escala do território; que unem a criatividade cultural à peculiaridade dos produtos culturais, compondo as dimensões tangíveis e intangíveis dos fatores de produção; que estabelecem tendências culturais a partir de um território delimitado (cidade, distrito), articulando seus talentos criativos e recursos agregados.

As novas tendências mundiais, seja ao nível da globalização, seja dos novos paradigmas da sustentabilidade e da coesão, têm contribuído, de forma similar, para a inserção de novas abordagens da cultura no quadro das agendas política e da governação, dentro de uma relação permanente entre a dimensão local e a dimensão global (BABO, 2010, p. 40).

De acordo com Babo (2010), a noção de que a cultura, em um sentido funcional, abrange e estabelece relações com diversas atividades, que vão desde as artes, na sua versão mais limitada e ligada ao conceito de belas-artes, às indústrias culturais e a um conjunto bastante variado de atividades criativas em outros campos da produção de bens e serviços, requer grandes mudanças nas políticas e, em particular, nas políticas públicas. Além da compreensão de que a cultura, de forma ampla e significativa, é também relevante em termos de crescimento, de competitividade, de criação de emprego e de geração de riqueza dentro da economia e do território.

Para Babo (2010), diante dos problemas e desafios da atualidade colocados aos países e ao mundo, especialmente na realidade da globalização e da sociedade do conhecimento, a cultura deve ser incorporada de maneira crescente na vida das pessoas e das organizações e na formulação das políticas públicas.

[...] a necessidade de, neste contexto de enorme circulação de pessoas, bens, informação e conhecimento, salvaguardar as identidades locais, regionais e nacionais, as diferentes culturas e a diversidade, apelando à criação junto dos indivíduos e das organizações de novas condições e de

novas competências, mais adequadas à estrutura multicultural da sociedade contemporânea (BABO, 2010, p. 41).

A diversidade cultural e o diálogo intercultural entre países e regiões promovem trocas e intercâmbios importantes, no incentivo à empregabilidade, adaptabilidade e mobilidade dos artistas e trabalhadores culturais, bem como à mobilidade de bens culturais e à garantia de acesso dos cidadãos à cultura. O desenvolvimento de competências interculturais, junto aos cidadãos, para além dos grupos de interesse culturais, dos técnicos e dos gestores públicos, traduz-se em conhecimentos e expressão cultural, competências sociais e cívicas, e capacidade de comunicação em línguas estrangeiras. Trata-se de um campo de intervenção das políticas que tanto poderá contribuir com o desenvolvimento do capital social, do capital cultural e do capital humano, como poderá impactar de maneira positiva o desempenho económico, de coesão social e territorial dos países.

As dimensões focadas, relacionadas com o papel da cultura no estímulo à criatividade e à inovação, com a diversidade cultural e com o diálogo intercultural, representam uma multiplicidade de campos de interação da cultura com as pessoas (ao nível da sua qualidade de vida, da sua personalidade e identidade, da forma como se integram no mercado de trabalho, das profissões que realizam), com os territórios e as cidades (constituindo recursos e ativos potencialmente geradores de riqueza, fatores de diferenciação e identidade, etc.), e com as organizações, que integram os sistemas sociais, económicos e políticos-administrativos e a generalidade do tecido institucional (BABO, 2010, p. 42).

Flores (2006), em direção a essa abordagem, considera que a construção social de um território depende da associação de estratégias de valorização de produtos locais, de forma diferenciada, se a eles se associam os fatores que diferenciam o território, ou que lhes são específicos. Sendo esses fatores, na maioria das vezes, formados pela interação entre o património natural e o património histórico-cultural presentes no território.

Ao discutir identidades e cultura como elementos importantes da GIT, buscamos fundamentos para a análise de uma política pública voltada para esses elementos — o Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural — Cultura Viva. Os autores adotados apontam as relações entre os recursos naturais e os recursos culturais no desenvolvimento, e a identidade como aspecto constitutivo do território. Atualmente, a cultura se destaca na valorização dos territórios, na composição das políticas públicas e projetos urbanos, através da

crescente qualificação das pessoas, do aumento da capacidade de inovação, do auxílio à competitividade econômica, da coesão social e territorial. Essas noções serão retomadas na análise do Programa, no próximo capítulo. A seguir, no terceiro e último item deste primeiro capítulo, voltamo-nos especificamente para as contribuições da GIT para as políticas públicas.

1.3 A GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO COMO PERSPECTIVA PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Nos dois itens anteriores, apresentamos os fundamentos teóricos da Gestão Integrada do Território e, de maneira específica, os aspectos de cultura e identidade. No presente item, destacamos, no referencial teórico utilizado, as discussões diretamente ligadas à gestão pública, a fim de consolidar um campo para análise do Programa Cultura Viva.

Para Oosterbeek (2011), a GIT deve ser compreendida como um conjunto de atividades que visam à transformação da organização social, em que a teoria emerge e racionaliza práticas que visam ao estabelecimento de consensos voltados às contradições geradas, em fases anteriores de desenvolvimento, entre global e local, economia e cultura, urbano e rural, mercado e subsistência, teoria e prática.

O território, por sua vez, deve ser considerado como um sistema constituído de recursos, em sua maioria, não renovável, cuja utilização e benefícios precisam ser geridos de forma integrada, na perspectiva de um desenvolvimento adequado à sua preservação e sustentabilidade. Isso requer uma articulação de diferentes perspectivas, em muitas ocasiões, contraditórias. Conforme o autor, as esferas de atuação da sociedade, suas dinâmicas econômicas e relações com o contexto ambiental possuem tendências de dispersão, desequilíbrio, perda de energia e redução do crescimento. Resulta daí a necessidade de articulação entre elas, o que fez com que evoluíssem, de forma rápida, ao longo do século XX, as preocupações com o planejamento, com a proteção dos recursos ou com uma maior coesão social. Essa evolução foi acompanhada pelo crescimento, sem precedentes, dos aparelhos administrativos do Estado.

Formas de gestão que se pretendem superar com a GIT, o planejamento e o ordenamento territoriais estruturaram-se, até o início do terceiro milênio, através da incorporação progressiva de diversos instrumentos e formas. Seus objetivos são resultantes de uma visão das relações entre as esferas pública e privada que se consolidou em torno dos seguintes princípios: gestão racional de recursos, coesão econômico-social (da qual o Estado Providência é um elemento central), distribuição ordenada de populações e atividades (que não evitou a concentração urbana), satisfação das necessidades de urbanização (com custos energéticos altos), defesa do patrimônio, reabilitação dos centros históricos urbanos (não raro reocupados por turistas e transformados em “não lugares”) e, em dimensões globais, desenvolvimento econômico, social e cultural. As estratégias de ordenamento do território estruturaram-se em torno das políticas de solos, mas também de medidas de equilíbrio durável da estrutura biofísica, adequando às novas realidades as estruturas institucionais, protegendo valores associados à promoção da harmonia entre recursos, atividades e comunidades.

Oosterbeek (2011) afirma que os instrumentos e estratégias de gestão descritos acima, embora úteis, não são suficientes. Desse modo, o conhecimento dos elementos fortuitos de desintegração do sistema (atentados e crises econômicas), a incapacidade de promover um reequilíbrio ambiental sem comprometer as expectativas de crescimento dos países do hemisfério sul, o aumento da desigualdade social em todo o planeta, apesar do crescimento econômico, os conflitos crescentes de base étnica e cultural são indicativos que demandam novos instrumentos para uma efetiva Gestão Integrada do Território.

Essa forma de gestão incorpora os objetivos do planejamento e ordenamento anteriormente citados, mas busca uma visão integradora das dinâmicas sociais do território, nas suas perspectivas social, econômica e ambiental. Visão, segundo o autor, que se viabiliza através da integração das ações que intervêm no território (espaço) no momento presente e na criação de estruturas e mecanismos de governança participada. A gestão integrada se realiza a partir da elaboração de diagnósticos, evidenciando não os problemas a resolver e sim incompatibilidades a superar, construindo cenários e previsões de futuro e promovendo escolhas participadas e conscientes. Concentra-se principalmente no fomento ao pensamento crítico, através da educação e da integração entre o poder público municipal, empresas, sindicatos, ONGs, agentes de desenvolvimento e o ensino superior.

Articulação que deverá desenvolver-se em torno de centros para os quais possam convergir os recursos do território e que atendam simultaneamente às escalas local e global das demandas sociais. Uma organização no modo de pensar global (estratégia) e local (identidades), com ações locais (proximidade) e globais (mundializando os locais, no mesmo sentido das globalizações econômica e política).

Para Oosterbeek (2011), a GIT advém de uma concepção da realidade do espaço socioeconômico, como um todo, privilegiando sua gestão, para além da fragmentação disciplinar. Parte da percepção de que a economia e a cultura são uma mesma realidade, entendidas de vários ângulos, visto que a cultura representa, dá formas à economia.

Em uma análise que nos permite refletir sobre a utilização da GIT na gestão pública, Oosterbeek (2011) considera que não se trata de rompimentos com instrumentos já existentes, mas de incorporação de novos instrumentos e reformatação dos anteriores. O planejamento e o ordenamento do território seguem princípios que funcionam na escala dos Estados nacionais com economias em crescimento: o interesse público, que sintetiza os interesses dos diferentes segmentos sociais; a liberdade e responsabilidade, do ideário de Kant; a legalidade; o Estado de Direito; a justiça social; a equidade; a solidariedade, que respondem à dimensão social do desenvolvimento sustentável; a igualdade, que reforça a identidade coletiva; a sustentabilidade, referente à dimensão econômica do desenvolvimento; o equilíbrio, que também comporta a dimensão ambiental; a descentralização, que reforça a otimização institucional em rede; a participação, que permite a integração das divergências; a coordenação, que informa; a eficiência e a racionalidade, que resultam dos anteriores.

Segundo Oosterbeek (2011), a GIT apresenta diferenças quanto ao objeto, aos objetivos e aos instrumentos a que recorre, em relação aos descritos anteriormente. Em relação ao objeto, incorpora ao interesse público a percepção das novas condições dos indivíduos (individualidade). Quanto aos objetivos, considera a diversidade e a contradição como algo a organizar e não a evitar, apreendendo os tipos de incompatibilidades, mais do que as complexidades dos contextos. Assim, o território é abordado como uma realidade, uma síntese concreta de diversas séries causais não totalmente controláveis ou interpretáveis, reforçando, desse modo, os instrumentos de previsão, investigação continuada, de inclusão tecnológica e de

interdisciplinaridade, na busca de uma visão sistêmica, de informações e conhecimentos mais amplos sobre o território, que priorizem a sua gestão.

As contribuições de Becker (1996) para a discussão da gestão pública, sob a ótica da Gestão Integrada do Território, concentram-se sobre um dos elementos apresentados por Oosterbeek (2011): a importância da informação e do conhecimento sobre o território. Na opinião da autora, a gestão do território é a integração da ciência, da tecnologia e das relações de poder, e expressa uma nova relação público-privado. Nessa visão, espaço geográfico é poder, e a informação sobre o espaço geográfico, um poder que envolve o território. Historicamente, a informação sobre o domínio do espaço tem sido condição do poder do Estado. Hoje, novos saberes definem o valor estratégico do território, modificando a exclusividade do poder do Estado sobre o território nacional. Isso, em função das crescentes mudanças em curso no final do último milênio, decorrentes da conjugação dos avanços da microeletrônica, dos meios de comunicação e da crise ambiental. Esse novo cenário tem criado e exigido novas formas de produção e novos padrões de relacionamento com a natureza e seus recursos, destacando-se a relevância da informação e do conhecimento, que se tornam fontes de produtividade econômica e revalorização dos elementos da natureza, e não só de poder técnico e político sobre o território. Para a autora, informações precisas, flexíveis e articuladas sobre o território são cada vez mais necessárias e devem ser expressas e direcionadas às necessidades dos atores sociais que se beneficiariam estrategicamente desse conhecimento.

Shiki (2004) também aponta diferenças entre os fundamentos da gestão integrada e as formas tradicionais de gestão. Para a autora, a principal característica da gestão integrada é a busca de acordos entre visões de diferentes esferas de decisão e ação. Utilizada como instrumento de gestão pública, procura superar os desafios da gestão tradicional, que se subordina à centralização e à setorialização e não combina com a ideia de sustentabilidade. Com esses fins, a gestão integrada valoriza a gestão prospectiva no esforço produtivo da coletividade; a geração de renda e inclusão social com conservação ambiental; a preservação de recursos e a criação de espaços de proteção permanente. Frente a essas novas demandas, considera as informações sobre os lugares indispensáveis às estratégias dos atores que atuam no território, permitindo-lhes uma atuação seletiva.

Segundo Shiki (2004), a gestão integrada pressupõe uma nova institucionalização que associe as variadas dimensões presentes no processo de desenvolvimento; implique os diferentes atores sociais envolvidos, com destaque à manutenção e coordenação de seu aparato político-institucional pelo poder público; promova uma gestão negociada; contraponha os diferentes interesses, as diversas formas de pensamento; e busque um denominador comum, de forma pactuada, com um estilo de ação orientada pela negociação sociotécnica — baseada em proposta de acordo resultante de diagnóstico técnico-científico e das aspirações e conhecimentos da população local.

Becker (1996) apresenta, igualmente, um panorama de mudanças nesses modelos de gestão e discute o papel do Estado nesse contexto. Para a autora, as novas tecnologias criam uma nova estrutura de relações espaço-tempo. As vantagens competitivas de um território decorrem, cada vez mais, de novas formas de se produzir e inovar; do seu estoque de natureza; iniciativa política; da sua capacidade de se organizar e negociar sua inserção espacial, com formas menos predatórias que busquem a melhoria de qualidade no uso do espaço. Para a autora, a lógica civilizatória, dos valores sociais e culturais, dos movimentos sociais, também converge para a valorização estratégica dos territórios. Ela demanda autonomia e projetos alternativos oriundos da sociedade local, mas que sejam articulados em alianças globais, atuando em redes transnacionais. Esse pertencimento local reduz o poder de controle do Estado sobre o conjunto do processo produtivo e sobre a sociedade nacional. Perda de controle também presente na elaboração de planejamentos centralizados, incapazes de incorporarem as informações das realidades locais, importantes a todos os atores, e de contemplarem os elementos políticos do território.

Conforme Becker (1996), as propostas de desenvolvimento sustentável decorrentes das mudanças em curso visam a conciliar o conflito dessas transformações com a regulação do uso do território e a instituição de nova relação sociedade-natureza em harmonia com novas formas de produção. Seguem os princípios de eficácia, com poupança de recursos e modernização de produtos e processos; de valorização da diferença, com o reconhecimento e estímulo dos valores de cada território; de descentralização, com a constituição de governança. A novidade histórica desse modelo de desenvolvimento é que, mesmo seguindo esses princípios gerais, ele é baseado nas peculiaridades e nas vantagens competitivas de

cada território. Dá forma a territórios plurais, marcados por relações complexas em termos da relação sociedade e natureza; das relações sociais locais e suas redes de relações externas. Assim, a informação sobre o território tornou-se um diferencial para quem nele atua, inclusive para o Estado, que perde a condição de exclusividade no processo de desenvolvimento, mas acumula funções de coordenação e regulação crescentes, essenciais à inovação produtiva.

Desse modo, Fernandes (2000) também observa que, sendo o poder público o principal agente de desenvolvimento local, cabe-lhe um papel central no tipo de dinâmicas que sobre ele se exerce, sendo desejável que se apresente como um modelo flexível, que se aplique a diversas demandas, um processo integrado de expansão de oportunidades para os indivíduos, grupos e comunidades inseridos no território, equacionando todas as vertentes relativas ao bem-estar das suas populações. Esse modelo pressupõe a integração das componentes econômicas, sociais e culturais, potenciando os seus recursos para benefício comum, mobilizando o potencial endógeno das regiões, entendido como o conjunto de conhecimentos e saberes tradicionais e específicos da população, mas também promovendo a criatividade e o apoio a novos projetos produtivos. Requer qualidade dos espaços, das infraestruturas (acessibilidade, energia, telecomunicações), dos equipamentos, serviços e recursos humanos.

De acordo com Shiki (2004), a gestão integrada exige um planejamento descentralizado e participativo. Não apenas no sentido formal e técnico, mas fruto de diálogos e debates com a população local, que considerem seus conhecimentos, aspirações e os valores culturais dos recursos envolvidos. Em direção não somente a perspectivas mais ricas de transição democrática, preservação da diversidade cultural e biológica, mas à participação direta em uma política plural e em uma economia descentralizada. Tratando-se de um modelo que rompe com a dualidade entre economia e natureza, busca uma harmonização com o social e a visão técnico-científica, reconhecendo a relevância da pluralidade, para observação atenta da diversidade ecológica, cultural, social e econômica dos diferentes lugares.

Com o objetivo de compreender o contexto de implantação da gestão integrada, Shiki (2004) aborda a descentralização político-administrativa e destaca a relevância da territorialidade. Segundo a autora, a descentralização está associada, no contexto da ação política, a dimensões espaciais menores que correspondem aos limites político-administrativos de um país, firmados por pacto federativo. Essa

fronteira não necessariamente compreende o espaço de atuação de uma gestão integrada, tanto por questões sociopolíticas como por questões ecológicas.

A territorialidade refere-se a relações de poder, não emana apenas do Estado-Nação, mas de diferentes atores. Pensar uma gestão integrada, com base na sociotécnica, expõe a deficiência dos limites políticos administrativos na construção do desenvolvimento sustentável. Isso se deve às relações sociais, que constituem uma territorialidade, um situar-se além ou aquém desses limites. Daí a necessidade de se pensar a descentralização política sob a ótica do território, a qual não deve ocorrer apenas pela transferência de funções aos municípios. Ela deve ser estudada conforme essas formas de poder e suas relações na utilização do espaço, e a natureza de seus recursos, que determina seu tipo de recorte.

Essas delimitações territoriais, o desenvolvimento humano, a partir de sua unidade com a natureza e da produção de territorialidade, não são características da delimitação político-administrativa. Representam desafios complexos para a gestão integrada do espaço, nas suas considerações das dimensões socioeconômicas e ambientais.

Conforme Shiki (2004), trata-se de uma prática de gestão difícil, por exigir uma atuação política que ultrapasse os limites político-administrativos. Requer uma transição de um programa gerido pela sociedade civil, com fortes traços participativos, para uma gestão pública, conservando esses mesmos traços participativos sem confundir-se neles. É uma proposta inicial de gestão integrada que, para se efetivar, depende da capacidade de mediação e interação entre o governo e os atores sociais que envolvem cada territorialidade.

Oosterbeek (2011) afirma que os meios, instrumentos e recursos de que a Gestão Integrada do Território deve lançar mão encontram-se desagregados, na sociedade atual, em diversos tipos institucionais, sejam eles públicos ou privados, pelo que, sua articulação, nos diversos territórios, é essencial. Por concentrar os meios e potenciar novas dinâmicas de governança, a forma mais eficaz de fazê-lo é a criação de centros de recursos, enquanto núcleos de reflexão participativa geradores de discussões prospectivas e de ações, visando ao desenvolvimento integrado, diversificado e sustentável. Esses centros devem articular o ensino, projetar memória e identidades, agentes públicos e privados em ações concretas. Seu formato é o de uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, em que

participam municípios, empresas, universidades, associações e outras estruturas locais.

Conforme o autor, a Gestão Integrada do Território observa, também, algumas orientações e reflexões relativas à gestão. Esses elementos dão ênfase à natureza das dinâmicas, aos instrumentos de integração, à relevância da educação, à importância dos centros de recursos e à necessidade central de abordar todas as questões de maneira sistêmica, que podem consistir nos cinco princípios a seguir: 1) a natureza das dinâmicas humanas e ambientais comporta contradições, implica escolhas, consequências, e confronta-se com dilemas e não somente com problemas; 2) dessa maneira, a GIT requer uma abordagem interdisciplinar e participada, sob o risco de ser redutora e potencializar conflitos sociais e desequilíbrios ambientais; 3) o elemento central da GIT é a formação de capital humano e o combate à alienação; 4) a criação de estruturas de parceria (centros de recursos) que articulem o ensino superior com municípios, empresas, ONGs e educação é um instrumento indispensável; 5) na economia, importa pensar a sociedade; na administração, importa pensar a cultura; na cultura, é fundamental pensar a economia; em síntese, em cada área, é essencial envolver, na sua gestão, grupos de trabalho multidisciplinares, tecnicamente sólidos, mas que integrem os outros saberes.

Através da discussão sobre os elementos da Gestão Integrada do Território mais voltados para a gestão pública, destacamos que essa forma de gestão indica a criação de centros de recursos, com a participação do poder público municipal, empresas, sindicatos, ONGs, agentes de desenvolvimento e o ensino superior, visando ao atendimento das demandas dos grupos sociais.

Expressão dessas parcerias, nas quais a gestão pública assume a manutenção e a coordenação de ideias geridas pela sociedade civil, a Gestão Integrada do Território considera o saber local e sua integração global, a qualidade das infraestruturas, equipamentos e serviços. Desse modo, podemos avaliar que suas análises podem contribuir com políticas públicas eficientes, atentas ao aumento de oportunidades para os atores e para a organização social do território.

Ao condensar as principais contribuições dos autores da Gestão Integrada do Território para a gestão pública, observamos que são noções, em certa medida, inovadoras nesse campo de gestão, pois buscam responder às demandas colocadas pelo contexto contemporâneo. Nesse sentido, consideramos interessante

o exercício proposto por esta dissertação, de utilizá-las para a análise de um programa de gestão pública. Entendemos que esse exercício pode constituir um instrumento de avaliação das possibilidades da GIT, da pertinência de suas ideias quando pensadas a partir de um caso concreto. Assim, nos próximos capítulos, ao apresentarmos uma análise dos documentos que propõem e avaliam o Programa Cultura Viva, buscaremos observar em que medida os pressupostos teóricos fornecidos pela teoria da Gestão Integrada do Território constituem elementos de compreensão de uma prática de gestão pública.

CAPÍTULO 2

PROGRAMA CULTURA VIVA

Apresentamos, neste capítulo, o Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva. Observamos seus fundamentos e concepções sobre cultura e gestão pública, bem como sua organização e funcionamento, estudando sua perspectiva prioritária de promoção da cidadania e da diversidade cultural brasileira.

Conforme a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural – SCDC (BRASIL, 2013), o Programa Cultura Viva foi criado e regulamentado por meio das Portarias nº 156, de 06 de julho de 2004 (BRASIL, 2004), e nº 82, de 18 de maio de 2005 (BRASIL, 2005), do Ministério da Cultura. Nesse momento, era denominado Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva.¹ Através dos Pontos e Pontões de Cultura, esse programa tem a finalidade de aumentar o acesso aos meios de produção, circulação e fruição de bens e serviços culturais de grupos artísticos e de populações com baixo reconhecimento de sua identidade cultural, “tais como: povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, ciganos, imigrantes); pessoas em sofrimento psíquico; pessoas com deficiência; crianças, adolescentes, jovens e idosos” (BRASIL, 2013, p. 9).

Segundo a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural – SCDC (BRASIL, 2013), o Cultura Viva é um programa financiado com recursos do Governo Federal e de parceiros públicos e privados, por meio de convênios, bolsas ou prêmios conferidos através de editais de seleção pública.

Entre seus objetivos, o programa propõe, ainda, a promoção da autonomia e qualificação dos agentes de cultura; intercâmbios estéticos e interculturais; a ampliação e fortalecimento de espaços e redes para atividades culturais, estéticas e sociais. Objetiva, assim, a articulação e mobilização de redes de Pontos e Pontões de Cultura (federativas ou temáticas), gestores públicos, parceiros e comunidades envolvidas, em busca de uma maior participação social e gestão compartilhada.

¹ Embora com pouco tempo para aprofundar o seu estudo, destacamos a publicação da Portaria do Ministério da Cultura de nº 118, de 30 de dezembro de 2013 (BRASIL, 2013). Essa portaria traz como principal alteração, no Programa, o reconhecimento como Ponto de Cultura de grupos sem personalidade jurídica (CNPJ). Além de ampliar as formas de fomento aos projetos culturais, compartilhar responsabilidades entre a União, estados e municípios e reconhecer as redes de Pontos e Pontões de cultura no Sistema Nacional de Cultura – SNC.

2.1 FUNDAMENTOS E CONCEPÇÕES

Uma política pública parte de determinadas concepções teóricas, ao mesmo tempo em que as modifica e reconstrói. A proposição do Programa Cultura Viva pautou-se por um conjunto de maneiras de pensar a política, a cultura, a gestão pública, que se articulava a um conjunto de práticas políticas e culturais. Para analisar o Programa com base na perspectiva da Gestão Integrada do Território, entendemos ser necessário compreender as concepções que estruturaram sua proposição, para, depois, relacioná-las com os fundamentos dessa teoria. É esse o trabalho a que nos propomos neste segundo capítulo. Considerando nossos objetivos nesta dissertação, elencamos dois temas centrais, em torno dos quais agrupamos as ideias apresentadas nos diferentes documentos do Programa Cultura Viva: cultura e gestão pública.

2.1.1 Cultura

O que é cultura, na perspectiva dos propositores do Programa Cultura Viva? Como se relaciona com a população, quem se reconhece como autor de cultura? Que critérios são utilizados para reconhecer — e apoiar — uma manifestação de cultura? Buscamos, nos documentos do Programa, respostas para essas perguntas, tendo em mente, também, as maneiras de pensar a cultura expressas por diferentes autores da Gestão Integrada do Território, conforme apresentado no Capítulo 1.

Gilberto Gil, Ministro de Estado da Cultura, no período de 2003 a 2008, Juca Ferreira,² que ocupou o cargo entre 2008 e 2010, e Célio Turino, Secretário de Programas e Projetos Culturais do MinC e coordenador do Programa Cultura Viva entre 2004 e 2010, são atores que apresentam, em documentos oficiais e em outros

² João Luiz Silva Ferreira, mais conhecido como Juca Ferreira, nasceu na Bahia. É sociólogo e dedicou-se profissionalmente à vida política e às ações culturais e ambientais. Foi líder estudantil durante a ditadura militar, o que o levou ao exílio de nove anos no Chile, Suécia e França, onde se formou cientista social na Universidade Paris 1. Antes de ser chamado por Gil para a Secretaria-Executiva do MinC (2003 - 2008) era vereador da cidade de Salvador - BA. A convite do presidente Lula, assumiu o cargo de Ministro de Estado da Cultura (2008 - 2010). Atualmente, é Secretário de Cultura da cidade de São Paulo, na gestão de Fernando Haddad (FERREIRA, 2010).

textos, a perspectiva de cultura que justifica os modos como foram pensadas as ações do Programa Cultura Viva.

A cultura é entendida por Gil (2003) como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do valor de uso; aquilo que transcende o meramente técnico. Gil (2003) propõe a cultura como usina de símbolos de um povo; um conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação; como o sentido dos atos, a soma de gestos. A partir dessa concepção de cultura, aponta a direção que devem seguir as ações de política pública no âmbito da cultura:

Desta perspectiva, as ações do Ministério da Cultura deverão ser entendidas como exercícios de antropologia aplicada. O Ministério deve ser como uma luz que revela, no passado e no presente, as coisas e os signos que fizeram e fazem do Brasil o Brasil. Assim, o selo da cultura, o foco da cultura, será colocado em todos os aspectos que a revelem e expressem, para que possamos tecer o fio que os une (GIL, 2003, p. 1).

Ferreira (2010) observa que, nos últimos anos, consolidou-se uma nova compreensão de cultura no país. Cultura como dimensão simbólica da vida social, como um direito básico de cidadania para todos os brasileiros e como uma poderosa economia, geradora de trabalho e renda. O autor afirma que a cultura ganhou, nesse período, um papel de destaque inédito na Agenda do Governo Federal, de governos estaduais, municipais e de amplos setores da sociedade, e foi assumida como política pública do Estado Brasileiro. Ferreira (2010) defende que, para o Governo, a cultura é uma ferramenta poderosa para a redução das desigualdades e para a universalização de conquistas de qualidade de vida, possibilitando ao cidadão comum o desenvolvimento de suas capacidades, da inventividade e do senso crítico. É considerada estratégica para a economia, tanto na participação do PIB nacional, quanto na inserção global do país no mercado internacional.

Segundo Turino (2010), a cultura como processo entrelaça as diversas dimensões da vida. Para ele, o Ministério da Cultura, com a posse do Ministro Gilberto Gil, adotou um conceito ampliado, antropológico: cultura como produção simbólica, cidadania e economia. O Programa Cultura Viva parte desse conceito, ao mesmo tempo em que busca superá-lo. Além da produção de símbolos, a arte envolve habilidades, todas as habilidades humanas, a apreensão dos significados pelos sentidos e pela percepção sensorial. Com os Pontos de Cultura, pretende-se uma quebra nas narrativas tradicionais, monopolizadas; e a partilha do sensível é a

estratégia para esse deslocamento narrativo, em que os “invisíveis” passam a ser vistos e ter voz. Uma realização estética diferente da defesa do “belo universal” ou da “arte gratuita”, metafísica. A arte reflete aspirações e contradições da sua realidade histórica e é, simultaneamente, produto e vetor das transformações sociais.

Para além da preocupação exclusiva com a beleza, busca-se tudo aquilo que permita a afirmação cultural da subjetividade das pessoas, grupos e classes sociais. E essa busca deve ser feita com encantamento, beleza e qualidade, pois sem esses atributos não se rompem barreiras e os estereótipos permanecem (TURINO, 2010, p. 79).

Turino (2010) preocupa-se em mostrar os possíveis alcances do Ponto de Cultura, afirmando que ele não se restringe às dimensões da cidadania ou da cultura popular, essenciais à conquista de direitos e inclusão no diálogo cultural. Atua com cultura popular, inclusão social e tem um claro papel na cidadania, mas evita adotar discursos fáceis de “inclusão cultural” ou “inclusão social por meio da cultura”. É principalmente um programa de cultura. Cultura como leitura de mundo, expressão de valores e sentimentos. Cultura como intercompreensão e aproximação. Nesse sentido, a ação do Ponto de Cultura se inscreve mais no campo da ética, segundo Turino (2010).

O autor aponta a necessidade de aprofundamento das análises sobre as relações entre cultura e economia, perguntando que tipo de economia se deseja. Há a economia da cultura (8% do PIB). Mas em qual contexto se insere a chamada “economia criativa”? Para Turino (2010), o Ponto de Cultura não objetiva inserir cultura no processo de mercantilização e alienação da vida. Como rede social da economia, vai rumo a outra direção. O entendimento é o de que, se a economia determina a cultura, a cultura também determina a economia. Com uma nova atitude cultural, podem-se modificar as relações econômicas, abrir caminho à economia solidária, com consumo consciente, comércio justo e trabalho colaborativo.

Ponto de Cultura é integração na diversidade. “A parte está no todo, o todo está na parte”; a física quântica comprova esse conhecimento milenar, que foi abandonado pela fragmentação da vida. Passados cinco anos de implantação dos Pontos de Cultura, observo que a reaproximação entre estética, ética e economia é essencial para a organização da vida humana e pode cimentar uma nova significação para a cultura e para a própria sociedade. Não há como separar um do outro, os 3 “E” da cultura: Ética. Estética. Economia (TURINO, 2010, p. 80).

Das contribuições desses três autores — Gil, Ferreira e Turino, depreendemos a concepção de cultura como expressão de valores e ideias, estímulo à criatividade, à formação e ao pensamento crítico, estratégia de desenvolvimento interno e inserção global do país. Vemos que, na concepção desses autores, a cultura como objeto da gestão pública poderá contribuir com a diminuição das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida, por meio de ações responsáveis e compartilhadas. As concepções de cultura que fundamentam o Programa Cultura Viva encontram-se também em diferentes documentos do Ministério da Cultura, muitos deles elaborados sob a coordenação desses mesmos autores.

O documento **Catálogo Cultura Viva: Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania** (BRASIL, 2004) afirma que a cultura é a principal forma de construção e de expressão da identidade nacional, a maneira como o povo se reinventa e pensa criticamente.

Nesse sentido, para Gil (2004), o Programa é o mais abrangente e profundo do campo da cidadania cultural. Relaciona-se com as três dimensões que, segundo ele, guiaram as ações do MinC durante sua gestão: cultura como produção simbólica, cultura como direito e cidadania, cultura como economia; com maior ênfase na segunda dimensão. Assim, os Pontos de Cultura foram pensados como estímulo às peculiaridades positivas das comunidades, periferias, quilombos e aldeias; à cultura local. Um amplificador das expressões culturais de sua comunidade:

Onde se faz (ou se quer fazer) música, haverá um estúdio de gravação digital, com capacidade para gravar, fazer uma pequena tiragem de CDs e botar na internet o que foi gravado. Onde se faz (ou se quer fazer) vídeo, cinema ou televisão comunitária, haverá um estúdio de vídeo digital, com câmera, ilha de edição, microfones e mala de luz. E mais: dança, teatro, leitura, artes visuais, *web*, enfim, o que a comunidade quiser e puder, ousar e fazer, sonhar e materializar (GIL, 2004, p. 9).

Em sintonia com a visão de Gil sobre o grande poder de alcance e promoção da cidadania cultural do Programa, Ferreira (2004), ressalta que, por meio dele, milhões de jovens serão envolvidos no desenvolvimento de aptidões culturais e artísticas. Investimento que se converte em benefício de toda a sociedade, uma vez que o Programa atua em favelas e ajuda “a cicatrizar nossas explosivas feridas

sociais” (FERREIRA, 2004, p. 11). Exatamente por isso, como processo de inclusão social pela cultura, deve-se apoiar e se enraizar nos espaços comunitários para não fracassar. Evidencia-se, aqui, uma das principais características do Programa Cultura Viva: sua base comunitária.

Esta foi a direção da construção do Programa: criar ampla linha de ação a partir do que já existe e já atua, com legitimidade comunitária. Refiro-me a entidades, órgãos locais e mecanismos já existentes, que poderão ser fortalecidos, aperfeiçoados e continuamente avaliados (FERREIRA, 2004, p. 11).

Ferreira (2004) defende que o Brasil não seja integrado apenas economicamente, mas também pela circulação de valores, produções simbólicas e diálogos, maior trânsito da cultura popular nos mercados de massa, interação criativa entre a cultura local e a estrangeira. Uma redistribuição de trocas reais e afetivas entre os brasileiros. Destaca que o Programa Cultura Viva contribui para a unidade entre os vários “Brasis”, pois engloba interação e repactuação social e política; possibilita o encontro entre a população de baixa renda e outras parcelas que têm acesso à universidade, serviços e bens de consumo.

Para o autor, o significado do Programa está bem definido em seu título, “Cultura Viva”, porque inclui, nos meios de trocas simbólicas, uma população que, sobrevivendo a tantas adversidades, oferece contribuições valiosas à cultura de todos os brasileiros. Uma cultura viva porque diminui a segregação social e amplia os espaços e as possibilidades de cada um, dá voz, permite interação e vida.

No ano de 2006, o documento “Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil” (BRASIL, 2006) mostra que, na Política Cultural do MinC, a cultura é considerada estratégica para a construção do protagonismo da sociedade civil. Ela é um importante meio de recuperação da autoestima de grupos humanos com acesso restrito a direitos e oportunidades, uma condição preliminar para muitos que não partilham do reconhecimento cultural e não têm suas identidades valorizadas socialmente.

As relações entre cultura e economia são destacadas também por Gil (2006), para quem a cultura brasileira impacta tanto o crescimento material de emprego e renda quanto a qualidade de vida, indicadores de bem-estar real dos brasileiros. Isso torna cada vez mais evidente a necessidade de investimento em cultura pelo

Estado, ao lado da qualidade da educação e da superação dos problemas de infraestrutura.

O contexto contemporâneo e mundial é de uma economia mais complexa, pressionada pela alta tecnologia, pelo deslocamento da noção de valor, pela necessidade de uma população mais capacitada e com maior acesso ao conhecimento. Este é o ponto crítico que condiciona a necessidade de gerar oportunidades de ocupação para todos. A cultura desafia o desenvolvimento a encarar a sua gente como força viva e patrimônio, como ponto de partida e de chegada do crescimento e da distribuição de riqueza, como sujeitos de acesso (GIL, 2006, p. 6).

Enfim, para Gil (2006), a cultura desafia o desenvolvimento a se realizar a partir da própria cultura, como fator de formação, para enfrentar os desafios do século XXI.

Nosso desenvolvimento é pela cultura — reservatório de capacidades, ofícios e saberes — e não apesar dela e das populações que lhe emprestam o corpo. É ela a potência que, num curto prazo, irá influenciar na qualidade de nosso sistema de inovação e de produtividade. Que vai assegurar a qualidade de vida necessária para que os brasileiros realizem sua plena consciência de estar no mundo. Que vai qualificar as relações sociais e garantir uma vida mais abrangente do que as comunidades que nos compõem, possibilitando um sentimento verdadeiro de nação (GIL, 2006, p. 6).

Nessa perspectiva, dentro de novos paradigmas e políticas do Ministério da Cultura (BRASIL, 2006), apresentou-se ao Estado Brasileiro o desafio de promover maiores condições de consumo de bens culturais que representassem inclusão e possibilitassem a autossustentabilidade do país. Considerava-se a cultura como uma ferramenta eficiente e poderosa para a redução das desigualdades e para a universalização de conquistas de qualidade de vida, permitindo o desenvolvimento das capacidades cognitivas, da inventividade e do discernimento crítico por parte da população.

Segundo Ferreira (2006), cabia ao Ministério da Cultura formular e promover políticas de desenvolvimento cultural, tratar a cultura como vetor e catalisador do desenvolvimento social e econômico do Brasil, uma vez que as novas teorias de desenvolvimento, com a perspectiva de sustentabilidade, incorporavam a cultura como aspecto decisivo do desenvolvimento.

O governo tem chamado para si uma responsabilidade intransferível. É uma questão de missão e compromisso público com o desenvolvimento do país

e com a qualidade de vida da população. Trata-se de uma compreensão da cultura como dimensão simbólica da vida social, como direito de cidadania, direito de todos os brasileiros e como uma economia poderosa, geradora de ocupação e renda. Criar, fazer e definir obras, temas e estilos é papel dos artistas e dos que produzem cultura. Escolher o que ver, ouvir e sentir é papel do público. Criar condições de acesso, produção, difusão, preservação e livre circulação, regular as economias da cultura para evitar monopólios, exclusões e ações predatórias, democratizar o acesso aos bens e serviços culturais, isso é papel do Estado (FERREIRA, 2006, p. 9).

Conforme o Ministério da Cultura (BRASIL, 2006), o Estado Brasileiro teria também que pensar o país em um contexto de integração com a América do Sul, em um processo que se viabilizasse antes pela cultura do que pela economia e pelas infraestruturas. Mais do que Latina, essa América do Sul é múltipla, também afrodescendente e também ameríndia, com consciência pós-colonial e com vontade de ser mais do que a alteridade possível do Ocidente.

Analisando os documentos do MinC e os textos escritos por Gil, Ferreira e Turino, como representantes desse Ministério, percebemos que o Programa Cultura Viva baseia-se em uma concepção de cultura que engloba diversos elementos, entre os quais a cultura é pensada como uma fonte de representações sociais, a melhor forma de se constituir e expressar a identidade nacional, e o modo como o povo se descobre e se educa. É concebida, também, como cidadania e uma economia poderosa, geradora de ocupação e renda, visto que a perspectiva de sustentabilidade a incorpora como aspecto importante do desenvolvimento. E, principalmente, é conceituada como um conjunto de valores e sentimentos, como harmonia e aproximação.

A concepção de cultura que embasou a proposição do Programa Cultura Viva nos remete à perspectiva de cultura e de identidade como elementos da Gestão Integrada do Território, analisada no Capítulo 1.

A Gestão Integrada do Território se ocupa em compreender as identidades, que, juntamente com a cultura, são dimensões importantes do desenvolvimento sustentável (OOSTERBEEK, 2011). Compreende que os valores sociais e culturais concorrem com o reconhecimento estratégico dos territórios (BECKER, 1996).

Assim, podemos observar que essa teoria converge com as concepções do Programa Cultura Viva, a partir de ideias relativas à identidade cultural de um território, que visam a preservar a natureza e o patrimônio cultural (memória), construir acordos sobre o uso racional dos recursos socioculturais e naturais,

pensando nas gerações futuras, aumentar as liberdades e interações sociais, promovendo a confiança mútua entre os atores.

Conforme Babo (2010), a cultura tem-se destacado por aumentar a qualificação das pessoas, a capacidade de inovação, a competitividade das economias e dos territórios, a coesão social e territorial, além de criar empregos e gerar riquezas na economia do território. Segundo a autora, a cultura favorece a empregabilidade, adaptabilidade e mobilidade dos artistas e trabalhadores culturais, incluindo a circulação de bens culturais e o acesso dos cidadãos à cultura. Seu estímulo junto aos cidadãos poderá ser acompanhado do desenvolvimento do território, justificando a sua relevância na formulação de políticas públicas.

Nessa perspectiva, podemos dizer que as políticas públicas precisam reconhecer a preponderância da dimensão cultural nos aspectos do desenvolvimento, e que essa visão confirma o objetivo do Programa Cultura Viva de assegurar a cidadania e os direitos culturais e uma melhor qualidade de vida para a população a partir da sua cultura.

2.1.2 Gestão pública de cultura

Outra dimensão importante nas bases teóricas do Programa Cultura Viva refere-se às concepções de Estado e sociedade — e, conseqüentemente, de gestão pública, especificamente na área cultural — sobre as quais se embasavam o governo e o MinC ao proporem esse programa. Novamente, Gilberto Gil e Juca Ferreira comparecem como vozes que apresentam essas concepções.

Segundo Gil (2003), não cabe ao Estado fazer cultura, mas criar condições de acesso universal aos bens simbólicos; proporcionar condições para a criação e a produção de bens culturais; promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade. O acesso à cultura é um direito básico de cidadania, assim como o direito à educação, à saúde, à vida, em um meio ambiente saudável.

Gil (2003) apresenta uma concepção de gestão pública de cultura segundo a qual o Estado não deve abrir mão de sua responsabilidade na formulação e execução de políticas públicas; não deve escolher somente mecanismos fiscais e assim repassar a política cultural ao mercado, sendo que, em muitos casos, o

Estado deve assumir uma visão de longo alcance social e suprir carências históricas. Não intervir de maneira estatizante, mas estimular, abrigar, abrir caminhos. Em uma espécie de “*do-in*” antropológico, massageando pontos vitais, que, momentaneamente, estejam adormecidos, do corpo cultural do país, visando a avivar o velho e a instigar o novo. Nesse sentido, para Gil (2003), a cultura brasileira deve ser pensada entre a tradição e a invenção, entre escolhas de saberes antigos, informações e as novas tecnologias.

Por isso, para o autor, a política do Ministério da Cultura deveria ser criativa e ágil no campo do real histórico e social do país; contribuir com a construção de uma nação democrática, plural e tolerante. A cultura teria um papel central na superação das desigualdades sociais, apostando sempre na plenitude humana.

A diversidade cultural é uma das características mais marcantes do Brasil:

É o que faz com que um habitante da favela carioca, vinculado ao samba e à macumba, e um caboclo amazônico, cultivando carimbós e encantados, sintam-se — e, de fato, sejam — igualmente brasileiros. Como bem disse Agostinho da Silva, O Brasil não é o país do isto ou aquilo, mas o país do isto e aquilo. Somos um povo mestiço que vem criando, ao longo dos séculos, uma cultura essencialmente sincrética. Uma cultura diversificada, plural — mas que é como um verbo conjugado por pessoas diversas, em tempos e modos distintos. Porque, ao mesmo tempo, essa cultura é uma: cultura tropical sincrética tecida ao abrigo e à luz da língua portuguesa (GIL, 2003, p. 2).

A política cultural deveria permear todo o governo, consolidando o projeto de nação, com uma ação transversal, em sintonia e em sincronia com os demais ministérios. Algumas dessas parcerias se desenhavam de forma imediata, em casos como o dos ministérios da Educação, do Turismo, do Meio Ambiente, do Trabalho, dos Esportes e da Integração Nacional. No entanto, segundo Gil (2003), nem todos conseguiam perceber a relevância da parceria lógica e natural com o Ministério das Relações Exteriores. Entretanto, o Brasil, com suas diásporas e misturas, emana mensagens novas, no contexto da globalização, e atrai fortemente a atenção internacional por dois motivos: um deles é a Amazônia, pela sua biodiversidade; e o outro motivo é a cultura brasileira, pela sua semiodiversidade.

O ministro afirmava então que o Ministério da Cultura iria atuar a partir das necessidades internas do país e de sua inserção mundial; dentro do desejo de mudanças sociais da Presidência da República; sendo um espaço da experimentação de novos rumos. “O espaço da abertura para a criatividade popular

e para as novas linguagens. O espaço da disponibilidade para a aventura e a ousadia. O espaço da memória e da invenção” (GIL, 2003, p. 2).

Para Gil (2004), o Programa Cultura Viva é uma política pública cujas principais características são a mobilização e o encantamento social. Para além de um conjunto de obras físicas e equipamentos, envolve o fortalecimento e estímulo da criatividade do povo brasileiro:

Não pode ser considerado um simples “deixar fazer”, pois provém de uma instigação, de uma emulação, que é o próprio *do-in* antropológico. Mas os rumos, as escolhas, as definições, ao longo do processo, são livres. E os resultados, imprevisíveis. E, provavelmente, surpreendentes. Seu sucesso depende de interação, de troca de informações e de ampla distribuição de conhecimento e de realizações (GIL, 2004, p. 9).

Para Ferreira (2004), o intenso processo de redemocratização do país exigiu uma política cultural de visão mais ampla, diferente, que não estivesse voltada apenas para manifestações consagradas de pequena parcela da população. A inovação do Programa Cultura Viva é que a diversidade cultural brasileira passou a ser incluída no escopo das ações de fomento, a exemplo das questões dos indígenas, negros e mestiços, de todas as linguagens e formações.

Segundo Turino (2004), o Programa Cultura Viva nasceu do desejo de se descobrir e transformar o Brasil; de mostrá-lo aos brasileiros e ao mundo; de entendê-lo de maneira flexível, aproximando-se de suas várias nuances, percebendo sua vitalidade, construindo ideias que se adaptem ao seu contexto vivo. É um programa com perspectivas de crescimento, integração e parcerias com as demais áreas do governo, estados e municípios. Com ações voltadas à qualificação de jovens, à inclusão digital, à distribuição de produtos culturais elaborados pelas comunidades; à erradicação do trabalho infantil e ao combate à fome; e demais programas que envolvam a cultura.

Ainda segundo o autor, para transformar o país, o Programa precisa se tornar uma política pública apropriada pelo seu povo. Que compartilhe, una afeições e promova a felicidade. Qualidades preponderantes do povo brasileiro e que são desejadas pelo Programa.

O Cultura Viva foi proposto como um programa de acesso aos meios de formação, criação, difusão e fruição cultural, que estabelece parcerias imediatas com agentes culturais, artistas, professores e militantes sociais que percebem a

cultura de forma mais ampla, como direitos, comportamentos e economia. Turino (2004) destaca, ao refletir sobre o desenvolvimento do Programa, que, desenvolvendo ações de combate à exclusão social, cultural e digital, muita gente se mobilizava na recuperação de morros através da música, dança e teatro, com estética inovadora. Por isso, visa a potencializar o que já existe, acreditando em alianças com o que o Brasil tem de melhor: o brasileiro.

Nesse sentido, segundo o autor, a coordenação do Programa tem o papel de localizar e formar mediadores na relação entre o Estado e a sociedade, facilitando a interlocução entre diferentes formas de expressão, representação artística e visões de mundo. Na perspectiva de Turino (2004), o Programa, sem uma metodologia predefinida, evitou, no seu início, uma estrutura burocratizada, comum à Administração Pública. Privilegiou a divergência de ideias, dinâmicas de trabalho mais democráticas e flexíveis na solução de pequenos problemas, visando ao fortalecimento de redes sociais, à sedimentação da rede e dos Pontos de Cultura.

O nome Ponto de Cultura surge do discurso de posse do ministro Gilberto Gil, *“um do-in antropológico, um massageamento de pontos vitais da Nação”*. E que Nação é essa? Decerto não é uma massa compacta e estática e muito menos um conjunto de estereótipos e tradições inventadas. A Nação para qual olhamos precisa ser vista como um organismo vivo, pulsante, envolvido em contradições e que necessita ser constantemente energizado e equilibrado. Uma acupuntura social que vai direto ao Ponto (TURINO, 2004, p. 16).

A fim de mostrar as diferenças entre a concepção do Cultura Viva e outras formas de pensar a intervenção do Estado na cultura, Turino (2013) relata fatos anteriores ao lançamento dessa política. Afirma que, desejando descentralizar e democratizar o acesso aos bens culturais, o governo do presidente Lula previa a criação das Bases de Apoio à Cultura (BACs), pequenos centros culturais pré-moldados que seriam instalados em periferias e em pequenos municípios.

Era um caminho que privilegiava a estrutura em detrimento do fluxo, o cimento e o ferro no lugar da pulsação. Depois de construídos, caberia à população ocupar e manter esses centrinhos culturais. Mas quem pagaria as despesas de manutenção e atividades? Não somente água, luz, segurança, mas também a remuneração das pessoas que ministrariam as aulas de arte (quem defende a cidadania dos outros, com trabalhos socioculturais, também precisa ter respeitados sua própria cidadania e seus direitos), a manutenção dos grupos artísticos estáveis, as apresentações, os intercâmbios, sobre isso, nenhuma palavra ou conceito (TURINO, 2013, p. 4).

Por sua fragilidade conceitual, ausência das fontes de recursos para sua manutenção e das ações que seriam desenvolvidas, essa ideia não se efetivou. Houve divergências e crises no MinC, incluindo a saída de vários dirigentes. Passados quase seis meses, em que a secretaria responsável ficou sem titular, Turino foi convidado a assumi-la. Mas o que faria? O presidente tinha gostado do projeto das BACs e desejava implantá-las. Mas Turino não concordava com essa escolha, por experiência própria. Já havia testemunhado a degradação de construções físicas impostas, que foram rapidamente ocupadas pelo tráfico de drogas ou gangues. Um programa somente com essa ideia não daria certo. Seria preferível não tomar posse a aceitar um projeto em que não acreditava.

Tive de agir rápido e apresentar um programa alternativo, com conceito, filosofia, objetivos, descrição, metas, orçamento e cronograma, tudo escrito em duas noites, antes da própria nomeação ser publicada no **Diário Oficial**. Se o ministro Gilberto Gil estivesse de acordo, ótimo; do contrário, pouparíamos tempo para ambos. Ele não só concordou como foi o esteio para a implementação do Cultura Viva e dos Pontos de Cultura. “Cultura é fluxo e fluxo é vida”, foi o que ele percebeu. E assim invertemos a ordem, saímos da parede morta e fomos para a Cultura Viva (TURINO, 2013, p. 4).

Além dos textos de Gil, Ferreira e Turino, documentos lançados com autoria do Ministério da Cultura apresentam o Cultura Viva e permitem compreender as concepções de gestão pública que o sustentam. No documento **Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil** (BRASIL, 2006), afirma-se que, na política cultural, o que era à época uma pequena ação simbólica teria que ganhar escala e amplitude para atingir seus objetivos; com uma estrutura de Estado adequada, a partir de perspectivas de horizontes, de liberação de forças sociais e simbólicas; com a imaginação a serviço de realidades efetivas e coletivas.

O referido documento apresenta as pretensões do MinC com essa política cultural. Ela deveria ser a expressão da diversidade e da multidimensionalidade da cultura brasileira, com afirmação de políticas públicas para o Estado e ativação de redes sociais de produção, difusão e recepção cultural. Teria que incluir o espírito de mudanças que se fortaleceu nos últimos anos da vida republicana e que teceu novas formas de participação e responsabilidade civil. Devido à sua constituição democrática e dinamizadora, a diversidade cultural brasileira, em suas várias dimensões, deveria ser um dos eixos estratégicos do projeto nacional de desenvolvimento.

O Ministério da Cultura (BRASIL, 2006) considera o programa uma ação voltada à realização do desejo de disponibilização de bens e serviços culturais a todos. Um trabalho de promoção da autonomia das comunidades, para que elas possam formar seus produtores de cultura. Em uma perspectiva de análise dos resultados alcançados pelo Programa, realizada no ano de 2006, o Ministério expressa, no documento **Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil**, que tais resultados se traduziam em protagonismo social dos grupos envolvidos, exercício de autoestima e sentido comunitário. Afirma que haviam sido atingidas populações muitas vezes ameaçadas pelo isolamento cultural (grupos indígenas, quilombolas e favelados) e considera essa política pública uma tecnologia decisiva na integração pela cultura do tecido social.

A análise dos documentos oficiais a respeito do Programa Cultura Viva atribui ao Estado a função de incentivar e apoiar a sociedade na articulação de ações socioculturais, além de ampliar e dar maior capilaridade aos programas que têm essa iniciativa. Os Pontos de Cultura são apresentados como instituições mistas, que promovem interação e cooperação entre o Estado, a sociedade civil e os agentes culturais, de maneira a atingir a escala necessária ao atendimento de milhares de grupos.

O documento **Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil** (BRASIL, 2006) apresenta como fundamento do Cultura Viva o princípio de ampliar, democratizar o acesso aos produtos, resultados e benefícios das atividades culturais, com uma acessibilidade que não seja restritiva quando se tratar de bens e serviços financiados com recursos públicos. Um direito cultural básico firmemente almejado pelo MinC, no conjunto de seus programas e ações, com o desenvolvimento de instrumentos jurídicos, administrativos e gestão eficiente da “coisa pública”.

Destacando também a relevância dos contextos sociais, Ferreira (2010) considera que os saltos qualitativos da relação Estado e Sociedade, na área cultural, são o respeito às forças vivas comunitárias, o fortalecimento do que já existe e o entendimento da cultura além das artes: como meios e modos de pensar, fazer, saber, existir em autonomia e liberdade. Para o autor, trata-se de uma forma de superação de situações adversas e diminuição das desigualdades socioeconômicas, com a criação e a expressão mudando realidades enraizadas em anos de descaso e intolerância.

Complementando os desdobramentos dessa relação, conforme Turino (2010), quando uma entidade é selecionada como Ponto de Cultura e o resultado é publicado no **Diário Oficial da União**, há uma quebra na hierarquia política, social e cultural, abertura de espaço para a construção de novas legitimidades. É o Estado respeitando a ação direta do povo, sem intermediação, e esse reconhecimento oficial desencadeia um processo de articulação em rede e empoderamento social. O Ponto de Cultura aglutina pessoas, motiva os jovens a permanecerem em suas cidades e colocarem em prática muitos de seus sonhos; outros que saíram para trabalhar e estudar voltam e encontram no Ponto de Cultura uma ferramenta. Ferramenta para ficar, voltar, sonhar. Com leveza, a leveza do fluxo, nas palavras de Turino (2010), o Programa tem o caráter de uma política pública construtivista, fenomenológica. Com simplicidade, envolve a observação da vida; e nessa simplicidade busca a geração da consciência. Sem imposições de modelos, procura despertar processos de apreensão de sentidos a partir de vivências que podem descortinar a estrutura da consciência enquanto intencionalidade. Atos, imaginação, paixão, percepção. Compreensão de sentidos a partir de experiências vivenciadas. Desse modo, “até mesmo os erros e atritos entre os procedimentos burocráticos do Estado e a experiência vivenciada pelos Pontos de Cultura são positivos e necessários ao processo de aprendizado para a construção de uma nova cultura política” (TURINO, 2010, p. 45).

O objetivo do Programa é integrar o ponto a um sistema mais amplo, vivo, pulsante. Ponto de Cultura e Cultura Viva nascem juntos e estão associados, conforme o documento de formulação do Programa, escrito em junho de 2004: “O Cultura Viva é concebido como uma rede orgânica de gestão, agitação e criação cultural e terá por base de articulação o Ponto de Cultura” (BRASIL, 2004, p. 18).

De acordo com Turino (2010), se o Ponto de Cultura é apoio, o Programa Cultura Viva é alavanca. Conceitualmente, o Programa e o Ponto de Cultura se integram e se complementam. O Ponto de Cultura coloca o humano no centro, em movimento. O Programa promove a integração dessa humanidade em sintonia e conexão, suas ações são usinas de força, irrigam os pontos, com novos desafios e ideias. Um fazer coletivo em uma teia infinita composta a partir de pontos, antes isolados, que se percebem em algo mais amplo, inacabado.

Mais que a construção de prédios ou a simples transferência de recursos para organizações culturais, o objetivo é intensificar a interação entre os sujeitos e seu meio, dando sentido educativo à política pública e promovendo o desenvolvimento a partir da apropriação coletiva de conceitos e teoria. Um programa construtivista, ou fenomenológico, que tem por princípio o compartilhamento de ideias e valores. Compartilhamento que ocorre pela partilha do sensível, trazendo um forte componente de encantamento e magia, potência e afeto (TURINO, 2010, p. 86).

Ponto de Cultura é simplicidade, o Programa Cultura Viva é a complexidade. São as ações e intenções do Programa que lhe dão um caráter de subversão na relação entre Estado e sociedade, na estrutura interna do Estado, junto às organizações e movimentos sociais (que se alteram em rede) e, principalmente, no processo de questionamento criativo da própria cultura.

2.1.3 Gestão cultural compartilhada

No documento **Catálogo Cultura Viva: Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania** (BRASIL, 2004), o Ministério da Cultura apresenta a “Gestão Cultural Compartilhada e Transformadora”, como um conceito de política pública — em construção, ressalta o documento — que fundamenta o Programa Cultura Viva. Apresentamos, a seguir, os principais pontos dessa concepção de política pública, tomando como base esse e outros documentos: **Formulação de políticas culturais:** as leis de incentivo e o Programa Cultura Viva (GOMOR DOS SANTOS, 2011), **Programa Cultura Viva: análises e observações** (BRASIL, 2009), **Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima** (TURINO, 2010), mais o artigo “Gestão Cultural Compartilhada e Transformadora” (TURINO, 2006).

Para Turino (2010), o empoderamento social dos Pontos de Cultura pode estimular mudanças que vão muito além da cultura em um sentido estrito e desencadear alterações nos campos social, econômico, de poder e de valores. Ao centrar sua atuação em grupos historicamente excluídos das políticas públicas, o Ponto de Cultura fortalece iniciativas já em andamento, dando condições para um desenvolvimento alternativo e autônomo, com sustentabilidade na produção da cultura. A cultura como processo e não mais como produto.

“Autonomia, protagonismo e empoderamento são os pilares da gestão compartilhada e transformadora dos Pontos de Cultura e resultam da observação de situações reais” (TURINO, 2010, p. 73). Uma pretensão contínua de experimentação, de responsabilidades compartilhadas, de pureza na invenção de soluções, curiosidade e interesse em aprender junto. Assim, na visão de seus proponentes, o Ponto de Cultura se constitui de valores em construção, cujos significados ganham relevância na medida em que interagem e expressam as experiências da cultura e dos Pontos.

Este é um caminho diferente de inclusão e sustentabilidade social e envolve não somente a capacitação a partir da vocação cultural de cada grupo, como também um processo de inclusão social, digital, cultural, econômica e política. A integração dessas noções e conceitos dá início a um novo processo de cultura política com caráter emancipador, em que o Ponto de Cultura quebra hierarquias sociais e políticas e cria bases para a construção de novas legitimidades (TURINO, 2010, p. 74).

Dessa maneira, segundo Gomor dos Santos (2011), por agir como uma rede horizontal de produção, articulação e disseminação de iniciativas culturais, o Cultura Viva é um organismo vivo, e sua definição metodológica e conceitual se desenvolve a partir da sua aplicação, da observação dos fenômenos e da interação com o contexto. O Programa acredita na potencialização do que já existe, apresentando uma perspectiva de mudar o Estado, suas definições e funções, fazendo com que este se abra à sociedade, compartilhando espaços e possibilidades, poder e conhecimento.

Para o MinC (BRASIL, 2004), a ideia de uma gestão compartilhada e transformadora para os Pontos de Cultura busca o estabelecimento de novos parâmetros de gestão e democracia na relação entre Estado e sociedade. Esta, chamada a dizer o que quer e como quer. Um processo que se inicia como Edital para seleção dos Pontos, no qual o MinC estabelece quanto pode oferecer, e o movimento social define como aplicará os recursos. Assinado o convênio, o modelo de gestão deve-se adaptar à dinâmica própria dos movimentos sociais, respeitando sua autonomia. No decorrer do processo, existirão tensões: de um lado, o movimento social, apropriando-se de mecanismos de gestão, de recursos públicos — por outro lado, o Estado, com sua estrutura burocrática e rígida. Essa interação poderá transformar o Estado, ampliar e compartilhar poder com novos atores sociais, ouvindo quem nunca foi ouvido, conversando com quem nunca conversou. Sem

enfraquecer o Estado, quando atribuições são transferidas ao mercado, mas o fortalecendo, quando a sociedade civil interage em sua estrutura.

Turino (2006) alerta sobre o risco de, nesse processo, os movimentos sociais institucionalizarem-se, perderem vigor no seu fazer artístico-cultural e social, ou se deixarem enredar pela burocracia, pelo “mundo dos sistemas” (Estado, mercado). Diante dessa situação, é importante trabalhar a emancipação dos sujeitos, o fortalecimento de competências individuais, o reencontro da cultura com as pessoas e a religação da sociedade com a cultura. Promover a ampliação da visão de mundo, reestabelecer ordens legítimas que regulamentem a relação entre grupos sociais e garantam a solidariedade entre eles. Novas possibilidades de entendimento (intercompreensão) e afirmação das identidades sociais e pessoais. Nessas perspectivas, a visão é de que o Ponto de Cultura deve ajudar a desvelar a fragmentação da vida contemporânea, construindo uma identidade comum sobre a diversidade e no convívio entre modos culturais diferentes.

O Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo, instalado para oferecer serviços culturais ao povo. Pelo contrário, ele é um espaço (ou expressão) cultural da sociedade que ganha força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma parceria, ou pacto, com o Estado. Aqui há uma distinção de preposição, o Ponto de Cultura não pode ser para, mas, sim, do povo; o organizador da cultura no nível local, um espaço de recepção e irradiação de cultura, um articulador em rede (TURINO, 2006, p. 2).

Conforme Gomor dos Santos (2011), a gestão do Programa Cultura Viva se organiza em uma perspectiva da promoção da autonomia, do protagonismo e do empoderamento dos cidadãos. Após a assinatura do convênio, o Ponto de Cultura deve continuar observando a dinâmica local e trabalhando sua independência; adquirindo autonomia e se fortalecendo a partir das suas relações com a comunidade, com seus pares (outros pontos) e o Estado; na aquisição do conhecimento, agregado ao patrimônio cultural.

Compreendido como processo, que deve, essencialmente, perpassar todas as ações do Programa Cultura Viva, o empoderamento é um instrumento que possibilita a modificação das relações econômicas e de poder. Ao reconhecer e estimular as iniciativas culturais já existentes, de segmentos sociais em geral marginalizados da sociedade e das políticas públicas, estabelecem-se condições de

desenvolvimento econômico diferenciado e autônomo para a sustentabilidade da comunidade (GOMOR DOS SANTOS, 2011).

Autonomia, protagonismo e empoderamento são elementos complementares. Não devem ser compreendidos isoladamente, de maneira estática ou como modelos prontos para serem aplicados. Assimilados e condicionados às comunidades, trazem novas formas de participação e cidadania, corroboram a gestão compartilhada e transformadora do Programa.

A quebra desse paradigma se dá no início de um novo processo, expresso na relação dialética pressuposta entre a tradição, a memória e a ruptura. Enquanto processos em construção nas relações ocorridas no âmbito do programa, autonomia, protagonismo e empoderamento devem ter como eixo orientador tal relação dialética entre tradição enquanto ponto de partida, memória como reinterpretação do passado e ruptura enquanto invenção do futuro (GOMOR DOS SANTOS, 2011, p. 171).

Conforme o MinC (BRASIL, 2004), um dos aspectos também relevante da “Gestão Cultural Compartilhada e Transformadora” é o rompimento com práticas antigas de tentativas de dirigismo de Estado e também de imposições do mercado. Por isso, o Programa Cultura Viva busca a aproximação entre os Pontos de Cultura e o povo, que produz, cria e transforma a cultura. Sendo o papel dos gestores a facilitação dessa aproximação, e o papel dos Pontos de Cultura, o de mediação. A ideia é que os Pontos, a partir das suas vivências e realidades, se desenvolvam mutuamente, incorporando o pensamento de mudanças e de conscientização. Nesse sentido, o MinC (BRASIL, 2004) ressalta, também, a ideia de que as culturas se desenvolvem pela troca, que permite o surgimento do novo. Trocas desiguais, porém, contribuem com a imposição de modelos mais comuns de cultura. Com a globalização, o mercado acaba impondo, com mais força que os Estados, gostos e estilos artísticos, com o objetivo de maximizar lucros a partir da venda de produtos culturais em escala. A política do Cultura Viva estimula a aproximação entre os Pontos de Cultura na perspectiva de um novo modelo, em que a troca cultural se estabeleça com equilíbrio. Almeja um novo tipo de trocas simbólicas, com a conexão local articulando-se com a global, em um conceito diferente de globalização, com tolerância e escolhas locais das formas de interação.

Segundo o MinC (2009), a partir da relevância da cultura para o desenvolvimento social e econômico, como desenvolvimento humano, a principal ideia do Programa Cultura Viva é que o Estado, em vez de criar ou fomentar novos

grupos culturais, sustentando projetos pontuais e que acabam ao fim de governos, reconheça e fortaleça a experiência estética e artística produzida por grupos sociais historicamente excluídos do circuito cultural, conferindo-lhes credibilidade. É uma ideia que entende que o Estado e a sociedade podem, em certo grau e contexto acordado, manter relação de cogestão e responsabilidade compartilhada de uma política pública. Um modo definido como Gestão Compartilhada e Transformadora, que envolve conceitos de empoderamento, autonomia e protagonismo social.

Esses três conceitos são assim apresentados: autonomia significa respeito à dinâmica local, um processo de modificação das relações de poder. O protagonismo refere-se à postura dos atores sociais enquanto sujeitos de suas práticas, ao reconhecimento da capacidade dos grupos sociais na produção de conhecimentos e linguagem simbólica elaborada. O empoderamento rememora o reconhecimento e a afirmação pelos quais os sujeitos transformam as relações econômicas e de poder.

Segundo Turino (2010), para se alcançar uma ação cultural eficiente e transformadora, além da promoção da autonomia e do protagonismo da sociedade, é essencial o envolvimento efetivo dos servidores públicos. Independentemente do seu grau de responsabilidade e comando, com maior proximidade, estímulo e apoio ao seu público, na construção de consensos e realizações que promovam a cidadania.

Escutar mais e assumir uma postura mais humilde e menos impositiva quanto à proposição e execução de programas faz a administração pública crescer e a coloca no importante papel de articuladora de recursos e potencialidades. Com isso, poderemos romper com a ideia do Estado onipresente e autoritário, reconhecendo na sociedade — e em todos os cidadãos — a principal fonte de produção da cultura (TURINO, 2010, p. 200).

Nessa perspectiva, essa política cultural deve ser administrada de maneira integrada, sistêmica, observando, no patrimônio histórico e cultural, a base de suas ações, preservando os bens relevantes à afirmação e formação de identidades, as sinergias e trocas que impulsionam a mudança e o desenvolvimento. A cultura gera consciências, apresenta alternativas, democratiza o conhecimento, respeita as diferenças, estimula a produção criativa. Chama as pessoas a pensarem sobre sua realidade. “Um povo que não tem referências que lhe permitam projetar-se para o futuro; estará condenado a ser um mero receptor, nunca um criador” (TURINO, 2010, p. 190).

Procuramos mostrar, neste item, as concepções acerca do Estado e da gestão pública que embasam o Programa Cultura Viva. A proposição do Programa partiu da ideia de que o Estado não deve fazer cultura, mas formular e executar políticas públicas que possibilitem o acesso universal aos bens simbólicos, a criação e produção de bens culturais, a promoção do desenvolvimento cultural geral da sociedade, suprimindo-lhe carências históricas. Essa política cultural reconhece como seu objetivo contribuir com a construção de uma nação democrática, plural e tolerante, e permear todo o governo com ações transversais, em sintonia e sincronia com as demais políticas públicas e programas. Apresenta, ainda, a “Gestão Cultural Compartilhada e Transformadora”, como um conceito de política pública, no qual se apoia o Programa, que visa a reconhecer e estimular iniciativas culturais já existentes através de parcerias com a sociedade, e que exige uma maior abertura e proximidade da gestão pública para efetivação de ações culturais transformadoras.

Retomando a discussão realizada no Capítulo 1, vemos que a Gestão Integrada do Território, preocupada com o interesse público e as demandas dos indivíduos, e, por isso, tendo como objetivo a organização da diversidade e das contradições sociais, visa a estabelecer consensos em torno de divergências originadas em fases anteriores de desenvolvimento. Desse modo, busca aproximar perspectivas sociais, econômicas e ambientais do território, bem como criar estruturas flexíveis e mecanismos de governança participada. Para Oosterbeek (2011), a Gestão Integrada do Território se realiza com a integração entre o poder público e a sociedade, destacando os instrumentos de previsão, investigação continuada, inclusão tecnológica e interdisciplinaridade, na busca de conhecimentos abrangentes sobre o território, voltados para sua gestão.

Observamos que as ideias acima são convergentes com as concepções de gestão pública do Programa Cultura Viva, nas quais o Estado deve aumentar o acesso a bens simbólicos, a criação e a produção de bens culturais, e estimular o desenvolvimento cultural da sociedade. Reflexões que, além de combinarem com as prioridades de promoção da cidadania e da diversidade cultural do programa, confirmam a assertividade da sua visão na busca de uma maior aproximação com a sociedade para o alcance de suas ações.

Para Becker (1996), as expectativas de fomento à educação cultural e à cidadania diminuem o controle do Estado sobre a economia e a sociedade, bem como o seu papel na elaboração de planejamentos centralizados, incapazes de

incorporar as informações das realidades locais e de refletir as dinâmicas políticas desses lugares. Conforme a autora, essas novas relações se baseiam em princípios de descentralização, com a formação de governança.

Ao comparar essa visão, que aponta a relevância de conhecimentos integrados para a gestão do território, com o conceito de “Gestão Cultural Compartilhada e Transformadora” apresentado pelo Programa Cultura Viva, podemos considerar que essa política pública, ao realizar parcerias com iniciativas culturais já existentes, representa possibilidades claras de aproximação da gestão pública com o território, com seu público de interesse. Pensamento corroborado também por Shiki (2004), para quem a perspectiva de gestão integrada exige um planejamento descentralizado a partir do território, para além dos limites político-administrativos, cuja realização está condicionada a consensos entre o governo e os atores sociais de cada territorialidade.

No próximo item, exporemos aspectos da organização e do funcionamento do Programa Cultura Viva. Veremos que eles refletem, em certa medida, as concepções de cultura e de gestão pública identificadas nos documentos relativos ao Programa.

2.2 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Apresentamos, neste item, aspectos da organização e do funcionamento do Programa Cultura Viva, que permitem compreender melhor sua proposição e as maneiras como as concepções de cultura e de gestão cultural se fazem presentes. Segundo o Ministério da Cultura (BRASIL, 2010), o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva tem por objetivo incentivar, preservar e promover a diversidade cultural brasileira, ao contemplar iniciativas culturais locais e populares que envolvam comunidades em atividades de arte, cultura, educação, cidadania e economia solidária.

Em 2004, a então Secretaria de Programas e Projetos Culturais (hoje, Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural – SCDC/MinC) iniciou a implantação dos Pontos de Cultura, que representam a parceria firmada entre Estado e sociedade civil. Segundo Gil (2004), o Ministério da Cultura propicia os

conceitos, recursos, acompanha, treina, articula as instituições e as redes — busca o fortalecimento do programa. Em rede, os Pontos de Cultura trocam informações, experiências e realizações. Os parceiros locais disponibilizam os espaços, fazem gestão e assumem compromissos de responsabilidade, de transparência, de fidelidade aos conceitos, de envolvimento com a comunidade, de democracia e de intercâmbio. Nesse processo, incorporam os valores do seu público.

Turino (2010) apresenta o modo de funcionamento dos Pontos de Cultura, revelando uma relação entre os proponentes de cada Ponto e o Estado, que procura garantir a autonomia da sociedade. Sem imposições sobre como os recursos distribuídos pelo Ministério da Cultura serão aplicados, conforme Turino (2010), cada Ponto desenvolve suas atividades de acordo com suas necessidades e plano de trabalho, que podem ser adequação do espaço físico, compra de equipamentos, realização de cursos, oficinas culturais, produção contínua de linguagens artísticas e interpretações da realidade. Há Pontos que preferem teatro, outros dança, ou música, que pode ser erudita, popular, ou a mistura de ambas. Muitos desses funcionam em grandes cidades, principalmente em favelas e periferias; outros, em pequenos municípios, em aldeias indígenas, assentamentos rurais, comunidades quilombolas. A única exigência é que todos tenham um estúdio multimídia, pequeno equipamento para edição de áudio e imagem, três computadores funcionando como ilha de edição em *software* livre, filmadora digital, equipamento de som para gravação musical e conexão por internet em banda larga.

A gestão do Ponto de Cultura começa a partir da assinatura do convênio entre governo e proponentes. Tendo em vista que o Ponto continua desenvolvendo suas atividades, independentemente do convênio, é preciso respeitar a dinâmica de sua organização. Alguns são ONGs, outros, escolas de samba, associações de moradores, quilombolas, aldeias indígenas, grupos de teatro, conservatórios, núcleos de extensão universitária, museus, cooperativas de assentamentos rurais.

Ainda segundo Turino (2010), o conceito e a teoria do Programa e dos Pontos de Cultura são resultado de um processo contínuo, em que se agrega experiência pessoal, o ato de fazer, leituras e troca de ideias e, principalmente, o desejo de mudança dos “de baixo”. O Programa busca desvelar, apontar caminhos, compreender realidades, aproximar pessoas, contextos, formas de interpretação.

Os Pontos de Cultura potencializam esse processo de mudança. E o fazem por expressarem a cultura em suas dimensões ética, estética e de economia. O Ponto de Cultura não se enquadra em fôrmas; nem é erudito nem é popular; também não se reduz à dimensão da “cultura e cidadania” ou “cultura e inclusão social”. Ponto de Cultura é um conceito. Um conceito de autonomia e protagonismo sociocultural. Na dimensão da arte, vai além da louvação de uma arte ingênua e simples, como se ao povo coubesse apenas o lugar do artesanato e do não elaborado nos cânones do bom gosto. Pelo contrário, busca sofisticar o olhar, apurar os ouvidos, ouvir o silêncio e ver o que não é mostrado (TURINO, 2010, p. 16).

Coerente com as concepções de cultura e gestão pública apresentados nos itens anteriores deste capítulo, o autor afirma que o aprimoramento da democracia depende da polifonia. Os grupos sociais, quaisquer grupos, precisam e querem reconhecer-se, ser vistos como são, seja por meio audiovisual, exposição, dança, literatura, música ou na política. Tais realizações são consideradas por Turino (2010) vitais para a formação da personalidade humana, ainda mais de sociedades. Isso para o autor define o que é protagonismo: o direito de se ver e ser visto.

Tratando das realizações do Programa Cultura Viva até o ano de 2010, Turino (2010) afirma que, em diversas regiões do país, os Pontos de Cultura estavam contribuindo com exercícios de descoberta, tolerância e respeito mútuo, de maneira viva e contextualizada. Indo além da estética ou da fruição artística, embrenhando-se na dimensão ética, no compromisso com o povo. Os Pontos podem assumir diferentes formas, mas com a mesma essência. O conceito de Ponto de Cultura está, portanto, ligado a trabalho compartilhado e ao desenvolvimento de atividades culturais que respeitem a autonomia e o protagonismo das comunidades, surgindo a partir do que já existe.

Segundo Gil (2007), a partir das ações do Programa Cultura Viva, formou-se a Rede de Pontos de Cultura, que instala uma teia de trocas e mostras. Uma formação urgente, que precisava mostrar as ferramentas desse Programa libertário em forma e conteúdo. “Nunca uma política pública brasileira na área de cultura se relacionou em tamanha intensidade com a sociedade, incentivando a autonomia e praticando a gestão compartilhada” (GIL, 2007, p. 8). Quando o ponto está em rede, essas ferramentas são necessárias para firmar as relações e alterar as situações. Nessa teia, são criados novos modelos de parcerias entre comunidades e governos.

Tudo partiu do ponto e o ponto que faz a linha é o ponto que se entrelaça e desfaz o nó da impotência para formar a teia. É a teia que sustenta a força coletiva da rede. Na teia a tua cultura é tua. Na teia tua cultura atua. Parimos a rede que se espalha no terreiro e no asfalto; que navega rios,

mares e ares. Sobe morros, desmonta guetos, desce sertões, vales, redescobre outros brasis e principalmente tira a carga de tragédia da exclusão (GIL, 2007, p. 8).

Conforme Turino (2004), o Programa Cultura Viva adota uma estratégia de aproximação entre os Pontos de Cultura, com a ideia de que a troca, a instigação e o questionamento são elementos importantes no desenvolvimento da cultura. Em contato entre si, sem relação de hierarquia ou superioridade cultural, um ponto auxilia e aprende com a experiência mais avançada do outro. Uma troca entre iguais que interagem na diferença.

Turino (2004) previa que, em alguns lugares, existiria um Ponto de Cultura maior, como apoio a intervenções em regiões maiores ou capitais. A comunidade e os idealizadores escolheriam as atividades, equipamentos e treinamentos, através de conselhos gestores e parceiros (ONGs ou poder público local). Parcerias empresariais eram consideradas desejáveis ao Programa, inclusive, por viabilizarem a criação de Pontos de Cultura no exterior, onde existisse um número expressivo de brasileiros.

Vemos, portanto, nas afirmações de Gil e Turino, o reconhecimento da importância do reforço da ligação entre os atores de diferentes Pontos de Cultura.

Segundo Turino (2004), a Rede Cultura Viva deve ser flexível e democrática na sua forma de interagir com a realidade, ágil e tolerante como um organismo vivo, com o objetivo de fazer uma integração dos Pontos em uma rede global que aconteça a partir das necessidades e ações locais. A interação entre o global e o local deve respeitar o desenvolvimento das ações de cada Ponto de Cultura, para sua sustentabilidade e autonomia. Essa combinação foi definida como Gestão Compartilhada e Transformadora, com conceitos de empoderamento, autonomia e protagonismo social; com experiências e conceitos atualizados a partir da prática e da identificação dos fenômenos sociais; com menos fórmulas e mais saberes.

A partir dos aspectos de organização e funcionamento do Cultura Viva, apresentados neste item, observamos que o Programa se constitui e se realiza com a implantação dos Pontos de Cultura, que traduzem a parceria estabelecida entre o Estado e a sociedade civil. Cada Ponto de Cultura desenvolve suas atividades de acordo com suas necessidades e plano de trabalho, compartilha e desenvolve ações culturais que observam a autonomia e o protagonismo das comunidades. Com a iniciativa do Programa, uma rede de Pontos de Cultura é formada, instituindo-se

uma teia de trocas e mostras importantes no desenvolvimento da cultura. É relevante destacar que esses aspectos estão presentes nas concepções de cultura e gestão pública apresentadas no item 2.1; relacionando-se, também, com as ideias de Gestão Integrada do Território, discutidas no Capítulo 1.

Segundo o MinC (2004), o Programa Cultura Viva é compreendido como uma rede orgânica de criação e gestão cultural, mediado pelos Pontos de Cultura, sua principal ação. Sua implantação envolve um fazer contínuo e dinâmico e seu desenvolvimento assemelha-se ao de um organismo vivo, que interage com atores já existentes. Ao invés de ditar ações e condutas locais, o Programa se propõe a incentivar a criatividade, fortalecer metas e propiciar “encantamento social”.

Prevê-se, como atribuições da coordenação do Programa, o fomento do processo de releitura cultural, o estímulo da aproximação artística e visões de mundo, a agregação de recursos e novas capacidades a projetos e instalações já existentes, oferecendo equipamentos que amplifiquem as oportunidades de produção artística e recursos para ações duradouras às comunidades.

Em 2009, o documento **Programa Cultura Viva: análises e observações** (BRASIL, 2009) ratifica essa visão e, no contexto do Seminário Internacional do Programa, realizado entre os dias 18 e 20 de novembro de 2009, em Pirenópolis/GO, seus conceitos são reafirmados, como também se observam algumas alterações nas suas ações, explicitando seu dinamismo, previsto desde a sua concepção.

Propõe-se, a partir desse documento, que os Pontos de Cultura se articulem em rede, respondendo às demandas sociais e se articulando com outros Pontos; em processos de autogestão e corresponsabilidade; distribuição de poder em vários pontos focais; formação de equipes de gestores com iniciativas de construção de novas relações simétricas. Visando à aproximação entre a sociedade, o Estado e o mercado, com ações construídas coletivamente.

Esses conceitos são imbricados, um implica o outro e não há como defini-los senão em relação, e no momento que esses conceitos passam a dialogar com a experiência vivida nos Pontos de Cultura — e demais ações do Programa: Pontões, Escola Viva, Cultura Digital, Ação Griô, Cultura e Saúde — eles são ressignificados, reafirmados, negados ou substituídos, formando novos mapas conceituais (BRASIL, 2009, p. 15).

Segundo o MinC (BRASIL, 2009), o Programa foi fundado sobre a dimensão da cultura como direito e como cidadania, tem como objetivos ampliar e garantir os meios de fruição, produção e difusão cultural; potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e integrando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora; promover a cultura enquanto expressão e representação simbólica, direito e economia.

Nesse propósito, o Programa se dirige a variados grupos sociais: crianças, jovens, mulheres, indígenas, comunidades da periferia de grandes metrópoles do país, comunidades afrodescendentes, associações de bairro e populações camponesas, ribeirinhas, rurais e sem-terra. As organizações são selecionadas por edital público e passam a receber recursos do Governo Federal para sedimentarem seus trabalhos.

Com base nos documentos **Catálogo Cultura Viva: Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania** (BRASIL, 2004) e **Almanaque Cultura Viva** (BRASIL, 2010) do Ministério da Cultura, apresentamos, a seguir, o conjunto de ações que estruturaram o Programa Cultura Viva.

2.2.1 Ponto de Cultura, Pontão e Rede

A definição desses três elementos é a principal ação do Programa Cultura Viva e articula as demais. Orienta uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e estímulos criativos. O Ponto de Cultura é um mediador na relação entre Estado e sociedade, em rede, reúne agentes culturais que desenvolvem ações em suas comunidades e as compartilham entre si.

O Ponto de Cultura concebe vários formatos de instalações físicas, programação ou atividade; tendo em comum a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade, que pode comportar não somente agentes de produção artística, como também usuários e agentes sociais de forma mais abrangente.

A adesão à rede de Pontos de Cultura é voluntária e se dá por editais públicos, podendo o Ponto estar instalado em uma pequena casa ou em um grande

centro cultural, bastando que seus agentes culturais se apresentem e se ofereçam. A partir do Ponto, desencadeia-se um processo orgânico que une novos agentes e parceiros e identifica novos pontos de apoio, como escolas, salões de igrejas, associações de bairro, espaços de voluntários, ou até mesmo espaços livres.

Ainda segundo o mesmo documento (BRASIL, 2004), cada comunidade, a partir de sua dinâmica própria e de um grande número de combinações possíveis, pode escolher suas ações. A partir dessa dinâmica, são definidas as demandas físicas e de equipamentos de cada Ponto de Cultura, cujos eixos se diversificam, em diferentes manifestações culturais. Realizadas as escolhas, o Ministério da Cultura agrega novas ações e circuitos culturais. Pontos de diferentes características passam a estimular seus pares. Até que o eixo de cada Ponto passe a incorporar novos eixos e a partir de um Ponto surja uma espiral.

No referido documento (BRASIL, 2004), encontramos a descrição dos procedimentos de criação dos Pontos de Cultura. À época, para ser um Ponto de Cultura, o proponente deveria participar do edital de divulgação do Ministério da Cultura, enviando seu projeto para análise da Comissão Nacional de Avaliação, composta por autoridades governamentais e personalidades culturais. Havendo a inclusão por seleção, seria celebrado convênio com o Ministério da Cultura. Após a seleção, o Ponto receberia até 185 mil reais, em parcelas semestrais, para investir, no prazo de dois anos e meio, conforme projeto definido pelo próprio Ponto, e 50 bolsas do Programa Primeiro Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, no valor de 150 reais, para jovens de 16 a 24 anos. Cada bolsa teria a duração de seis meses. Findo o prazo, outro jovem deveria ser selecionado. O jovem ganharia para desenvolver o projeto do Ponto e frequentar cursos que o capacitassem para gerar renda própria a partir da cultura.

Parte do incentivo recebido na primeira parcela, no valor mínimo de 25 mil reais, deveria ser utilizada para aquisição de equipamento multimídia em *software* livre (os programas seriam oferecidos pela coordenação), composto por microcomputador, miniestúdio para gravar CD, câmara digital, ilha de imagem e o que fosse importante para o Ponto. Os equipamentos conectam-se por meio de internet banda larga, tecendo uma grande rede de Pontos espalhados pelo Brasil e pelo exterior, na qual circulam imagens, sons e produtos — base de um sistema de produção material e imaterial compartilhada (BRASIL, 2004).

Através da maior proporção de Pontos de Cultura em uma localidade, o MinC proporia a constituição de Pontões. Grupos de Pontos e governos locais também poderiam propô-los.

Os *Pontões* foram propostos como espaços culturais, aproveitados ou construídos, geridos em consórcio pelos Pontos de Cultura, que receberiam recursos de até 500 mil reais/ano para o desenvolvimento de programação integrada, aquisição de equipamentos e adequação de instalações físicas. Seu financiamento dar-se-ia por meio de parcerias com empresas públicas e privadas e governos locais, e sua missão seria a de constituir-se em espaços de articulação entre os Pontos (BRASIL, 2004).

Outro documento, **TEIAS**: rede de cultura e cidadania (BRASIL, 2007), apresenta as Teias como encontros dos Pontos e Pontões de Cultura e das comunidades envolvidas com o Cultura Viva no país, com os objetivos de promover uma mostra ampla da produção cultural dos Pontos, debater a cultura brasileira e suas expressões regionais, propor estratégias de políticas públicas culturais, analisar e avaliar o programa. Sua realização é proposta em âmbito estadual e nacional.

Ainda de acordo com esse documento, a participação do poder público local no Cultura Viva poderia ocorrer de três formas: 1) como proponente de um ou mais Pontos de Cultura. Nesse caso, deve-se participar de edital específico para instituições governamentais; 2) como parceiro de um ou mais projetos, oferecendo apoio e orientando projetos no âmbito de sua comunidade. Nesse caso, o proponente seria uma entidade; 3) como cogestor com o MinC na seleção de projetos de Pontos de Cultura no âmbito de sua área administrativa. Nesse caso, já não é proponente de projeto, nem parceiro de entidade: é concedente e disponibiliza parte de seus recursos para implementação dos projetos (BRASIL, 2004).

Consta ainda do mesmo documento a intenção de localizar Pontos de Cultura nas comunidades de brasileiros residentes no exterior, nos países do Mercosul e na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Portugal, África e Ásia). Cada Ponto receberia 30 mil dólares/ano, que seriam captados junto a empresas, organismos multilaterais e governos amigos. Esses Pontos, conectados aos Pontos do território brasileiro, deveriam formar uma rede internacional de produção compartilhada e de troca de produtos simbólicos, fortalecendo a relação sul-sul, horizontalizando a

relação sul-norte e colaborando com a construção de uma corrente solidária e contra-hegemônica (BRASIL, 2004).

2.2.2 Agente Cultura Viva

O Agente Cultura Viva foi proposto como ação que se articularia ao Ponto de Cultura para incitar, no jovem, o interesse em iniciar, futuramente, uma profissão relacionada à cultura. O documento **Catálogo Cultura Viva: Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania** (BRASIL, 2004) prevê a participação de jovens com idades entre 16 e 24 anos que, durante seis meses, receberão um auxílio financeiro de 150 reais por mês para desenvolverem ações previstas no projeto de seu Ponto de Cultura.

Previa-se que o Ponto de Cultura realizaria a capacitação específica e a coordenação do Programa desenvolveria o acompanhamento em educação popular, empreendedorismo cultural e microcrédito. O objetivo era estimular a geração de renda nas próprias comunidades, a partir de uma economia solidária. Tratava-se de uma parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego para beneficiar os jovens com bolsas e cursos, facilitar a emissão de carteira de trabalho e previdência social e outros programas do Governo Federal (BRASIL, 2004).

2.2.3 Cultura Digital

Cultura digital é um instrumento que visa à apreensão do que existe de mais manifesto na cultura brasileira, o patrimônio imaterial, dando visibilidade e circulação à produção dos Pontos de Cultura, tais como: os tambores do Tocantins, o samba do Recôncavo, a ciranda de Pernambuco, a viola do Brasil Central.

Conforme o documento **Catálogo Cultura Viva: Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania** (BRASIL, 2004), as comunidades podem gravar sua própria imagem e apresentarem-se por si mesmas, ao invés de serem filmadas por

um olhar externo. São capacitadas para produzir sua página na internet, criando um sistema de comunicação próprio, fortalecendo o seu protagonismo.

Cada Ponto de Cultura recebe um estúdio multimídia. Um equipamento pouco sofisticado, quase caseiro, que permite gravar CD, produzir vídeo, colocar uma rádio no ar e uma página na internet, tudo com programas em *software* livre, que trazem consigo conceitos e práticas de compartilhamento tecnológico, generosidade intelectual, trabalho colaborativo e descentralização do conhecimento. O documento propõe que o equipamento digital seja entendido em sua dimensão filosófica, tratado como cultura. Cada comunidade grava sua música, registra sua imagem e as coloca no ar, interagindo culturalmente com outros Pontos. Pela internet, podem produzir um programa de rádio com pessoas em diversas regiões do país, ou mesmo em outros países, ou compor uma música coletivamente, por exemplo (BRASIL, 2004).

2.2.4 Escola Viva

Escola viva tem como objetivo integrar os Pontos à escola, de modo a colaborar para a construção de um conhecimento reflexivo e sensível por meio da cultura. Ainda de acordo com o documento **Catálogo Cultura Viva: Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania** (BRASIL, 2004), o Programa contribuirá para a expansão do capital social brasileiro — primordial no processo de sustentabilidade do desenvolvimento econômico, no qual os saberes locais do país possam ser alargados e aprofundados, abrindo-se às novas linguagens, gerando capacidades de criação, tolerância, autonomia e criatividade, indispensáveis ao desenvolvimento da cidadania.

Procura atuar em duas frentes, transformando experiências inovadoras das escolas em Pontos de Cultura ou transformando o Ponto em uma escola de cultura brasileira, através de editais conjuntos entre os Ministérios da Educação e da Cultura para incentivar e convidar escolas que já realizaram experiências inovadoras a apresentarem seus projetos pedagógicos, nos quais a cultura seja elemento estruturante. Em linhas gerais, os editais contemplarão ações de: conhecimento da cultura brasileira; integração entre artes, patrimônio, equipamentos culturais e

escola; criação do Prêmio Escola Viva; escola aberta aos finais de semana; recreação no período de férias.

Outra possibilidade são as parcerias diretas com as escolas. Cada Ponto pode-se transformar em um “Parque da Escola”. Antes ou depois do horário das aulas, crianças e jovens participarão de oficinas e atividades culturais diversas, integradas ao cronograma escolar, a partir das diretrizes e parâmetros curriculares que já estabelecem o tema transversal cultura.

Os Pontos que optarem por esse tipo de ação, receberão preparo e acompanhamento pedagógico especializado. Dessa forma, será constituído um espaço de interação dialógica e vivencial, permitindo que, a partir de experiências culturais desenvolvidas em cada Ponto, o aluno possa identificar os signos e códigos da cultura local e, na troca de experiência com outros Pontos, apropriar-se do conhecimento estético e ético do que é a cultura brasileira e de como ela se relaciona com as outras culturas (BRASIL, 2004).

2.2.5 Griôs — Mestres dos Saberes

A ação Griôs — Mestres dos Saberes é o “abrasileiramento” da palavra francesa *griot*, usada por jovens africanos que foram estudar em universidades francesas. Movidos pela preocupação com a preservação de seus contadores de histórias, que carregam consigo a tradição oral, consolidaram um conceito e uma atividade secular entre seu povo.

São pessoas que, por diversas razões, circunstâncias e habilidades, acumularam conhecimentos que pertencem às suas comunidades e são entendidos como “patrimônio cultural imaterial”. São as práticas, representações, expressões e técnicas (inclusive os instrumentos, objetos, artefatos e lugares a eles associados) que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Patrimônio imaterial transmitido de geração a geração.

Essa ação visa a preservar esses bens, estimulando a transferência desses conhecimentos acumulados, do domínio de quem sabe; estabelecer parcerias com os Ministérios do Trabalho, da Previdência Social e da Educação para apoiar

financeiramente e materialmente esses Mestres dos Saberes, para a continuidade e facilitação desse trabalho de preservação e reinvenção da nossa cultura (BRASIL, 2004).

O documento relaciona essa ação — Griô — com a integração e a participação social, afirmando que o Programa Cultura Viva vai ao encontro de um “Brasil profundo, escondido”, o que representa uma escolha por uma Cultura Viva.

2.2.6 Cultura e Saúde

A ação Cultura e Saúde tem como objetivo ampliar e qualificar os processos de promoção da saúde por meio de atividades culturais, reconhecendo o ser humano como ser integral e a saúde como qualidade de vida. Conforme o documento **Almanaque Cultura Viva** (BRASIL, 2010), essa iniciativa promove e fomenta ações que utilizem as mais diversas linguagens culturais como forma de potencializar a melhoria do atendimento à população, por meio de instrumentos que favoreçam e facilitem a articulação da rede pública de atendimento à saúde com a rede de equipamentos culturais, de modo a democratizar o acesso às políticas de saúde em benefício dos cidadãos brasileiros.

A ação Cultura e Saúde envolve Pontos de Cultura, bem como organizações independentes da sociedade civil, que incluam projetos voltados à garantia do acesso aos bens e serviços culturais e à qualificação do ambiente hospitalar, de casas e centros de saúde. Busca o diálogo entre os serviços convencionais de saúde e as práticas de saúde de espaços sagrados como terreiros de Candomblé, Umbanda e Casas de Xangô, entre outros.

2.2.7 Prêmios e outras ações do Programa

Pelo seu dinamismo, o Programa Cultura Viva desenvolve ações que envolvem novos pontos de apoio e parcerias, sendo estimuladas pelo Ministério da Cultura por meio da concessão de bolsas e prêmios que, por sua vez, podem

originar novos Pontos de Cultura, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento da ação de um conjunto de Pontos na rede pode sugerir a outorga de prêmios no seu interior. Foram propostos, segundo o documento **Almanaque Cultura Viva** (BRASIL, 2010), os seguintes prêmios: Cultura Viva, Agente Escola Viva, Agente Cultura Viva, Intercâmbio Cultura Ponto a Ponto, Cultura e Saúde, Tuxaua, Interações Estéticas, Pontos de Mídia Livre, Areté, Estórias de Pontos de Cultura, Ludicidade e Pontinhos de Cultura.³

Conforme os elementos descritos neste item, sobre a organização e o funcionamento do Programa Cultura Viva, entendemos que suas propostas têm como princípios a colaboração entre o Estado e a sociedade civil e o estímulo de atividades culturais que respeitem a independência e as iniciativas das comunidades. De maneira coerente com os conceitos de cultura e gestão tratados anteriormente, podemos observar que esse Programa propõe-se a estimular a criatividade local, a integração de ações, recursos e novos talentos a projetos e instalações já existentes. Busca aproximar o Estado da sociedade com parcerias que observem os contextos sociais.

Podemos concluir, neste Capítulo 2, que, ao se voltar, através dos Pontos e Pontões de Cultura, para grupos artísticos e populações com baixo reconhecimento de sua identidade cultural, o Programa Cultura Viva aproxima-se das concepções da Gestão Integrada do Território, que consideram as identidades e a cultura como valores importantes do território para o desenvolvimento sustentável. O Programa adota como conceito de cultura os valores que promovem os relacionamentos sociais, como o equilíbrio das relações e o diálogo. No mesmo sentido, as perspectivas de gestão integrada concebem os territórios com identidade cultural, destacando a construção de acordos em torno do melhor uso dos recursos do território, considerando a relevância da cultura na formulação de políticas públicas bem elaboradas.

Compreendemos também que o Programa Cultura Viva, ao buscar uma “Gestão Cultural Compartilhada e Transformadora”, vai ao encontro das perspectivas da GIT, que apontam a necessidade de descentralização da gestão pública e a maior participação da população.

³ Os prêmios citados estão descritos no ANEXO A – Prêmios do Programa.

CAPÍTULO 3

AVALIAÇÕES DO PROGRAMA CULTURA VIVA E DESAFIOS PARA A GESTÃO PÚBLICA CULTURAL

Neste capítulo, apresentamos uma análise dos principais avanços e dos desafios mais importantes do Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva, a partir de diferentes documentos de avaliação. Utilizamos textos produzidos pelos gestores do Ministério da Cultura e os relatórios de avaliação e estudo da gestão compartilhada do Programa, elaborados pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Paulo Freire – IPF e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Os documentos são apresentados em ordem cronológica, a fim de permitir uma observação das transformações sofridas pelo Programa. Depois das reflexões avaliativas realizadas pelos diferentes autores, procuramos destacar os principais avanços e os maiores desafios apontados. A seguir, tratamos sobre esses pontos como elementos da Gestão Pública, refletindo sobre eles a partir dos fundamentos teóricos da Gestão Integrada do Território, expostos no Capítulo 1, e da Gestão Cultural, apresentados no Capítulo 2.

3.1 GESTÃO COMPARTILHADA DO PROGRAMA CULTURA VIVA – INSTITUTO PAULO FREIRE

Em parceria com o MinC, o Instituto Paulo Freire (2006a) apresentou, ao final de 2005, a proposta de uma Metodologia de Gestão Compartilhada do Programa Cultura Viva, visando a consolidar a unicidade de rede orgânica de ação cultural, as teorias e as práticas do Programa e o respeito à diversidade de cada projeto. Considerando que o principal desafio do programa era a descentralização, a proposta do Instituto Paulo Freire objetivava ampliar a participação dos movimentos sociais na gestão do Programa, oferecendo condições às comunidades, como forças políticas atuantes, de se apropriarem da reflexão sobre sua realidade e do desenvolvimento social.

Durante os Encontros de Conhecimentos Livres do Programa Cultura Viva, desenvolvidos pelo MinC no ano de 2006, com o objetivo de capacitar os Pontos de Cultura, o Instituto Paulo Freire (2006b) realizou 13 Oficinas de Gestão Compartilhada e Articulação em Rede em Recife (PE), Anápolis (GO), Belém (PA), Porto Alegre (RS), Ouro Preto (MG), Osasco (SP), Vassouras (RJ), Salvador (BA), Rio do Sul (SC), Santarém (PA), Barra do Garças (MT), Crato (CE) e Manaus (AM). Participaram 512 pessoas, em sua maioria representantes dos Pontos de Cultura. A metodologia adotada nas oficinas envolveu dinâmicas de grupo para integração dos participantes e um debate participativo a partir da exibição de vídeo sobre o método Paulo Freire de educação popular e a participação política dos sujeitos históricos, com o destaque sobre a relevância do acesso crítico ao conhecimento no processo de transformação do mundo. Os participantes foram convidados a apresentarem os projetos dos seus Pontos de Cultura, bem como suas vivências e desafios. Em seguida, foram divididos em subgrupos e discutiram os princípios da Gestão Compartilhada, a partir de textos-objetos e subsídios sugeridos pelo Instituto Paulo Freire. O objetivo era promover a reflexão de cada subgrupo sobre o que compreendiam por Gestão Compartilhada.

Em seguida, cada subgrupo apresentou um registro das principais ideias sugeridas pelos participantes para posterior discussão com o grupo maior. Neste, um representante de cada subgrupo apresentava os resultados das discussões, os quais posteriormente eram debatidos por todos. Ao fim das discussões, os mediadores do Instituto Paulo Freire apresentaram teorias recentes a respeito da Gestão Compartilhada, buscando, a partir do material existente, organizar as ideias do grupo. Nesse momento, algumas ideias sobre como construir, implementar, monitorar e avaliar um projeto, de maneira compartilhada, deveriam ser apresentadas.

Após a exposição dessas ideias, os participantes retornaram aos seus subgrupos com o desafio de prepararem um plano de desenvolvimento, com uma perspectiva da gestão compartilhada. Ao fim dos trabalhos, cada subgrupo apresentou seu plano e debateu com os demais, buscando a identificação de seus pontos fracos, barreiras e oportunidades de viabilização.

Nas avaliações das Oficinas de Gestão Compartilhada e Articulação em Rede, os participantes destacaram que os Pontos de Cultura precisavam articular parcerias com o poder público, entidades privadas, escolas e universidades;

estimular a participação da comunidade; identificar suas lideranças e conhecer seus movimentos sociais e culturais, visando ao compartilhamento de ações e o envolvimento nos projetos e na sustentabilidade do Ponto. Na visão dos grupos, os gestores dos Pontos necessitavam de maior capacitação nas áreas jurídica, administrativa e pedagógica, na busca de maior democracia interna, qualidade dos projetos e parcerias, conhecimento das tecnologias digitais e articulação em rede.

Na avaliação do Instituto Paulo Freire (2006b), pode-se afirmar que o objetivo inicial do trabalho foi cumprido pelo menos entre os que participaram dos encontros, uma vez que os participantes dessas oficinas se sensibilizaram e assimilaram bem a proposta da Gestão Compartilhada, no sentido de ampliar os mecanismos de participação política, organização social, gestão democrática e articulação das comunidades em torno de uma expectativa de desenvolvimento local integrado e sustentável. Essas ideias circularam entre as redes de Pontos de Cultura do país, estimulando a criação de fóruns em vários Estados e regiões, como o Fórum de Pontos de Cultura do Rio de Janeiro, a Rede Alagoana de Pontos de Cultura, os Encontros de Pontos de Cultura de Minas Gerais e São Paulo, e outros.

O Instituto Paulo Freire (2006b) constatou também que a maioria dos participantes dos encontros desconhecia a gestão de seus Pontos de Cultura, evidenciando-se a centralização da informação por parte dos gestores, demonstrando que suas práticas não acompanhavam a proposta de Gestão Compartilhada.

3.2 AVALIAÇÃO DO LPP-UERJ

O LPP-UERJ - Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro realizou, em 2006, uma avaliação piloto do Programa Cultura Viva, apresentada no documento **Programa Cultura Viva, Avaliação Piloto, Relatório Final**. Segundo esse documento, o objetivo era avaliar a eficácia do Programa, visando à construção de conhecimentos que aperfeiçoassem a relação das comunidades com o poder público e os instrumentos de gestão dos Pontos de Cultura, em oposição ao aumento de controle em si mesmo.

O LPP-UERJ adotou uma estratégia própria de coleta e processamento de dados, com a colaboração dos Pontos de Cultura, realizando uma avaliação processual com o desenvolvimento de duas técnicas de pesquisa complementares: questionários e visitas técnicas.

O questionário aplicado foi disponibilizado e controlado via internet para preenchimento *on-line* pelos Pontos de Cultura selecionados no primeiro edital do Programa, com nome de usuário e senha, permitindo a confidencialidade e confiabilidade das respostas. A partir da segunda semana de dezembro de 2005, 152 Pontos de Cultura receberam o questionário. Em abril de 2006, data que se estipulou como limite, 100 pontos haviam respondido integralmente ao formulário eletrônico, e seis, parcialmente. Os que não responderam foram organizações que ainda estavam em fase de implantação ou que, por diversos motivos, informaram não ter condições para garantir seu preenchimento, considerando os dados solicitados. Das informações fornecidas pelos Pontos, foram gerados relatórios semanais sobre o andamento do processo, enviados oportunamente ao MinC.

As visitas técnicas de pesquisadores da equipe aos Pontos de Cultura ocorreram entre os meses de março e maio de 2006. Foram realizadas 20 visitas técnicas, nas quais foram feitas entrevistas com integrantes dos pontos: cinco no Estado do Rio de Janeiro; três em Pernambuco; duas na Bahia; cinco em São Paulo; duas no Rio Grande do Sul; duas em Minas Gerais; e uma no Amazonas. Os critérios de seleção dos Pontos visitados foram, em linhas gerais: a) diversidade e representatividade regional; b) o conteúdo do projeto; c) o tipo de organização jurídica da entidade proponente; d) o público-alvo atendido; e d) a disponibilidade de informação sobre o Ponto de Cultura (preenchimento do questionário). A amostra qualitativa foi definida e validada conjuntamente com a equipe do MinC durante a videoconferência realizada no dia 20 de janeiro de 2006.

Na opinião da maioria dos coordenadores dos Pontos de Cultura entrevistados durante as visitas, o Programa Cultura Viva apresentava concepções inovadoras ao eleger a cultura como protagonista do processo de transformação social e promovia o desenvolvimento de uma cultura alternativa, de cunho nacional e popular, que visava a disponibilizar os meios de produção aos atores sociais, principalmente às comunidades excluídas do seu acesso, estimulando a difusão cultural. Segundo os coordenadores entrevistados, a instalação dos Pontos de Cultura inaugurou novas formas de diálogo com as comunidades e também novas

parcerias, em especial com outros Pontos de Cultura. Tal processo viabilizava muitos aprendizados relativos à gestão de projetos; ao relacionamento com o poder público; à articulação com outros Pontos; à cultura brasileira; à identidade cultural local. Em muitas situações, a participação nos Pontos fortaleceu o relacionamento dos sujeitos com seu grupo familiar, aumentando sua autoestima e o reconhecimento e aceitação dos outros (alteridade).

Para muitos entrevistados, o Programa Cultura Viva tinha o mérito de valorizar e fortalecer a cultura local, de ampliar as ações das comunidades, além de respeitar suas dinâmicas já estabelecidas. Porém, os Pontos de Cultura alegaram enfrentar muitos problemas relativos à gestão e organização do Programa: problemas no recebimento de equipamentos, atrasos nos pagamentos das bolsas, problemas com a prestação de contas. Tais problemas dificultavam o desenvolvimento dos projetos e o relacionamento entre as pessoas, gerando interrupções na realização de atividades programadas e evasão de alunos.

Para o Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2006), conforme as respostas obtidas dos Pontos de Cultura, confirmou-se que o Programa Cultura Viva possuía caráter positivo e inovador, representando um marco no campo das políticas públicas de cultura no Brasil, pela sua extensão, capilaridade e qualidade de formulação, mas precisava de melhorias. Uma delas referia-se à lentidão nos processos de apoio, o que provocava, em boa parte dos casos, atraso no recebimento dos financiamentos e ausência de informações, ocasionando dificuldades e lentidão na implantação e execução do Programa.

Segundo os avaliadores, tratava-se de um problema que poderia ser enfrentado organizando-se melhor o Programa, reunindo maior número de colaboradores, aprimorando a coordenação e a comunicação, desenvolvendo um maior controle por parte da assessoria do Programa e, principalmente, reformulando os mecanismos de liberação de recursos, com as instâncias do MinC e de fora, eventualmente responsáveis por essa questão.

A conclusão dos avaliadores, à época, foi a de que, mesmo com uma definição geral muito boa, o Programa Cultura Viva necessitava de novas definições, aprofundamentos, esclarecimentos e novas propostas que o viabilizassem e orientassem no atendimento à diversidade dos Pontos de Cultura.

A partir dos dados coletados, o Laboratório de Políticas Públicas da UERJ analisou as possibilidades e os desafios para a continuidade e expansão do

Programa Cultura Viva. Afirmou a necessidade de uma análise aprofundada da realidade, especialmente na sua dimensão cultural, bem como das condições materiais das pessoas nos meios onde são instalados e atuam os Pontos de Cultura. Observou-se a necessidade de qualificação dos responsáveis locais pelos Pontos, em relação a temas de cultura, em diferentes planos, para compreensão do meio em que vivem e dos instrumentos de que devem lançar mão na elaboração de alternativas culturais próprias. O documento de avaliação ressaltou, em relação a essa formação, a consideração dos saberes que escapam dos muros institucionais e são construídos pelos sujeitos em outros espaços, tais como a rua, o bairro, a favela e a cidade, saberes informais, implicados na vida.

Nesse sentido, a avaliação concluiu que, para contribuir com uma política nacional de cultura de caráter público, os Pontos de Cultura deveriam buscar compreender, pesquisar sobre as condições ideológicas (de valores cotidianos, religiosos, preconceitos étnicos, de gênero, e demais outros) e a formação de pessoas. Essas seriam condições para uma atuação melhor.

A pesquisa indicou um país “fracionado”, com territórios (físicos e simbólicos) bastante delineados, em uma situação de pouco diálogo e de pouca circulação de bens simbólicos. Ressaltou, entretanto, que o Brasil é um signo que comporta vários territórios, várias culturas e saberes em uma busca de trocas simbólicas de informações. Os Pontos de Cultura possibilitam o conhecimento de sujeitos, culturas e espaços que não são divulgados pelos grandes meios de comunicação. Possibilitam a discussão sobre os modos pelos quais são legitimadas as esferas de produção e circulação dos bens simbólicos, que impedem que outras formas de pensar e de sentir o mundo sejam consideradas como vias autênticas de expressão.

Em suas considerações finais, a pesquisa do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro demonstrou que o Programa Cultura Viva apoia a diversidade cultural, as práticas simbólicas locais. Os Pontos de Cultura reforçam os espaços comunitários como territórios de aprendizagem e comunicação, em que ocorre a troca de saberes, experiências e informações reconhecidas pela comunidade. Favorecem a superação das divisões entre sujeitos e culturas, com a circulação de bens simbólicos. Nesse sentido, os representantes dos Pontos de Cultura afirmam as orientações do Programa, considerado o principal programa cultural do governo, e destacam a necessidade de buscar o melhor funcionamento das suas próprias propostas.

3.3 AVALIAÇÕES DO IPEA (2007/2008; 2010/2011)

Nos anos de 2007 e 2008, o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada coordenou uma avaliação do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, com o objetivo de compreender o funcionamento dos Pontos de Cultura e suas relações com o Estado, em especial com o MinC e com outros agentes culturais e sociais.

A avaliação foi elaborada por um conjunto de instrumentos que permitiram direcionar a ênfase da análise para certos aspectos do desenvolvimento do programa, e depois relacioná-los em uma visão integrada. Foi composta pelo modelo lógico (ML), por um questionário aplicado *in loco* aos coordenadores dos pontos de cultura — momento no qual se aproveitou para a realização de observações e aprofundamento de questões com os próprios coordenadores — e por um grupo focal, conforme será aqui descrito. O ML propiciou reconstruir a lógica do programa e as expectativas que o acompanham. O questionário permitiu caracterizar os pontos de cultura, e o grupo focal ajudou na reconstituição das visitas de campo e das percepções que estas deixaram nos entrevistadores (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO, 2010, p. 27).

O primeiro passo dessa avaliação foi a elaboração do *modelo lógico* (ML)⁴ do Programa Cultura Viva. Sua aplicação destacou elementos desfavoráveis do contexto em que foi implementado. Dentre eles, a insuficiência do quadro de pessoal envolvido diretamente com sua gestão, com baixo número de servidores estáveis, alta rotatividade de contratados e baixa qualificação; dificuldades na celebração de convênios devido às interpretações divergentes de normas, inadimplência dos proponentes, ou não apresentação de documentação obrigatória; inexistência de norma legal que fundamentasse especificamente o relacionamento do Estado brasileiro com entidades da sociedade civil com baixo nível de organização ou

⁴ O modelo lógico surgiu no governo federal a partir da constatação de alguns dos problemas e deficiências na concepção e no gerenciamento de parte dos programas governamentais, e das fragilidades que impactavam os resultados e os processos internos das secretarias ou outras estruturas de implementação das ações públicas. Nesse contexto, o método forneceu instrumentos que permitiram a construção de referências conceituais para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de programas e para a sua avaliação. A metodologia foi desenvolvida no âmbito da Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação (CTMA), composta pela Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), Secretaria de Gestão (Seges), Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e IPEA. Ela tem como meta a melhoria no processo de formulação de programas do Plano Plurianual (PPA). Além da qualificação do planejamento, o ML propicia a discussão coordenada dos princípios de organização dos programas e, ao mesmo tempo, o compartilhamento das apostas conceituais, das explicações e das razões de certas práticas que servem de fundamento ao programa. Esses procedimentos permitem expor o que se denominou de *teoria do programa* (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO, 2010, p. 30).

institucionalização; insuficiência e inadequação dos fluxos de recursos e dificuldades com relação à coordenação das ações por parte da administração pública (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO, 2010).

A expectativa da pesquisa de campo era conhecer melhor os Pontos de Cultura, suas atividades, desafios e sugestões dos gestores, e, com base nessas informações, criar indicadores de acompanhamento para o Programa. A partir das informações cadastradas no MinC, foram feitos contatos por telefone, enviados e-mails, explicando o conteúdo da pesquisa, e o agendamento da entrevista. Sobre a estrutura das questões, algumas aceitavam múltiplas respostas, sendo que o questionário foi respondido conforme a percepção e o conhecimento do entrevistado.

No total, foram visitados 239 municípios em todos os estados brasileiros e aplicados questionários a 386 Pontos de Cultura conveniados até o ano de 2007, em funcionamento regular junto ao MinC, cujos gestores foram localizados e se dispuseram a responder à entrevista. Na percepção dos gestores, expressa nos questionários, os principais problemas enfrentados pelos Pontos de Cultura se referiam aos atrasos e à insuficiência dos recursos, e à complexidade dos procedimentos (formulários, prestação de contas, e outros). Destacaram também possíveis soluções, como a articulação com outras políticas públicas (educação, saúde, outras) e a ampliação do montante de recursos do MinC e da rede. Como solução imediata à questão da insuficiência de recursos, propuseram a simplificação de sua burocracia, o que requer mudanças nos marcos legais que definem o funcionamento do setor público, em particular quanto às regras de uso de recursos financeiros.

A técnica de grupo focal foi adotada entre os pesquisadores e a equipe de gestores federais do Programa, no intuito de formalizar e enunciar claramente as percepções levantadas durante a pesquisa de campo que não estavam bem explicitadas nos questionários. Ao término da coleta de dados com a técnica do grupo focal, os avaliadores concluíram que o MinC não se preparou institucionalmente para a complexidade da implantação do Programa Cultura Viva, em relação ao seu quadro de servidores, à infraestrutura e aos processos técnicos e administrativos. Com os repasses de verbas inconstantes, banco de dados cadastrais desatualizados e a falta de orientações pelo MinC, os Pontos tiveram sua atuação prejudicada. Constatou-se a necessidade de investimento na formação e

capacitação dos gestores dos Pontos de Cultura, tanto no que se refere à gerência de projetos quanto ao planejamento estratégico no campo da cultura. Verificou-se que muitas reuniões e processos coletivos de tomada de decisões foram realizados, mas não garantiram maior eficiência e eficácia na execução dos planos e ações. Além disso, o Programa Cultura Viva aparentava, segundo a avaliação, não ter consolidado ainda um conjunto de práticas capazes de reinventar modelos de gestão cultural, apresentando muitos problemas e contradições entre o seu funcionamento e o seu controle.

Para os coordenadores da pesquisa, os Pontos de Cultura podem ser tipificados como comunidades/associações voluntárias, com processos definidos pela administração pública, de práticas solidárias e intermitentes, de orientação autônoma, e carentes de recursos variados. Por esse motivo, o IPEA optou por avaliar aspectos da instância da administração pública, sua capacidade de prestar informações claras sobre o bom funcionamento do Programa; e qualificar as instâncias organizacionais comunitárias, destacando suas principais necessidades.

Nessa perspectiva, a pesquisa apresentou, nas suas principais conclusões, que as dificuldades enfrentadas pelo MinC na condução do Programa Cultura Viva não diferiam das de outros programas voltados às práticas sociais solidárias de base comunitária e da sociedade civil, relativas a atrasos de repasses de recursos e ausência de informações padronizadas, consensuais e transparentes sobre as exigências que o Estado brasileiro faz para atender aos critérios legais. Segundo a pesquisa, era urgente a maior estruturação da institucionalidade dessas políticas, com melhor capacitação de seus agentes públicos; procedimentos e bases normativas legais, munindo-lhes de maior estabilidade e segurança jurídica para que as instituições comunitárias e da sociedade civil pudessem alcançar um melhor desempenho.

A pesquisa destacou também que a gestão compartilhada ainda enfrentava dificuldades em ser completamente realizada, em função da baixa participação das comunidades nos processos de planejamento do Programa. O Programa Cultura Viva demandava processos participativos na construção de instrumentos adequados e no aprimoramento das instâncias administrativas públicas estatais e da sociedade civil. Daí seus desafios de ampliação de capacidades para coordenar, obter cooperação e incentivar as instituições da sociedade civil, comunitárias e associativas, no desenvolvimento de circuitos culturais.

Assim, a partir da pesquisa realizada nos anos de 2007 e 2008, o IPEA concluiu que o Estado não possuía instrumentos jurídicos e de gestão, ou eles não eram propícios para apoiarem, efetivamente, políticas com as dimensões de funcionamento do Programa. A realização de uma política cultural democrática, segundo os avaliadores, exigia a adequação desses instrumentos.

Nos anos 2010 e 2011, o IPEA realizou outra pesquisa de avaliação do Programa Cultura Viva (BRASIL, 2011), com o objetivo de produzir uma reflexão crítica e avaliativa a respeito do que havia sido realizado pelo Programa ao longo de seus quase sete anos de existência.

O desenho dessa pesquisa incluiu um trabalho de campo por imersão para Pontos e Pontões de Cultura, oficinas de avaliação para os Pontões e aplicação de questionários. Cada módulo contou com equipes específicas de investigação.

O módulo *oficinas de avaliação* foi realizado com os Pontões de Cultura e concentrou-se nos gestores de Pontões de todos os estados, fossem eles coordenadores ou representantes. Do universo total de Pontões compareceram às oficinas aproximadamente 70%. Os encontros ocorreram em diversas capitais, como Brasília, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, no intuito de facilitar o deslocamento de todos e aumentar o índice de participação. O principal objetivo da equipe de pesquisa foi levantar as percepções desses gestores sobre suas práticas e papéis. Na sequência, abordou-se a questão do Pontão no Programa; a articulação em rede, entre Pontão e Pontos de Cultura, entre Pontos e Pontões de Cultura entre si; a formação e difusão, a expectativa de futuro e as propostas de ação para o fortalecimento da rede e do Programa Cultura Viva.

No segundo módulo da pesquisa, foram aplicados questionários a 331 Pontos de Cultura, aproximadamente 10% do universo pesquisado. Utilizou-se parte das perguntas do questionário aplicado na primeira avaliação do Programa realizada pelo IPEA. A finalidade foi atualizar as informações antigas e garantir a comparação entre diferentes momentos. Os principais indicadores referiam-se a questões de infraestrutura, acessibilidade, pessoas que trabalham no Ponto, número de frequentadores, sustentabilidade financeira, diversificação das fontes de financiamento, geração de renda, participação da comunidade no planejamento das ações, articulação entre as instituições parceiras que participavam das ações, principais atividades realizadas pelos Pontos, entre outras de igual relevância, por exemplo, avaliação dos pontos sobre alguns elementos do programa —

descentralização, esclarecimento de dúvidas pelo MinC, prestação de contas, capacitação de recursos humanos e outros.

Na metodologia de imersão e entrevistas em profundidade, 10 pesquisadores mantiveram contato mais ou menos prolongado com 16 Pontões e Pontos de Cultura situados em diferentes cidades do país. Não importava tanto o número de associações investigadas, mas a qualidade da problematização das práticas relacionadas ao Programa. Foram contempladas todas as regiões do país, com exceção da região Norte. Os pesquisadores cobriram diversos espaços de atuação, urbanos — bairros, comunidades, áreas de risco, entre outros — e também rurais, com o objetivo de conhecer as atividades culturais organizadas e realizadas pelos Pontões e Pontos de Cultura. Foram pesquisados Pontos que já haviam concluído o plano de trabalho previsto para o convênio, Pontos que haviam sofrido processos de desligamento do Programa, Pontos que estavam em meio à execução de seus planos de trabalho, e outros que estavam ainda iniciando suas ações como Ponto de Cultura. A pesquisa de campo envolveu três modalidades distintas de convênios: os Pontões, os Pontos de Cultura conveniados diretamente ao MinC e os conveniados às secretarias estaduais de cultura — “Pontos de Rede”.

A pesquisa de campo foi realizada entre agosto de 2010 e março de 2011 e permitiu o entendimento e, em seguida, a explicação das práticas artísticas, educativas e culturais dos grupos, suas formas de organização social, significações e narrativas, aquilo que os fazia se reconhecerem e serem percebidos como Ponto de Cultura.

Após a análise dos dados coletados por meio das três técnicas utilizadas — oficinas de avaliação, questionário e imersão — os avaliadores do IPEA apresentaram um conjunto de observações acerca do Programa. Destacaram um descompasso entre um “sistema de ações concreto” que se impunha aos atores, como regras formais e informais, edital, conveniamento, utilização de recursos conforme a legislação, prestação de contas e as práticas desses atores, que apresentavam outros desdobramentos diferenciados. Muitos Pontos de Cultura desconsideravam os valores e as práticas das comunidades nas quais se inseriam, não se preocupando com o desenvolvimento social das pessoas e dos lugares, impondo modelos prontos ou teorias educacionais distantes da realidade local. Outros Pontos não observavam a lógica das culturas populares, a formação do seu

público, e muitos de seus grupos apresentavam dificuldades para cumprirem as exigências burocráticas do Programa.

Outra conclusão dessa avaliação foi que, apesar dos esforços subjetivos das equipes de gestão, a instância organizacional, Estado e administração pública enfrentavam grandes dificuldades objetivas que comprometiam a operacionalização do Programa — dificuldades relativas às normas formais, que atrapalhavam a ação, e, ao mesmo tempo, quanto à ausência de padrões de ação para lidar com a escassez de recursos; processos orçamentários, dispêndios financeiros e prestações de contas complexos; gestão fiscal que não favorecia o fluxo oportuno de recursos; recursos humanos despreparados na interpretação de normas, na estabilização de procedimentos, na comunicação interburocrática e com a sociedade. Esses elementos foram apresentados como percalços que impediam uma boa administração.

O IPEA apresentou os principais entraves do Programa Cultura Viva, identificados a partir da experiência de campo da pesquisa e do relato dos interlocutores.

A questão da sustentabilidade dos Pontos de Cultura foi um desses problemas, relacionado às operações político-administrativas. Muitos Pontos de Cultura temiam pela descontinuidade de suas ações e apresentavam uma preocupação maior com o número de parcerias e a proposição de projetos, do que com o planejamento da sua sustentabilidade por meios próprios, como um plano de negócios, comercialização de produtos, apresentações artísticas, consultoria e outros. Nesse sentido, identificou-se como um dos desafios do Programa Cultura Viva uma atuação que fosse além do repasse de recursos; com a simplificação dos processos de seleção e de convênios, especialmente junto aos Pontos de Cultura que não possuíam outras fontes de financiamento e dependiam completamente do MinC; e a elaboração de regras claras por parte do Programa que estimulasse a sustentabilidade material dos Pontos.

Outra dimensão importante apresentada pela avaliação foi a da sustentabilidade política das organizações da sociedade civil. Ela diz respeito ao desenvolvimento institucional das organizações sociais, ou seja, à qualidade técnica de seus trabalhos e de seus projetos institucionais, à democratização de seu projeto político e à influência em políticas públicas.

A descentralização do Programa Cultura Viva já era anunciada desde o seu início, com editais abertos para que governos estaduais e municipais propusessem projetos de gestão de Pontões de Cultura ou rede de Pontos de Cultura. O IPEA concluiu, em sua avaliação, que, embora fosse uma boa estratégia de expansão e fortalecimento do Programa, a descentralização, por incluir outro ente federado, em algumas situações, dificultava ainda mais o processo jurídico-administrativo da execução dos convênios, uma vez que cada ente tinha sua própria estruturação jurídica, pertencente ao modelo de federalismo do país. Esse procedimento provocou atrasos de até mais de um ano para que processos se desenrolassem, convênios fossem assinados e repasses de recursos executados.

Os avaliadores concluíram que a descentralização havia sido mal planejada, ao transferir os problemas que existiam inicialmente no governo federal para os estados e municípios. Seria necessária uma integração maior e um melhor diálogo entre os órgãos federais, estaduais e municipais, inclusive entre o MinC e suas regionais. Notava-se, na prática, a ausência de preparo do Estado para operacionalizar os convênios com a sociedade civil, dificuldades antes enfrentadas pelo governo federal e que, aparentemente, permaneciam nos convênios com os governos estaduais e municipais.

A ausência de planos de monitoramento e avaliação foi uma das questões para a qual o IPEA chamou a atenção, apresentando a necessidade de se pensar nos procedimentos de organização e planejamento do Programa Cultura Viva. O monitoramento da gestão e da avaliação dos programas públicos foi apontado como aspecto fundamental ao êxito da política. Esses procedimentos deveriam ser previstos e integrados ao processo inicial de planejamento e implementação da ação pública, visto que a previsão de um plano de monitoramento fazia parte da elaboração do próprio Programa.

Essa questão foi colocada como um desafio para o Programa Cultura Viva, uma vez que seu processo de identificação do problema, o desenvolvimento de suas ações, sua implementação e avaliação não haviam sido lineares, e o próprio Programa se formara ao longo do tempo. Segundo o IPEA, o MinC apostou no discurso de que a sociedade é autônoma, e algumas ações não foram planejadas, e, quando foram, aconteceram de forma incompleta ou com ausência de estratégias claras.

Um exemplo desses aspectos, na opinião dos avaliadores, foi a falta de um banco de dados confiável sobre os Pontos de Cultura existentes no país e a condição de seu convênio. Identificou-se a necessidade, por parte do Programa Cultura Viva, de uma cultura de geração de conhecimentos específicos ao seu gerenciamento, como subsídio ao diálogo político necessário à prospecção de acesso e difusão das ações dos Pontos de Cultura. Conhecimentos efetivos poderiam interferir no planejamento da ação pública, subsidiar o debate e as análises para correção de rumos e definições de novos caminhos a serem tomados, além de corroborarem com a tomada de decisão baseada em ações que respondessem às demandas reais dos Pontos de Cultura.

As principais críticas direcionadas ao MinC, no documento da segunda avaliação do IPEA (BRASIL, 2011), se referiam à falta de uma equipe estruturada para sanar os questionamentos dos gestores e demais atores envolvidos com os Pontos de Cultura, incluindo o seu entorno; à rotatividade de funcionários, que dificultava a continuidade dos processos; às informações divergentes por parte dos funcionários; ao elevado custo do processo de troca de informações; à perda de documentos referentes aos convênios durante a tramitação de um setor para outro. O documento indicava a necessidade da institucionalização da relação entre o MinC e os Pontos de Cultura, bem como com os beneficiários de suas ações, de maneira que as dúvidas pudessem ser resolvidas em tempo hábil e o monitoramento se realizasse no decorrer da execução das parcelas do convênio, ou seja, que o poder público se responsabilizasse em orientar os Pontos durante a efetivação de seus projetos.

A falta de controle pode acarretar, segundo o IPEA, usos políticos dos Pontos de Cultura e apropriação de recursos públicos para fins privados, tanto por parte dos governos quanto dos Pontos, descaracterizando os preceitos do Programa.

A avaliação indicou ainda que o formato de financiamento do Programa Cultura Viva gerava muitos problemas na execução dos planos de trabalho e prestação de contas pelos Pontos de Cultura. Identificou uma grande diferença de linguagens entre o MinC e os grupos artísticos e culturais; e a estrutura jurídica e administrativa que dava suporte ao Programa demonstrava dificuldades no diálogo com as associações que devia atender.

A relação com as comunidades, por vezes, requeria dos Pontos de Cultura mudanças de estratégias, de planos elaborados, e, em muitos casos, estes

adaptavam soluções, acreditando respeitar tais dinâmicas — um complicador, que, na hora da prestação de contas, gerava entraves entre o que havia sido planejado e o executado.

A avaliação revelou que, embora o estabelecimento do convênio previsse o conhecimento de ambas as partes sobre os procedimentos e a legislação vigente, tornaram-se comuns os problemas relativos à realização das licitações para compra de bens, contratação de recursos humanos, problemas com taxas bancárias e aplicação dos recursos. Frente a essa constatação, os avaliadores indicaram a formulação de mecanismos que contribuíssem para o bom andamento dessa relação, pelo menos na medida da manutenção das regras vigentes.

Seria necessário, nesse sentido, capacitar os gestores; elaborar bons manuais com orientações e linguagem clara. Também foi destacada a necessidade de novos modelos de financiamento e formalização das relações entre o poder público e a sociedade civil, um novo marco legal, em substituição à legislação vigente, considerada defasada frente ao público e à realidade do Programa Cultura Viva.

Diante dessas demandas, observa-se que, para lidar com o aspecto dinâmico da produção cultural, torna-se necessário uma nova gestão, com novos instrumentos. Nesse sentido, consideramos interessantes os elementos apresentados pela GIT em resposta a essas necessidades. Conforme Oosterbeek (2011), as ações integradas entre o poder público e a sociedade necessitam de instrumentos de previsão, investigação continuada, inclusão tecnológica e interdisciplinaridade. Daí a necessidade de criação de estruturas flexíveis e mecanismos de governança participada. Corroborando essa visão, Shiki (2004) aponta ainda a relevância de planejamentos descentralizados, a partir do território, para além dos limites político-administrativos, levando-se em conta cada territorialidade. Encontramos, portanto, em diferentes teóricos da Gestão Integrada do Território, elementos que podem levar à formulação de perspectivas de gestão pública que consigam trabalhar com a diversidade e o dinamismo dos grupos e suas culturas.

O IPEA comentou também sobre a prática de prêmios, que se caracterizava, segundo os avaliadores, como uma maneira mais simples de transferência de recursos para a sociedade civil, uma estratégia de repasse de verbas e prestação de contas simplificado, com menos formalidades burocráticas. No entanto, o processo

de premiação do Programa foi considerado problemático pela ausência de critérios e transparência nos processos de seleção, não favorecendo o monitoramento do Programa nem a construção de políticas públicas. A avaliação do Programa Cultura Viva, realizada pelo IPEA, indicou a necessidade de reflexão sobre a política pública reduzida ou restrita à elaboração de editais de premiação. Se, por um lado, os prêmios eram funcionais e necessários a algumas demandas, por outro, foi apontada a necessidade de elaboração de ações públicas estruturantes e centralizadas no Estado para o desenvolvimento das diretrizes do Programa e que levassem em conta as questões de continuidade e desdobramento das ações, normalmente não atendidas pelo processo de premiação. Tal processo estimulava, segundo os avaliadores, ações pontuais concentradas no próprio MinC e não repassadas aos Pontos de Cultura, Pontões e/ou secretarias estaduais e municipais, sendo ele o único órgão, de porte nacional, apto a elaborá-las estrategicamente e de forma abrangente. Para sua maior efetividade, deveriam ser contempladas as dimensões específicas e setorializadas do Programa, a noção de equidade e a pluralidade cultural, além dos aspectos territoriais do Programa Cultura Viva.

O IPEA destacou a Rede Cultura Viva como relevante na promoção dos Pontos de Cultura como sujeitos coletivos. No entanto, esse recurso aparentava ser mais explorado em termos da própria política e na relação com o Estado (resolução de problemas) do que com o fazer cultural, em prejuízo do relevante contexto dos circuitos e integração produtiva. O documento de avaliação questionou a centralidade dessas questões em detrimento das trocas culturais e a mobilização dos circuitos em si. Diante disso, o Programa Cultura Viva era desafiado à realização de encontros, intercâmbios, eventos e treinamentos, envolvendo os Pontos de Cultura na mobilização dos circuitos culturais.

O documento de avaliação elaborado pelo IPEA afirma que era preciso dar atenção às ações em comum, que poderiam ser estruturadas por área temática, por tipo de metodologia desenvolvida ou mesmo território. A questão central era fomentá-las, propiciando uma atuação voltada à circulação dos produtos e práticas e o contato com a diversidade, e não somente em torno dos entraves burocráticos, a exemplo das dificuldades com a realização de repasses da parte do MinC, problemas com prestação de contas, e outros. A articulação em rede foi considerada um pressuposto do Programa Cultura Viva, trazia em si um potencial não realizado, que dizia respeito inclusive à sustentabilidade dos Pontos.

Ao considerar todos os documentos de avaliação do Programa Cultura Viva analisados, chegamos a algumas questões. Podemos dizer que, de maneira geral, as avaliações apontam a grande potencialidade do Programa para organizar um corpo de experiências a partir das práticas e dos saberes já vivenciados por diferentes grupos, sem a imposição de esquemas ou normas que procurassem formatar as manifestações artísticas e culturais a partir de padrões preestabelecidos. Mas, ao mesmo tempo, as avaliações demonstraram que os processos burocráticos de implementação das atividades dos Pontos de Cultura, muitas vezes, acarretam procedimentos dificilmente compatíveis com a dinâmica dos grupos participantes e das atividades culturais que buscam implementar.

Essas observações nos permitem estabelecer relações com as perspectivas da GIT, que destacam, conforme Fernandes (2000), a conveniência do poder público de escolher dinâmicas com modelos flexíveis que se apliquem às necessidades de bem-estar dos indivíduos, grupos e comunidades que fazem parte do território. E incluem, de acordo com Shiki (2004), a necessidade de planejamentos descentralizados e participativos, que não tenham uma visão meramente formal e técnica, mas que observem as aspirações e os valores culturais locais, em direção a um tipo de gestão pública que ultrapasse os limites político-administrativos, com intensa participação da sociedade civil.

3.4 PROPOSTA DE REDESENHO

Ao longo do ano de 2012, conforme a Portaria nº 45, de 19 de abril de 2012, o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada coordenou o processo de elaboração da proposta de redesenho do Programa Cultura Viva. Essa proposta, segundo o IPEA (BRASIL, 2012), origina-se do processo de aprendizagem sobre o funcionamento do Programa e reflete a necessidade de readequação e realinhamento para mudar seu patamar de desempenho e controle e qualificar seus resultados, aumentar sua estabilidade, efetividade, eficácia e autorrenovação.

Desde seu início, em 2004, o Programa Cultura Viva mudou ao longo da sua implementação, uma característica das ações públicas em função da criatividade institucional e das necessidades que se apresentam durante os processos de

implementação. Conforme o IPEA (BRASIL, 2012), o objetivo principal do redesenho foi o estabelecimento de um novo Modelo Lógico do Programa, a partir das novas diretrizes da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC) em função da sua pouca capacidade de acompanhamento, monitoramento e avaliação das suas ações internas e externas.

Ao longo da sua implementação, o Programa Cultura Viva, de acordo com o IPEA, descuidou das premissas institucionais e administrativas como política pública, o que contribuiu para sua fragilização. Ainda que tenha sido uma ação ousada, voltada a um público amplo que, até aquele momento, não tinha acesso a recursos públicos, a ausência de um planejamento inicial de sua gestão (uma aposta de que a cultura e os seus instrumentos políticos se desenvolveriam simultaneamente) deixou marcas, passivos de processos pendentes e sobrecarga para as instituições culturais. Alimentou inclusive a expectativa, por parte do seu público, de que, para atender às demandas de quem tem dificuldades de acesso a recursos públicos, principalmente por problemas de compreensão e atendimento das orientações normativas para execução de convênios e prestação de contas, a SCDC teria o poder de adotar meios menos burocráticos de gestão de convênios. De acordo com o IPEA, o que, em 2012, influenciava a proposta de gestão compartilhada, compreendida pelos Pontos e Pontões de Cultura, parecia afastar-se da ideia de esforços conjuntos para qualificar a gestão dos Pontos e dos processos da secretaria e assentar-se sobre exigências de que ela encontrasse meios legais mais simplificados para que seu público atendido acessasse os recursos para suas ações. Encontramos aqui um conflito entre a dinâmica cultural e a gestão pública. Conforme Oosterbeek (2011) e Haesbaert (2006; 2009), para gerir a desordem e o movimento, a GIT precisa considerar os indivíduos e suas relações nos espaços. E, ainda segundo Oosterbeek (2011), os instrumentos e estratégias dos modelos de gestão baseados no planejamento e no ordenamento territoriais, embora sejam úteis, não são suficientes para o atendimento dessas novas demandas apresentadas ao Estado. Essas considerações nos levam a refletir se os instrumentos da gestão pública são capazes de gerir a cultura. Diante das considerações do IPEA sobre os objetivos do redesenho, por mais controle, podemos destacar a relevância dos instrumentos apontados pela GIT, sobretudo a criação de mecanismos de integração entre a gestão pública municipal e a sociedade civil, que carrega uma ideia de maior equilíbrio com a cultura.

Para o IPEA (BRASIL, 2012), a fim qualificar a sua gestão, a SCDC precisaria assumir seu papel de entidade pública, aplicar as normas e gerir seus processos. A gestão compartilhada era considerada interessante, mas também exigente no compartilhamento de responsabilidades. Reconhecer as dificuldades do poder público e da sociedade civil para a criação de ações nessa direção era uma conquista corroborada pelo redesenho, por fornecer subsídios sobre a dinâmica de gestão da SCDC, que, ao buscar avaliar seus processos de trabalho, pretendia ir ao encontro das diretrizes governamentais de qualificação da gestão pública. Por isso, uma das primeiras ações do redesenho do Programa Cultura Viva buscou identificar os problemas em sua gestão, sintetizados no quadro a seguir, com informações constantes do documento **Relatório Redesenho do Programa Cultura Viva – Grupo de Trabalho Cultura Viva** (BRASIL, 2012):

Componente	Descrição do Problema
Marco jurídico	1 Reflexão sobre a conveniência de institucionalizar o Cultura Viva por meio de uma lei, na expectativa de torná-lo uma política pública de Estado – estabilizando-o. Enfrentar o problema dos significados do projeto de Lei Cultura Viva que propõe atualmente o desenho de uma política nacional e não apenas a institucionalização do Programa conforme a proposta original; 2 Relatórios da CGU apontam falhas no processo de gestão e prestação de contas e gargalo nos fluxos burocráticos.
Recursos orçamentários e financeiros	1 Atrasos sistemáticos nos repasses de recursos; contingenciamento orçamentário/financeiro; 2 Dificuldade em aprovação de relatório de prestação de contas; 3 Defasagem de registro nos sistemas SICONV e SALICWEB. ⁵
Recursos humanos	1 Fragilidades quanto à estrutura interna burocrática de fluxo e de pessoal para o acompanhamento dos editais e convênios; 2 Número insuficiente de RH (funcionário estável) e alta rotatividade.
Convênios	1 Inexperiência quanto aos procedimentos burocráticos decorrentes das obrigações constantes dos editais; 2 Ausência de diagnóstico quanto à real demanda da sociedade por recursos; 3 Ausência de sistema eficiente e contínuo de monitoramento, acompanhamento e avaliação dos planos de trabalho de convênios diretos e com entes parceiros; 4 Necessidade de vincular as políticas descentralizadas a sistema de monitoramento do programa; 5 Necessidade de construção de espaço de participação social ampliada.

⁵ SICONV: Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses do Governo Federal para cadastramento e transferências de recursos. Com a implantação do SICONV, os órgãos federais passaram a dispor de um sistema de gestão das transferências voluntárias. Esse sistema registra todo o ciclo de vida dos convênios, desde a formalização até a prestação de contas final, padronizando todas as atividades do processo de transferência de recursos da União (BRASIL, Ministério do Planejamento e Gestão - Portal dos Convênios. **Manuais**. 2013. Disponível em: <<https://www.convenios.gov.br/portal/manuais.html>>. Acesso em: 11 nov. 2013).

SALICWEB: Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura - apresentação de propostas culturais e acompanhamento de projetos via web (BRASIL. Ministério da Cultura. **Manual para inscrição online em editais**. MinC, 2010. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/967575/Manual+de+inscri%C3%A7%C3%B5es+no+SA+LICWEB_.pdf> Acesso em: 11 nov. 2013).

Editais de prêmios	1 Instruções precárias quanto aos procedimentos burocráticos decorrentes das obrigações constantes dos editais; 2 Utilização do prêmio em substituição aos convênios (prêmios híbridos e em parte restritos aos Pontos).
Editais de bolsas	1 Instrução precária quanto aos procedimentos burocráticos decorrentes das obrigações constantes dos editais.
Sustentabilidade do PCV	1 Estrutura burocrática inadequada e insuficiente para garantir um fluxo operacional ao PCV; 2 Estrutura burocrática inadequada provocando operacionalidade deficiente, inabilitando organizações da sociedade civil.
Redes	1 Indefinição sobre quem integra as redes; 2 Quais os papéis de cada ator que as integra; 3 Definição de plano de comunicação e de instrumentos de coordenação das atividades; 4 Necessidade de construir relações de confiança e reconhecimento mútuo entre os atores.

Quadro 2 - Programa Cultura Viva e seus problemas

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (BRASIL, 2012, p. 71).

Segundo o IPEA (BRASIL, 2012), durante esse levantamento de problemas do Programa Cultura Viva, constatou-se que parte dos seus conceitos se encontrava estável, representando elementos positivos do Programa, a exemplo dos conceitos de Ponto, Pontão, e Rede Cultura Viva, sintetizados no quadro a seguir:

Categoria	Descrição do conceito – Características
Ponto de Cultura	<p>Os Pontos de Cultura são grupos informais e entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, de natureza/finalidade cultural, que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades:</p> <p>a) Selecionados por edital público e conveniados preferencialmente com governos estaduais, municipais ou consórcios intermunicipais;</p> <p>b) Reconhecidos como Pontos a partir de processos de certificação (editais, concursos ou incubadora de projetos);</p> <p>c) O Ponto de Cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade.</p>
Pontão de Cultura	<p>Pontões de Cultura são entidades jurídicas de direito público ou privado sem fins lucrativos, de natureza/finalidade cultural, que desenvolvem e articulam atividades culturais, nos eixos da informação, comunicação e educação, em parceria com as redes temáticas da cidadania e da diversidade cultural e/ou os Pontos de Cultura.</p> <p>Os Pontões são selecionados por edital público e conveniados diretamente com a Secretaria e/ou com entes federados e outros instrumentos jurídicos de repasse.</p> <p>As atribuições dos Pontões serão definidas pela Secretaria em editais a serem lançados e quando houver disponibilidade orçamentária e de recursos humanos para fazer repasses dos recursos em dia e um acompanhamento da execução do Plano de Trabalho. Os Planos de Trabalho dos Pontões devem conter todas as ações a serem desenvolvidas.</p> <p>O Pontão vincula e articula Pontos oriundos de um edital descentralizado às redes (temáticas e territoriais) e ao Sistema de Monitoramento e Mapeamento do Programa Cultura Viva da Secretaria.</p> <p>Poderá atuar em regiões com pouca densidade de Pontos, como incubadora de projetos de novos Pontos de Cultura, a partir do reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas instituições locais. Esses novos Pontos serão reconhecidos a partir de um processo de certificação e chancela.</p>
Rede Cultura Viva	<p>É um espaço de interlocução institucional e uma estratégia política protagonizada pelo MinC, gestores dos entes federados, Pontos e Pontões de Cultura e o conjunto de instituições, entidades, agentes culturais, grupos formais e informais que são beneficiários das políticas públicas sob a responsabilidade da SCDC/MinC.</p> <p>A <i>Rede Cultura Viva</i> será um espaço de participação social ampliada que assegure, mesmo com as ações de descentralização e o foco no crescimento do número de Pontos e Pontões, certa estabilidade dos conceitos estruturantes do Programa e o compartilhamento de metodologias entre o conjunto de instituições, entidades, agentes culturais, grupos formais e informais que são beneficiários das políticas públicas sob a responsabilidade da SCDC/MinC.</p> <p>Será criada uma agenda comum, um sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos Planos de Trabalho e seu foco será a interlocução qualificada entre os gestores e os beneficiários da política.</p> <p>A Rede CV é coordenada pela Secretaria/MinC e é composta pelos fóruns, eventos e Teias.</p>

Quadro 3 - Conceitos estabilizados durante o redesenho
 Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (BRASIL, 2012, p. 16).

Ao levantar as dificuldades do Programa, o foco do redesenho foi reforçar seus instrumentos de gestão como conveniamentos, sistemas de monitoramento e acompanhamento, procedimentos, indicadores, entre outros, como a sua gestão em rede. Para esse tipo de gestão, o redesenho defende a avaliação e monitoramento contínuos do Programa Cultura Viva, através da observação dos seus aspectos

operacionais e empíricos, das situações de conflitos e tensões, da qualidade de suas ações e relações associadas à visão de sua política, incluindo a rearticulação de seus planos e ações. Destaca a necessidade de um Sistema de Gestão do Conhecimento, a partir da elaboração de um planejamento estratégico com subsistemas de monitoramento, acervo e plano de comunicação, de caráter obrigatório para o conveniamento. Outra sugestão é que a SCDC definisse estratégias de qualificação interna para o suporte às redes do Programa Cultura Viva. É preciso considerar seus diversos tipos de redes e o dever do Estado em garantir as condições adequadas ao exercício de direitos culturais, e não transferir para a sociedade o desenvolvimento de ações que são de responsabilidade do poder público.

Embora não possamos questionar, conforme os atores selecionados, a necessidade de informações abrangentes para os atores que atuam no território, incluindo o próprio Estado, observamos novamente, nas recomendações do redesenho, em relação à forma de utilização de um sistema de gestão do conhecimento, uma priorização do controle na gestão do Programa Cultura Viva. Conforme Oosterbeek (2011), a GIT se preocupa com o estabelecimento de consensos, com a integração do poder público com a sociedade, na busca de conhecimentos abrangentes para a gestão do território. Para Shiki (2004), a perspectiva de gestão integrada exige planejamento descentralizado a partir do território, com consensos entre governo e atores sociais, de cada lugar. Nesse sentido, podemos reafirmar a necessidade de superação de modelos de gestão que priorizem somente o controle, sem observar o movimento dos atores envolvidos.

Considerando a necessidade de se pensar a partir dos instrumentos de política, o IPEA (BRASIL, 2012) apresentou uma reflexão de que os desafios colocados ao Programa Cultura Viva e à SCDC passavam pela criação de canais, disposições de trocas mais estáveis e meios institucionais que permitissem a formação de referências gerais comuns para suas ações, nas quais as rotinas e formalizações de processos são essenciais. Boas práticas e trocas de experiências entre a gestão pública e a sociedade civil poderiam aproximar os atores envolvidos para além do planejamento em si e aumentar a efetividade da ação pública. Seria necessário, portanto, estabelecer um equilíbrio entre a postura reivindicativa dos movimentos sociais, que, por princípio, não se responsabilizam pela organização de

ações de políticas públicas, e as decisões dos gestores públicos, que devem anunciar as regras e saber aplicá-las.

3.5 DESAFIOS DO PROGRAMA CULTURA VIVA

Depois de apresentar as avaliações e a proposta de redesenho realizadas por diferentes institutos de pesquisa, passamos a discutir, com maior ênfase, os principais avanços alcançados pelo Programa Cultura Viva e os maiores desafios que se colocaram a essa política pública. Para realizar essa análise, resgatamos pontos dos documentos apresentados nos itens anteriores: documentos elaborados pelo MinC, por alguns dos principais gestores do Programa e pelas instituições que realizaram a avaliação do Programa.

Segundo o Instituto Paulo Freire (2006b), foi possível constatar que os representantes dos Pontos de Cultura compreenderam bem a proposição de Gestão Compartilhada do Programa, sua visão de fortalecimento, integração e organização de ações culturais diversificadas, com perspectivas de ampliação da participação social em sua gestão. Nesse sentido, como desafios, os Pontos precisavam estabelecer parcerias com o poder público, entidades privadas, escolas e universidades; estimular a participação da comunidade; identificar suas lideranças; e conhecer seus movimentos sociais e culturais, visando ao compartilhamento e ao envolvimento nas ações e à sustentabilidade do Ponto, bem como à sua articulação em rede.

Para o Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – LPP-UERJ (2006), o Programa Cultura Viva inovou ao eleger a cultura como protagonista do processo de transformação social, ao promover uma cultura de cunho nacional e popular, com o objetivo de disponibilizar meios de produção aos atores sociais, especialmente às comunidades desprovidas desse acesso. Ao dialogar com as comunidades, estabelecer parcerias, inclusive entre si, os Pontos de Cultura adquiriram novos conhecimentos, relativos à gestão de projetos, ao relacionamento com o poder público, à articulação com outros Pontos, à cultura brasileira, à identidade cultural local.

De acordo com o LPP-UERJ, a continuidade e o desenvolvimento do Programa demandam uma melhor compreensão do contexto em que são instalados e atuam os Pontos de Cultura, principalmente o conhecimento da dimensão cultural e das condições materiais de seu público — considerando-se a necessidade de qualificação dos seus responsáveis locais em relação a temas culturais, em diferentes planos, que facilitem essa compreensão e a escolha de instrumentos para a construção de alternativas culturais típicas, o reconhecimento dos saberes construídos pelos sujeitos em diferentes espaços e trajetórias de vida. Para o desenvolvimento de uma política pública de cultura, os Pontos de Cultura precisam buscar entender as condições ideológicas e a formação de pessoas.

Segundo essa pesquisa do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2006), os Pontos de Cultura possibilitam o conhecimento de sujeitos, culturas e espaços não revelados pelos grandes meios de comunicação, incluindo a discussão sobre os modos de produção e circulação dos bens simbólicos de maneira democrática. Por fundamentar-se na diversidade cultural, nas práticas simbólicas locais, o Programa Cultura Viva tem o desafio de efetivar o funcionamento de suas próprias propostas.

Conforme o Ministério da Cultura (BRASIL, 2009), o Programa Cultura Viva redefine os papéis e a atuação do Estado ao procurar ampliar os espaços públicos de compartilhamento de decisões e execução de políticas com a sociedade, sendo compatível com propostas de democratização, participação e transparência na gestão dos recursos. Podemos dizer que esse Programa pretendeu inovar na ampliação da relação entre Estado e sociedade, construindo, em conjunto, as políticas públicas. Incentiva o empoderamento da sociedade civil, ao sugerir novos papéis ao Estado. Assim, apresentou proposições novas em termos de gestão pública da cultura. Como essas proposições foram acolhidas e vivenciadas pelos diferentes atores — da sociedade e do governo — envolvidos nos processos de formação de pontos de cultura? Encontramos, nos textos pesquisados, a indicação dos diversos desafios colocados pela proposta de gestão do Programa Cultura Viva.

Segundo o MinC (BRASIL, 2009), um desses desafios refere-se à necessidade de que os produtores de cultura aproximem-se do Estado e compreendam seu funcionamento para que possam apropriar-se e intervir nos processos de gestão, melhorando o funcionamento do Programa. O Programa

Cultura Viva precisa lidar com contextos diversos, a partir de modelos legais padronizados e pouco flexíveis do Estado.

Em 2009, o documento **Programa Cultura Viva: análises e observações**, do Ministério da Cultura (BRASIL, 2009), afirma que a experiência vinha mostrando soluções compartilhadas entre o Programa e os Pontos de Cultura, mesmo diante dos processos burocráticos, sendo que o entendimento, à época, era o de que o Programa deveria direcionar esforços para sua consolidação, buscando aprofundar e divulgar seus conceitos e fortalecer as iniciativas da sociedade civil.

Ao longo de cinco anos, o programa vem sendo “traduzido” em diferentes linguagens, a partir da experiência vivida desses novos agentes de transformação cultural, criando diferentes alternativas culturais e estratégias políticas que geram ações coletivas em vasta escala territorial. Ou seja, o Cultura Viva é um programa em abertura que se dispõe a traduzir saberes em outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros, buscar inteligibilidade sem homogeneização, articulando estes saberes oriundos de diferentes lugares com os produzidos no país sobre as experiências culturais locais (BRASIL, 2009, p. 19).

Ainda de acordo com o documento, essa estrutura acolhe a diversidade e a heterogeneidade dos grupos que formam os Pontos de Cultura, sendo necessárias reflexões e a construção de uma visão de futuro.

Para Turino (2010), boa parte dos gestores dos Pontos havia compreendido e assimilado o tripé conceitual do Programa Cultura Viva: autonomia, protagonismo e empoderamento. E o defendiam com clareza, estabelecendo uma relação de participação e militância com o Ponto de Cultura. Um modo empoderado, autônomo e protagonista de se relacionar com a política pública pode originar uma nova forma de cidadania e democracia, mais consistente. Para o autor, inicia-se um novo movimento social, a partir da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e das comissões estaduais, baseando-se não em interesses específicos, mas na disseminação de valores.

O conceito de empoderamento foi inserido no Programa em substituição deliberada da categoria “sujeito histórico” (povo se assumindo como agente), com a intenção de não se trazer uma carga de preconceitos e ataques. Empoderamento enfrenta menos resistência e soa mais compreensível.

Empoderamento, no entanto, pressupõe uma relativa transferência de poder para as comunidades resolverem seus pequenos problemas, sem o questionamento do sistema como um todo. Este seria um problema. A

solução foi associar empoderamento aos conceitos de autonomia e protagonismo, trazendo uma ressignificação e abasileirização da palavra (TURINO, 2010, p. 89).

Para o autor, alguns conceitos e práticas já haviam sido assimilados pelos gestores dos Pontos de Cultura de todo o Brasil: autonomia, protagonismo, empoderamento, gestão em rede, conhecimentos livres, *software* livre, cultura digital, trabalho compartilhado, partilha, generosidade intelectual, tradição Griô. Ideias e valores do Programa Cultura Viva, exercitando sua dialética a partir de ações. Turino (2010) observa que um Ponto de Cultura com pouco envolvimento em ações do Programa teria dificuldades em dar um salto qualitativo em seu trabalho, e, como Ponto isolado, não seria possível crescer. As ações fomentam redes, instigam ideias, contradições e assim se efetiva a unidade.

Considerando que o Ponto de Cultura não é uma criação, mas o fortalecimento de iniciativas culturais já existentes, inicialmente, pensou-se em quatro ações para o Programa Cultura Viva: Cultura Digital, Agente Cultura Viva, Escola Viva e Griô. Com a rede de Pontos de Cultura, outras ações se incorporaram (TURINO, 2010, p. 90).

Para Ferreira (2010), o Programa havia ampliado, à época, as relações do Estado com a sociedade, com um conceito de cultura que se traduziu em ações de cidadania e projetos ligados à economia criativa. Havia construído um valor de referência para o desenvolvimento baseado no respeito à autonomia e valorização das pessoas, atravessando o território nacional sem discriminação de linguagens, modos ou estilos. Os Pontos de Cultura eram vistos como a linha de frente das ações do Programa, representando a dianteira dessa política prática do Ministério da Cultura.

Inúmeras comunidades encontravam-se em rede, com perspectivas de fortalecimento institucional, político e estético, pela troca constante de informações, técnicas e circuitos de mostras. Para o autor, era uma dimensão local que se respaldava no contato aberto do compartilhamento, que revelava a magnífica diversidade cultural do Brasil.

Na visão do Secretário de Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, Córdula (2010), não é fácil administrar um programa de inclusão da diversidade cultural como o Cultura Viva. Não bastam sensibilidade e vontade para repassar recursos. Trata-se de um processo complexo, cheio de barreiras e entraves

burocráticos, uma vez que reformar leis e decretos que possam alterar mecanismos de controle, principalmente os que se referem ao uso de dinheiro público, é uma tarefa difícil.

A burocracia tem essa finalidade, de garantir a boa utilização do dinheiro que provém dos impostos pagos pela sociedade. Procedimentos vigentes que, na visão de Córdula (2010), no entanto, não combinam com a ousadia desse Programa de inclusão e diversidade cultural e com quem nunca teve a oportunidade de ser atendido pelo Estado.

Um novo vocabulário, formado por termos como proponente, projeto, objetivos, contrapartida, planos de trabalho, prestação de contas, quites com tributos, adimplentes, nem sempre é familiar e pertencente ao universo dos proponentes. Da mesma maneira que os códigos do Estado não atendem às dinâmicas desses novos segmentos. Esse tema apareceu em todos os grupos do Seminário Internacional do Programa Cultura Viva, realizado pelo MinC no ano de 2009 em Pirenópolis - GO, onde se reuniram gestores, Pontos e Pontões de Cultura e parceiros institucionais, que reconheceram a relevância da burocracia, mas afirmaram almejar melhorias, alteração de procedimentos e, sobretudo, ousadia na inclusão de suas necessidades.

Segundo Córdula (2010), o Programa Cultura Viva passou por momentos de centralização, nos quais a Secretaria de Programas e Projetos Culturais, com insuficiência de pessoal e de acompanhamento, mobilizava-se para atender todos os projetos oriundos de todas as regiões do país. Essa gestão cuidava desde a documentação necessária, acompanhamento da implantação e da complexa administração da prestação de contas, chegando a um “colapso” na administração do Programa.

Com a criação do Programa Mais Cultura,⁶ da agenda social do governo federal, a federalização do Programa Cultura Viva foi colocada em prática, e os estados começaram a se apropriar dos Pontos de Cultura, em uma gestão descentralizada, compartilhando responsabilidades e melhorando a administração.

⁶ Programa Mais Cultura: Lançado em outubro de 2007, o Programa Mais Cultura foi criado como uma política estratégica de Estado para atuar na redução da pobreza e a desigualdade social (uma versão de PAC para a área). O MinC estabelece parcerias com ministérios, bancos públicos, organismos internacionais e instituições da sociedade civil, além de assinar acordos com governos estaduais e municipais para a implementação de suas ações, voltadas aos Pontos de Cultura, de leitura, de memória, espaços de brincadeiras, produção de conteúdos para TV Pública, bibliotecas, políticas de microcrédito e incentivos ao setor cultural (BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Mais Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/mais-cultura>>. Acesso em: 21 set. 2013.

Em 2009, a Secretaria mudou de nome, para Secretaria de Cidadania Cultural - SCC e pôde concentrar-se na criação de novas ações, transferência de recursos para os estados, capacitação de gestores e administração em parceria.

De acordo com Córdula (2010), há uma grande preocupação com a institucionalidade do Programa, com a continuidade de suas próximas gestões. Um grande desafio é a independência dos Pontos de Cultura, que, ao adquirirem sua sustentabilidade, não dependerão exclusivamente dos recursos do governo federal, devendo trabalhar coletivamente, em rede, e com outros investimentos da sociedade civil.

Conforme Barbosa da Silva e Araújo (2010), na avaliação realizada pelo IPEA, entre os anos de 2007 e 2008, o MinC apresenta dificuldades na orientação do Programa, similares às enfrentadas por outros programas, referentes às práticas sociais solidárias de base comunitária e da sociedade civil. Como esses programas, o Programa Cultura Viva precisa administrar atrasos de repasses de recursos e a ausência de informações padronizadas sobre os critérios legais exigidos pelo Estado. A pesquisa aponta a necessidade de estruturação da institucionalidade de políticas dessa natureza, com a capacitação dos agentes públicos; procedimentos e bases normativas legais; maior estabilidade e segurança jurídica para uma melhor atuação dos atores envolvidos. Nessa direção, a pesquisa aponta também que, ainda que bem compreendida, a gestão compartilhada não é completamente praticada, devido à pequena participação das comunidades nos processos de planejamento, um desafio à criação de instrumentos jurídicos e de gestão apropriados às dimensões e funcionamento do Programa.

A avaliação do IPEA (BRASIL, 2011), realizada no período de 2010 a 2011, destacou como um dos principais entraves do Programa Cultura Viva a falta de planos de monitoramento, expondo a necessidade de se pensar nos procedimentos de organização e planejamento do Programa, em função da não linearidade do seu processo de identificação de problemas, aperfeiçoamento de suas ações e avaliação, somando-se a ausência de estratégias claras.

Essa pesquisa apontou também a falta de informações confiáveis sobre os Pontos de Cultura e sobre as condições de seus convênios, chamando a atenção para a relevância de informações atualizadas para o planejamento e a efetividade das ações públicas. O Programa Cultura Viva precisa de equipes bem preparadas e disponíveis à orientação dos gestores e demais atores envolvidos com os Pontos de

Cultura, principalmente durante o período de execução dos seus convênios, implicando-se com a realização de seus projetos.

Segundo o IPEA (BRASIL, 2011), o Cultura Viva possui um modelo de financiamento muito problemático na execução dos planos de trabalho e prestação de contas pelos Pontos de Cultura, observando o desafio de mais “diálogo” entre a sua estrutura jurídica e administrativa e os grupos artísticos e culturais. Em função do aumento de problemas com a realização das licitações, contratação de pessoas e a movimentação de recursos, constatou-se a necessidade de novos instrumentos de gestão que contribuam com o bom relacionamento entre os gestores dos Pontos e o Programa. Colocam-se, então, como desafios a capacitação desses gestores, a elaboração de manuais com orientações e linguagem clara, a criação de novos instrumentos de financiamento e formalização das relações entre o poder público e a sociedade civil, um novo marco legal, adequado às exigências do público e à realidade do programa.

Em outro documento, o IPEA (BRASIL, 2012) afirma que a proposta de redesenho surge do processo de aprendizado sobre o Programa, sendo uma de suas primeiras ações a identificação dos problemas em sua gestão. Nessa proposta, entre os componentes que precisam ser melhorados, destacam-se os instrumentos de convênios e as redes do Programa.

Diante da complexidade no trato com as redes, o redesenho sugere pensá-las a partir do território, desafiando o Programa Cultura Viva a avaliá-las e monitorá-las continuamente, com a elaboração de um Planejamento Estratégico e a criação de um Sistema de Gestão do Conhecimento. Observa, finalmente, que, para além dos instrumentos de política, que contribuem com a organização do Programa, é preciso equilibrar as relações entre os movimentos sociais e os gestores públicos, pelo aumento da eficiência pública.

Cabe aqui destacar o documento preparatório da “III Conferência Nacional de Cultura – Uma Política de Estado para a Cultura - Desafios do Sistema Nacional de Cultura - Texto Base” (BRASIL, 2013), considerando as conferências de cultura como oportunidade para que a sociedade civil e os governos avaliem conjuntamente as políticas culturais da União, Estados, Municípios e Distrito Federal e façam suas propostas de melhorias. O MinC apresentou, nesse documento preparatório da III Conferência Nacional de Cultura (CNC), que se realizou em Brasília, entre 26 e 29

de novembro de 2013, a visão segundo a qual a política cultural deveria integrar a política de desenvolvimento sustentável e de inclusão social do governo federal.

Essa III Conferência Nacional de Cultura debateu quatro eixos principais: implementação do sistema nacional de cultura, produção simbólica e diversidade cultural, cidadania e direitos culturais, cultura como desenvolvimento sustentável.

O Sistema Nacional de Cultura – SNC foi o tema central dessa conferência. Sua implantação foi escolhida como uma ação prioritária do MinC, uma vez que institui um modelo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, pactuadas entre os entes da federação (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) e a sociedade civil.

Nesse sentido, a posição do MinC (BRASIL, 2013) é pelo fortalecimento institucional das políticas culturais, compartilhadas entre entes federados e sociedade. Considerando que, quando a leis são elaboradas com a participação popular, elas ganham legitimidade e são efetivadas com maior rapidez, é estratégico institucionalizar as instâncias de participação social, a exemplo dos Conselhos de Política Cultural e das Conferências. Coloca-se como desafio a aprovação da lei federal que disporá sobre a regulamentação do SNC, bem como das leis de criação dos sistemas estaduais, municipais e distrital de cultura.

Para que essas diretrizes do MinC se efetivem, é necessário que seu planejamento se desdobre como ocorreu com o Plano Nacional de Cultura (PNC) como planejamento de longo prazo e uma política pública de Estado que visa a ultrapassar conjunturas e ciclos de governos; e que a gestão pública da cultura seja qualificada. Para atingir esse objetivo, o SNC prevê planos de cultura e programas de formação na área cultural, especialmente cursos de qualificação de gestores e conselheiros. Os desafios metodológicos colocados a esses tipos de planos e programas de formação se encontram na associação dos diferentes níveis de planejamento (nacional, estadual, distrital e municipal) e nas especificidades de cada território. Desse modo, os gestores e conselheiros devem receber um tipo de formação que combine conhecimentos elementares e saberes específicos oriundos das diversas realidades regionais e locais. Esses são aspectos que se relacionam com a avaliação do Programa Cultura Viva, na medida em que visam à valorização e ao desenvolvimento das iniciativas culturais locais, bem como à sua articulação em rede.

Segundo o MinC (BRASIL, 2013), dentro das discussões relativas à cidadania e direitos culturais, o Programa Cultura Viva tem-se destacado na valorização e apoio das iniciativas culturais locais, através de sua rede de mais de 3.662 Pontos de Cultura. Esses Pontos estimulam energias sociais e culturais existentes em todo o país e interrompem a supremacia dos tradicionalismos regionais dominantes na cultura brasileira. Por carregar a ideia de uma gestão compartilhada entre os entes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluindo a participação social, o Programa encontra-se inserido nos marcos do SNC, agregando a consistência institucional que lhe faltava. A tramitação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei nº 757/2011, que institucionaliza o Programa Cultura Viva, e o aperfeiçoamento dos seus procedimentos administrativos, através do seu redesenho em andamento, corroboram a visão do MinC e o desafio de transformar o Estado e adequá-lo ao Programa. Uma tarefa complexa, que, além de cuidar dos instrumentos de gestão, exige uma nova consciência política e cultural, a construção de uma democracia cultural, acima da simples democratização da cultura.

Concluímos, então, que, por meio de uma rede crescente de Pontos de Cultura difundidos pelo país, o Programa Cultura Viva estimula as iniciativas culturais locais e a organização da diversidade cultural brasileira. Ao analisar diferentes documentos de avaliação do Programa, identificam-se os seguintes desafios:

1. Aproximação entre os produtores de cultura da sua gestão, para que eles se apropriem e contribuam com a melhoria do Programa;
2. Independência e sustentabilidade financeira dos Pontos de Cultura, estimulando-os a trabalharem em parceria com outros setores sociais e em rede, para que não dependam exclusivamente de recursos públicos;
3. Elaboração de planos de cultura e programas de formação na área cultural que associem diferentes níveis de planejamento (nacional, estadual, distrital e municipal) com as especificidades de cada território, considerando a dimensão cultural e as condições materiais de seu público;
4. Fomento de ações que promovam o reconhecimento das ações culturais de diferentes grupos, com vistas à construção de uma democracia cultural para além da estrutura do estado;
5. Aperfeiçoamento dos instrumentos de Convênios e Redes do Programa.

Entre as principais dificuldades do Programa Cultura Viva, fizemos a escolha por discutir seus conceitos de convênios e redes. Essa escolha aproxima-se mais detidamente das possibilidades de análises acerca das relações interdisciplinares entre os campos da gestão pública e da Gestão Integrada do Território.

A partir das reflexões da pesquisa coordenada pelo IPEA (BRASIL, 2012) para o redesenho do Programa Cultura Viva, constatamos que, entre os instrumentos de políticas do Programa, o convênio é o mais utilizado. Considerado a espinha dorsal do Cultura Viva, é um marco jurídico das relações federativas. Bastante utilizado pela SCDC em suas relações com os estados, Distrito Federal e municípios, o convênio também é uma referência para grande parte das relações com a sociedade civil. No entanto, ainda não existe uma metodologia que confira fluidez ao conveniamento e seu ciclo, sendo seu aperfeiçoamento um desafio à criatividade das organizações. Destacam-se aqui algumas das principais sugestões do redesenho para os conveniamentos. A primeira delas indica que a descentralização para governos estaduais e municipais deve ser seguida de uma organização que mantenha os conceitos estruturantes do Programa e um sistema de informações e de monitoramento, de responsabilidade dos três níveis governamentais. Outra proposta diz que essa Secretaria, juntamente com as representações regionais do MinC e as secretarias de cultura, deve desenvolver um programa de formação para os gestores de Pontos e Pontões de Cultura, voltado à criação de políticas, modelos e procedimentos compartilhados na gestão do Programa Cultura Viva. A organização e a institucionalização de fóruns ou espaços institucionais, formais, com interlocutores autorizados, nomeados e reconhecidos entre os gestores do Programa e entre os coordenadores de Pontos e Pontões de Cultura, também foram apresentadas.

Outra reflexão relevante, que se segue, foi a análise sobre as redes do Programa. As redes, que compunham o plano de representações do Programa Cultura Viva, são heterogêneas. O redesenho proposto pelo IPEA partiu da constatação de que havia várias redes, constituídas em geral por temas e de maneira informal. Daí a necessidade de conhecimento e institucionalização que promovessem ações oportunas e cooperativas entre o Estado e a sociedade.

Havia incertezas no trato com as redes, fossem elas informais ou políticas. Segundo o IPEA, essa dicotomia conceitual não oferecia elementos mais claros dos contextos e das opções abertas, mas delimitava uma maior ou menor presença do

Estado no fortalecimento e institucionalização de processos culturais. Era então necessário encontrar possibilidades que contribuíssem com o Programa Cultura Viva no sentido de diversificar sua atuação e aproximá-lo das realidades.

Uma ideia relevante, expressa no documento (BRASIL, 2012), seria pensar as redes em termos de estratégias de territorialização claras, no sentido de refletir sobre o território de forma mais dinâmica e qualificada, não somente nos termos administrativos nos quais era correntemente pensado, enquanto grandes regiões, estados e Distrito Federal, ou municípios. Segundo a proposta de redesenho do IPEA, os territórios de cultura são produzidos pelas redes, e, apesar de citar, em seus documentos, as redes territoriais, o Programa não compreendia suas interdependências, não reconhecia os territórios como instrumentos de política.

Redes são relações sociais; territórios são resultados de relações sociais de poder. Desse modo, as redes pressupõem a organização de ações seletivas no território e nas questões que envolvem os grupos que ali atuam. Tratar o território como parte de suas estratégias foi um dos desafios identificados pelo IPEA em relação ao Programa Cultura Viva. No entanto, este se apresentava, segundo o instituto, aparentemente distante do alcance político dos gestores e participantes do Programa, frente à complexidade dessa compreensão e das limitações organizacionais da SCDC.

Diante das dificuldades de reconhecimento dos indivíduos e de trato com as redes, descritas pelo redesenho, recorreremos à visão de Massey (2007), que destaca a importância de se reconhecer o espaço como uma dimensão implícita que determina nossa visão de mundo; harmoniza nossos comportamentos sociais e nossa política; e que nos leva a perceber os outros. A autora propõe o reconhecimento da dimensão espacial como componente da vida humana, e, ainda, os elementos de heterogeneidade, multiplicidade e coetaneidade, e incompletude, como formas de abordagens alternativas do espaço e/ou território, que o distinguem como uma esfera da coexistência das diferenças; da pluralidade contemporânea; um processo inacabado, sempre em organização.

Frente às dificuldades dos gestores e participantes do Programa Cultura Viva em compreenderem os elementos estratégicos e as dinâmicas do território, observamos que a visão de Oosterbeek (2011) pode contribuir com essa política, uma vez que a GIT tem como finalidade entender as pessoas, organizar a diversidade e as contradições sociais.

Becker (1996), por sua vez, considera que os valores sociais e culturais contribuem com o reconhecimento estratégico dos territórios. Acrescenta que as perspectivas de aumento da cultura e da cidadania requerem planejamentos descentralizados, que incorporem as informações sobre os lugares e reflitam suas dinâmicas políticas.

Convergem, portanto, os elementos teóricos fornecidos pela Gestão Integrada do Território e os desafios enfrentados na execução do Programa Cultura Viva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos analisar, nesta dissertação, o Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva, a partir dos princípios da Gestão Integrada do Território relativos à gestão pública na área da cultura.

Primeiramente, tratamos de elaborar um referencial teórico sobre esse campo de estudo, procurando elementos comuns entre as áreas da geografia e da gestão pública. Em seguida, por meio da pesquisa documental, buscamos entender as concepções de cultura e de gestão pública na área da cultura que organizam o Programa Cultura Viva. Ao final, procuramos observar também, nos documentos avaliativos, as suas principais dificuldades relacionadas à gestão pública no campo da cultura.

Como um conjunto de ideias sobre a Gestão Integrada do Território relacionadas à gestão pública e à cultura, apresentamos os seguintes princípios:

- o espaço como um elemento importante para a análise da ação humana;
- a interdependência entre os aspectos econômicos e culturais;
- a consideração de aspectos de imprevisibilidade na gestão pública;
- a priorização na busca de consensos e visões de futuro compartilhadas no território;
- o combate às desigualdades e à exclusão socioespacial;
- a expansão das liberdades reais dos indivíduos como propósito principal do desenvolvimento.

A partir desse conjunto de princípios, destacamos a abordagem da Gestão Integrada do Território acerca das identidades e da cultura, considerados elementos importantes na organização de políticas públicas pelo aumento de aptidões, criatividade, valorização e integração social do território. As identidades e a cultura têm-se destacado como dimensões predominantes do desenvolvimento sustentável e da valorização dos territórios (BABO, 2010; BECKER, 1996; OOSTERBEEK, 2011).

Podemos apontar, nesta dissertação, a convergência entre a compreensão da cultura nos referenciais teóricos da Gestão Integrada do Território e a proposta do Programa Cultura Viva. Os documentos relativos a esse Programa apresentam a cultura como uma fonte de ideias, educação, cidadania, desenvolvimento

sustentável, a melhor forma de se harmonizar e revelar a identidade e os costumes do país. Na gestão pública, poderá contribuir com a equidade social e a melhoria da qualidade de vida da população.

A análise realizada, neste trabalho, envolveu, ainda, na tarefa de analisar o Programa Cultura Viva com o referencial teórico da Gestão Integrada do Território, a questão da gestão pública e, especificamente, das políticas públicas na área cultural. Como modelo de políticas públicas, essa teoria sugere o estabelecimento de parcerias entre a administração pública municipal e os demais setores sociais, com a criação de centros de recursos, visando ao aumento do capital cultural e social e à geração de oportunidades no território.

O Programa Cultura Viva baseia-se na ideia de que o Estado não deve fazer cultura, mas reconhecer e estimular iniciativas culturais já existentes através da gestão compartilhada e transformadora da sociedade — concepção convergente com as perspectivas da Gestão Integrada do Território, relacionadas à criação de estruturas e formas de gestão compartilhadas entre o Estado e a sociedade (BECKER, 1996; OOSTERBEEK, 2011; SHIKI, 2004), para a aquisição de conhecimentos relevantes para o território e sua organização. A partir dessas perspectivas, o Programa Cultura Viva, ao relacionar-se com a população através dos Pontos de Cultura, expressões das parcerias entre o Estado e as comunidades para o desenvolvimento de atividades culturais, poderá contribuir com a compreensão e o atendimento das demandas sociais locais.

Essa reflexão teórica acerca da teoria da Gestão Integrada do Território e dos fundamentos teóricos do Programa Cultura Viva constituiu o arcabouço teórico a partir do qual empreendemos a tarefa de analisar os documentos de avaliação do Programa Cultura Viva, buscando compreender seus avanços, suas limitações e os desafios que coloca para a gestão pública da cultura. Podemos dizer, a partir dessa análise, que o Programa Cultura Viva demonstra ser eficaz na organização de diferentes grupos sociais, sem a imposição de modelos de gestão pré-definidos que determinem as manifestações artísticas e culturais.

No entanto, a burocracia para a realização das atividades dos Pontos de Cultura, geralmente, implica procedimentos incompatíveis com as possibilidades dos grupos participantes e das atividades culturais que se desejam realizar. Essa dificuldade coloca para a gestão pública o desafio de adaptar-se às demandas sociais do território e considerar os indivíduos e suas experiências, como sugerem

Fernandes (2000), Haesbaert (2006; 2009), Oosterbeek (2011) e Shiki (2004), com novos instrumentos que ultrapassem seus próprios limites político-administrativos, com forte participação social e respeito à cultura local.

Por meio de uma rede de Pontos de Cultura que se expande pelo país, o Programa Cultura Viva promove o protagonismo e a diversidade cultural da população brasileira. Ainda enfrenta desafios para atingir seus objetivos, os quais foram apontados na conclusão do terceiro capítulo desta pesquisa e referem-se à construção de uma dinâmica de aproximação entre os diferentes grupos produtores de cultura e a gestão pública.

Entre esses desafios do Programa, destacamos os elementos de convênios e redes, porque se aproximam mais das perspectivas da Gestão Integrada do Território que poderiam ser aplicadas na gestão do Programa Cultura Viva no que se referem aos aspectos de compreensão e organização política do território (BECKER, 1996; MASSEY, 2007; OOSTERBEEK, 2011) devido à ausência de conhecimentos pelos gestores do Programa sobre suas redes territoriais.

As concepções de identidades e cultura do Programa Cultura Viva assemelham-se às perspectivas da Gestão Integrada do Território, especialmente, nos seus aspectos de valorização e integração social dos lugares, nos quais as identidades e a cultura são dimensões cada vez mais relevantes para a preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural, o aumento das liberdades e da cidadania.

Conforme os documentos do Programa Cultura Viva analisados, o Estado deve reconhecer e fortalecer os grupos sociais historicamente excluídos dos meios culturais, com a organização de suas práticas, como também desenvolver e estruturar programas que tenham essa finalidade. Os Pontos de Cultura apresentam-se como entidades constituídas entre o Estado, a sociedade civil e os agentes culturais para o atendimento dessas demandas.

O Programa Cultura Viva corrobora as ideias da Gestão Integrada do Território como uma forma de gestão compartilhada e transformadora, na qual vislumbra o empoderamento, a autonomia e o protagonismo social, através do reconhecimento das iniciativas culturais, o respeito às dinâmicas dos lugares e às pessoas. Visa, ainda, ao desenvolvimento da cidadania e da diversidade cultural de maneira participativa com a sociedade.

Diante da questão apresentada, neste trabalho, relativa à análise da capacidade de um instrumento da gestão pública de gerir a cultura, consideramos

importante uma forma de gestão do Programa Cultura Viva integrada às práticas dos grupos, dos participantes e das atividades culturais dos Pontos de Cultura. Esta é aplicada através de instrumentos de previsão, investigação continuada, inclusão tecnológica e interdisciplinaridade, visando a atender as demandas do seu público a partir da sua realidade, com planejamentos descentralizados, participativos e flexíveis, orientados à criação de consensos.

Aperfeiçoar seus elementos de convênios e redes é um dos principais desafios do Programa Cultura Viva. No entanto, suas ideias de utilização de um sistema de gestão do conhecimento focado no controle da gestão do Programa, com a formação de acervos e caráter obrigatório para os conveniamentos, se chocam com a dinâmica cultural dos grupos que compõem o Programa e suas atividades culturais. Torna-se necessário considerar esses atores, seus movimentos e os lugares envolvidos, para além do próprio planejamento estratégico da sua gestão, com a construção conjunta de conhecimentos que estejam voltados para as reais necessidades das pessoas.

Em razão das dificuldades relacionadas à gestão de pessoas e à gestão em rede do Programa Cultura Viva, apresentadas entre os gestores e os participantes, destacamos que entender e lidar com pessoas implica considerar o espaço como uma dimensão subjetiva que condiciona nossa maneira de perceber e ser no mundo. A dimensão espacial compõe a vida humana, que envolve os elementos de heterogeneidade, incompletude, multiplicidade e coetaneidade, como formas de convivência com as diferenças, sendo um processo sempre em construção.

Ao observar a relevância dessa compreensão, sugerimos como questão para outras pesquisas o aprofundamento sobre as dificuldades do Programa Cultura Viva relativas à formação na área cultural e ao desenvolvimento de uma democracia cultural a partir dos territórios. Esse tema corresponde às perspectivas da Gestão Integrada do Território e da Gestão Compartilhada do Programa Cultura Viva que foram discutidas neste trabalho, sobretudo no que se refere à construção de saberes, à valorização e integração social do território, a parcerias entre o Estado e a sociedade, à qualificação dos gestores públicos e conselheiros de cultura do Programa, em que destacamos a importância da articulação do ensino superior com a gestão cultural.

REFERÊNCIAS

BABO, Elisa Pérez. **Cultura e desenvolvimento**: novos desafios para as políticas municipais. 2010. 180 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Território – Inovação e Políticas de Desenvolvimento) – Seção Autônoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas, Universidade de Aveiro, Aveiro.

BARBOSA DA SILVA, Frederico Araújo; ARAÚJO, Herton Ellery (Org.). **Cultura Viva**: avaliação do Programa Arte, Educação e Cidadania. Brasília: IPEA, 2010.

BECKER, Bertha. Informação e território. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 117, p. 6-7, jan./fev. 1996.

BRASIL, Ministério da Cultura. **III Conferência Nacional de Cultura**: uma política de Estado para a cultura – Desafios do Sistema Nacional de Cultura - Texto-base. Brasília, 2013. Disponível em:
<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/815072/texto+base_IICNC.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Almanaque Cultura Viva**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Catálogo Cultura Viva**: Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 45, de 19 de abril de 2012, instituição do grupo de trabalho, GT Cultura Viva, para elaboração da proposta de redesenho do PCV. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 abr. 2012. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/wp-content/uploads/2012/01/Port-45-de-19-04-12-Institui-GT-Cultura-Viva.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 82, de 18 de maio de 2005, alteração da Portaria 156, de 06 de julho de 2004. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 maio 2005. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?data=23/05/2005&jornal=1&pagina=14&totalArquivos=64>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 118, de 30 de dezembro de 2013, que reformula o Programa Cultura Viva. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 dez. 2013. Disponível em:

<<http://www.cultura.gov.br/documents/10901/1067954/Portaria+n%C2%BA%20118+-+Reformula%C3%A7%C3%A3o+Programa+Cultura+Viva/4998fa5d-dd88-42eb-8422-a2d1a4a8b32a>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 156, de 06 de julho de 2004, que constitui o Programa Cultura Viva. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 jul. 2004. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/12916/portaria-156-de-2004.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa Cultura Viva: análises e observações**. Brasília: MinC/Unesco, 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa cultural para o desenvolvimento do Brasil**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural – SCDC. **Programa Cultura Viva: orientações**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10901/815081/Cartilha+do+Programa+Cultura+Viva>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. **TEIA: rede de cultura e cidadania**. São Paulo: Cultura em Ação, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *Documento de Área e Comissão (Interdisciplinar)*. Disponível em: <<http://www.avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/documento-de-area-e-comissao>>. Acesso em: 19 de maio de 2014.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Cultura Viva: as práticas de Pontos e Pontões**. Brasília: IPEA, 2011.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Relatório Redesenho do Programa Cultura Viva – Grupo de Trabalho Cultura Viva**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/wp-content/uploads/2013/01/IPEA-RESULTADO-DO-REDESENHO-PCV-19dez-SCDC.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2013.

CÓRDULA, Américo. Pontuar a diversidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PROGRAMA CULTURA VIVA: NOVOS MAPAS CONCEITUAIS. Brasília: MinC, 2010. p. 19-20.

FERNANDES ABRANTES, Júlia Maria Peixoto dos Santos. **Vila do Conde: a construção da política cultural ao nível local.** 2000. 203 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto.

FERREIRA, Juca. Dos Pontos às pontes. In: BRASIL. Ministério da Cultura. **TEIA: rede de cultura e cidadania.** São Paulo: Cultura em Ação, 2007. p. 10-11.

FERREIRA, Juca. Em nome de uma nova política cultural para o Brasil. In: BRASIL. Ministério da Cultura. **Almanaque Cultura Viva.** Brasília, 2010. p. 14-15.

FERREIRA, Juca. Prefácio. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PROGRAMA CULTURA VIVA: NOVOS MAPAS CONCEITUAIS. Brasília: MinC, 2010. p. 13.

FERREIRA, Juca. Oportunidades de voz, de comunicação e de vida. In: BRASIL. Ministério da Cultura. **Catálogo Cultura Viva: Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania.** Brasília, 2004. p. 10-11.

FERREIRA, Juca. **Produção Cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2010. v. 5. (Entrevista concedida a Fábio Maleronka Ferron). Disponível em: <<http://www.producaocultural.org.br/wp-content/uploads/livroremix/JucaFerreira.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

FERREIRA, Juca. Resgate do papel do Estado. In: BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil.** Brasília, 2006. p. 8-9.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento:** uma visão do estado da arte. Desenvolvimento Territorial Rural com Identidade Cultural – RIMISP. Março de 2006. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=3736>>. Acesso em: 4 jun. 2011.

GIL, Gilberto. Acesso: palavra-chave. In: BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil.** Brasília, 2006. p. 6-7.

GIL, Gilberto. **Discurso do ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo, em Brasília, a 02 de janeiro de 2003.** Disponível em:

<<http://www2.cultura.gov.br/site/2003/01/02/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo/>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

GIL, Gilberto. No princípio era o ponto. In: BRASIL. Ministério da Cultura. **TEIA: rede de cultura e cidadania**. São Paulo: Cultura em Ação, 2007. p. 8-9.

GIL, Gilberto. Que acontece quando se liberta um pássaro? Pronunciamento sobre o Programa Cultura Viva. Berlim, Alemanha, 02 set. 2004. In: BRASIL. Ministério da Cultura. **Catálogo Cultura Viva: Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania**. Brasília, 2004. p. 8-9.

GOMOR DOS SANTOS, Eduardo. Formulação de políticas culturais: as leis de incentivo e o Programa Cultura Viva. In: BARBOSA DA SILVA, Frederico Araújo; CALABRE, Lia. (Orgs.). **Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva**. Brasília: IPEA, 2011. v. 1, p. 155-178.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Ordenamento territorial. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 26, n.1, p. 117-124, jan./jun., 2006.

INSTITUTO PAULO FREIRE. **Programa Cultura Viva: dossiê de atividades** (dezembro de 2005 a fevereiro de 2006). São Paulo, 2006a.

INSTITUTO PAULO FREIRE. **Programa Cultura Viva: dossiê de atividades** (novembro e dezembro de 2006). São Paulo, 2006b.

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Programa Cultura Viva, Avaliação Piloto, Relatório Final**. Rio de Janeiro: Núcleo de Políticas Públicas de Cultura do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

OOSTERBEEK, Luiz. **Princípios de Gestão Integrada do Território**. Massamá, 2011. Mimeo.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993 (Série Temas, v. 29: Geografia e política).

SAQUET, Marco Aurélio. As diferentes abordagens do território e apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHIKI, Simone de Faria; SHIKI, Shigeo. A Gestão Integrada no Espaço Relativo do Desenvolvimento. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. **Anais eletrônicos XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Cuiabá: SOBER. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/12/08O388.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2012.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço, na teoria social**. Revisão técnica de Bertha Becker e Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TURINO, Célio. Desescondendo o Brasil profundo. In: BRASIL. Ministério da Cultura. **Catálogo Cultura Viva: Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania**. Brasília, 2004. p. 14-17.

TURINO, Célio. Era uma vez o Programa Cultura Viva. **Revista Murro em Ponta de Faca**, São Paulo, n. 7, jul. 2013. Disponível em: <http://issuu.com/gugulooper/docs/revistamurro_07>. Acesso em: 18 jul. 2013.

TURINO, Célio. Gestão Cultural Compartilhada e Transformadora. **Interjornal/Interblogs**, Maceió, 22 jun. 2006. Disponível em:<http://pontaodegestao.files.wordpress.com/2008/05/gestao-cultural-compartilhada-e-transformadora-celio-turino_post_4831733.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2013.

TURINO, Célio. TEIA. In: BRASIL. Ministério da Cultura. **TEIA: rede de cultura e cidadania**. São Paulo: Cultura em Ação, 2007. p. 12-14.

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

ANEXO A – Prêmios do Programa

Prêmio Cultura Viva

O Prêmio Cultura Viva é dirigido às práticas culturais e educativas que envolvam o campo das artes, do patrimônio cultural e da comunicação cultural, desenvolvidas para a comunidade. A premiação busca promover o intercâmbio de experiências e o fortalecimento das ações desenvolvidas por instituições socioculturais, constituindo um projeto de valorização da prática sociocultural no país que possibilita o reconhecimento, a divulgação e o incentivo à pluralidade das manifestações culturais presentes nas regiões brasileiras.

Prêmio Agente Escola Viva

A iniciativa se destina a apoiar projetos pedagógicos que integrem Cultura e Educação e visem a contribuir para a melhoria da qualidade do sistema de ensino. Cada proposta selecionada recebe recursos para o Ponto de Cultura, para a instituição educacional, para o professor coordenador do projeto e bolsas para os estudantes participantes, durante um ano.

Prêmio Agente Cultura Viva

Agente Cultura Viva foi inicialmente uma ação nacional do Programa Cultura Viva, realizada em parceria com o Ministério do Trabalho e de Desenvolvimento Social e destinada a catalisar em torno da cultura, mediante cursos de formação e capacitação, o potencial de adolescentes e jovens como multiplicadores da cultura local. Foi finalizada em 2006 por dificuldades burocráticas de repasse dos recursos entre os Ministérios. Relançado em 2009, na forma de prêmio, conta com recursos do Fundo Nacional de Cultura, destina-se à seleção de propostas de Pontos de Cultura com foco no protagonismo juvenil, empoderamento social e desenvolvimento pessoal e social de jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos, como agentes de

transformação de suas comunidades, ao participarem das ações e da gestão de um Ponto de Cultura.

Prêmio Intercâmbio Cultura Ponto a Ponto

Busca promover a troca de experiências entre a ação cultural de Pontos de Cultura de diferentes cidades e a convivência direta entre seus representantes, ampliando a troca de conhecimentos e o fortalecimento da rede.

Prêmio Cultura e Saúde

São prêmios que contemplam iniciativas não somente de Pontos de Cultura, mas também de organizações da sociedade civil que desenvolvam trabalho com propostas socioculturais voltadas a ações de promoção da saúde. O prêmio visa também ao reconhecimento, à valorização e à preservação: do conhecimento dos pajés e rezadeiras, cujos trabalhos de cura se baseiam no conhecimento de propriedades medicinais das plantas; do trabalho das parteiras e formas alternativas de cuidados com a saúde, a exemplo de rituais de pais de santo de terreiros das religiões afrobrasileiras, terapia do riso, terapia da arte, rodas de cura.

Prêmio Tuxaua Cultura Viva

Para algumas etnias indígenas da Amazônia, o termo *Tuxaua*, que designa a chefia política de uma aldeia, se relaciona com as características de seu poder, que o tornam, antes de tudo, um articulador e mobilizador de seu grupo. O Prêmio Tuxaua Cultura Viva valoriza iniciativas de mobilização e articulação de redes. Ações que reúnam representantes de diversos Pontos de Cultura, redes sociais e iniciativas de atividades que promovam o fortalecimento de laços e somem esforços na construção de objetivos comuns.

Prêmio Interações Estéticas

Objetiva apoiar o intercâmbio cultural e estético entre artistas do campo da Arte Contemporânea e a rede de Pontos de Cultura por meio da realização de

projetos de residências artísticas, fortalecendo os Pontos de Cultura como espaços de experimentação e de reflexão crítica. Os projetos envolvem o deslocamento do artista para outro contexto cultural, com o objetivo de desenvolver, no Ponto de Cultura escolhido, um processo de criação artística associado à troca de experiências, linguagens e conhecimento.

Prêmio Pontos de Mídia Livre

Lançada em 2009, essa premiação é destinada a apoiar iniciativas de comunicação livre existentes no país. O prêmio e a instituição dos Pontos de Mídia Livre resultaram na 1ª Conferência Livre de Comunicação para a Cultura 2009-2010, realizada em Chã Grande, Pernambuco, em setembro de 2009.

Prêmio Areté

Destinado a apoiar pequenos eventos culturais, objetiva incentivar a troca de saberes em seminários e oficinas, festividades, mostras de poesia, literatura, artes plásticas, teatro, cinema, circo, capoeira e música, além da viabilização de shows, feiras e exposições. Busca o fomento da celebração da diversidade cultural brasileira, como uma ação de política pública que promova, afirme e fortaleça a comunidade, seus saberes e as redes sociais que a compõem. *Areté*, em grego, significa virtude, bondade, excelência, doação do que há de melhor em cada um, enquanto, em línguas Tupi, o termo significa dia comemorativo e festivo.

O Prêmio Areté pode apoiar, por exemplo, ações de intercâmbio entre Pontos.

Prêmio Estórias de Pontos de Cultura

Tem como objetivo valorizar e dar visibilidade às ações dos Pontos de Cultura nas diversas regiões do país, por meio da publicação de histórias biográficas institucionais, juntamente com a biografia de um personagem da comunidade que se destaca pelo seu conhecimento, atuação e história de vida. Ambos os relatos biográficos são apresentados em um Livro de Estórias de Ponto, desenvolvido em parceria com o Pontão Museu da Pessoa de São Paulo, que mostra o modo de fazer, criar e desenvolver as atividades em cada Ponto de Cultura. Busca

reconhecer os Pontos de Cultura como espaços de experimentação e inovação cultural e social.

Prêmio Ludicidade e Pontinhos de Cultura

O Pontinho de Cultura é uma política pública voltada à transmissão, preservação e valorização da cultura da infância, do jogo e da brincadeira. A Ação Ludicidade, por meio do prêmio de mesmo nome, fortalece e estimula nas comunidades o desenvolvimento de ações que promovem o jogo, a brincadeira, as rodas de conversas e que traduzem formas de pensamento e ensinamentos do mundo infantil. O programa reconhece e preserva novos espaços, de brinquedotecas a parques lúdicos e salas de jogos, buscando garantir a socialização e inserção de crianças em grupos heterogêneos, rodas de conversas e jogos, valorizando a interculturalidade como modo lúdico de integrar gerações, traduzir valores e costumes.

Fonte: Documento **Almanaque Cultura Viva** (BRASIL, 2010).